

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**DOUTORADO EM ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**JOÃO PAULO AIRES**

**ANÁLISE DE PLÁGIO EM TESES E DISSERTAÇÕES DOS**  
**PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ENSINO NO**  
**PERÍODO DE 2010 A 2012**

**TESE**

**PONTA GROSSA**  
**2017**

**JOÃO PAULO AIRES**

**ANÁLISE DE PLÁGIO EM TESES E DISSERTAÇÕES DOS  
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ENSINO NO  
PERÍODO DE 2010 A 2012**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ensino de Ciência e Tecnologia. Área de Concentração: Ciência, Tecnologia e Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti

**PONTA GROSSA  
2017**

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento de Biblioteca  
da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Ponta Grossa  
n.06/18

A298 Aires, João Paulo

Análise de plágio em teses e dissertações dos programas de pós-graduação na  
área de ensino no período de 2010 a 2012. / João Paulo Aires. 2017.  
168 f.; il. 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti

Tese (Doutorado em Ensino de Ciência e Tecnologia) - Programa de  
Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal  
do Paraná, Ponta Grossa, 2017.

1. Plágio. 2. Ensino. 3. Educação - Estudo e ensino (Pós-graduação). 4. Pesquisa -  
Aspectos morais e éticos. 5. Integridade. I. Pilatti, Luiz Alberto. II. Universidade  
Tecnológica Federal do Paraná. III. Título.

CDD 507



Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Câmpus Ponta Grossa  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da tese nº 7/2017

### ANÁLISE DE PLÁGIO EM TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ENSINO NO PERÍODO DE 2010 A 2012

por  
**João Paulo Aires**

Esta tese foi apresentada às 14h do dia 15 de dezembro de 2017 como requisito parcial à obtenção do título de DOUTOR EM ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, com área de concentração em Ciência, Tecnologia e Ensino, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

**Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Jr.**  
(UEPG)

**Prof. Dr. Guataçara dos Santos Jr.**  
(UTFPR)

**Prof. Dr. Leandro Martinez Vargas** (UEPG)

**Prof. Dr. Antônio Carlos Frasson** (UTFPR)

**Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti** (UTFPR)  
Orientador

Visto do Coordenador:

**Prof. Dr. Awdry Feisser Miquelin**  
Coordenador do PPGECT – Doutorado  
UTFPR – Câmpus Ponta Grossa

- A FOLHA DE APROVAÇÃO ASSINADA ENCONTRA-SE ARQUIVADA NA  
SECRETARIA ACADÊMICA -

Dedico este trabalho à minha esposa Simone e às minhas filhas Isabella e Livia, cujo carinho e apoio cotidianos foram fundamentais para alcançar esse objetivo. Amo vocês.

Dedico, também, aos meus pais e familiares, que sempre acreditaram no meu trabalho. Muito obrigado.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder serenidade, sabedoria, saúde e paz para superar todos os obstáculos e vencer os desafios cotidianos. Sem Ele nada seria possível.

Ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti, pelos valiosos ensinamentos durante o desenvolvimento deste trabalho, pela confiança em mim depositada, a paciência contínua e o incentivo necessário para elaborar esta tese.

Aos meus pais Renato e Ecléia pelos valores pessoais que cultivo diariamente: honestidade, humildade, respeito e responsabilidade.

À minha amada esposa Simone pelo carinho, amor, incentivo e compreensão nos momentos em que estive ausente. Muito obrigado por dar o suporte em nossa casa, no período em que precisava de concentração para organizar este trabalho.

Às minhas filhas Isabella e Lívia. As gargalhadas, as brincadeiras e o amor de vocês foram fundamentais para que eu conseguisse concluir esta etapa.

Ao Programa de Ensino em Ciência e Tecnologia (PPGECT), Câmpus Ponta Grossa, pela oportunidade em cursar o Doutorado, bem como aos professores do PPGECT pela formação obtida e as importantes (e valorosas) discussões nas disciplinas cursadas.

À UTFPR pelo apoio recebido e a todos que, direta ou indiretamente, emprestaram sua imprescindível colaboração para a conclusão dessa caminhada.

## RESUMO

AIRES, João Paulo. **Análise de plágio em teses e dissertações dos programas de pós-graduação na área de Ensino no período de 2010 a 2012**. 2017. 168 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2017.

O presente estudo teve como objetivo verificar se as instituições de ensino superior (IES) desenvolvem políticas e ações para combater o plágio nos trabalhos acadêmicos, permitindo a criação de publicações relevantes. Para isso, definiu-se a seguinte hipótese básica: As políticas adotadas no combate ao plágio e as ações desenvolvidas pelas IES não o eliminam, contudo, gerando publicações pouco relevantes e com reduzido índice de citações. Como variáveis dependentes da hipótese básica, tem-se: publicações relevantes e quantidade de citações. As variáveis independentes da hipótese básica envolvem as políticas e as ações institucionais. Em se tratando dos objetivos, o estudo realizou uma pesquisa exploratória, efetuando uma análise predominantemente qualitativa do problema. Com relação aos procedimentos técnicos, adotou-se um levantamento, no qual o corpus documental foi constituído de 330 documentos (dissertações e teses) apresentados, no período de 2010 a 2012, junto aos cursos de Pós-Graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado) na área de Ensino, ofertados em 45 instituições de ensino superior. A coleta de dados foi efetuada utilizando a ferramenta de busca Google, sendo analisados 50 trechos (compostos de sentenças de até seis palavras), retirados das seções: introdução - cinco trechos; referencial teórico - 30 trechos; metodologia - cinco trechos; e, resultados e discussão - 10 trechos. A análise dos dados foi efetuada por meio de estatística descritiva. Constatou-se que a hipótese básica foi confirmada, pois as ações institucionais implementadas não eliminam os problemas decorrentes de plágio, em virtude da proporção de plágio obtido (1.942 trechos com plágio - acima de 11,0% dos trechos analisados). Adicionalmente, a divulgação dos resultados de algumas pesquisas foi realizada em periódicos sem indexação no Qualis da Capes (33,1%). Confirma-se que, apesar das recomendações encaminhadas pela Capes em 2011, poucas medidas foram implementadas nas IES para combater o plágio acadêmico. Conclui-se que, se as IES implementassem normativos internos e, periodicamente, orientassem a comunidade, efetuassem uma análise mais rigorosa dos documentos encaminhados, penalizassem severamente os responsáveis e intensificassem ações e medidas para o combate sistemático da desonestidade científica, o volume de plágio seria mitigado.

**Palavras-chave:** Plágio. Ensino. Pós-graduação. Desonestidade científica. Integridade em pesquisa.

## ABSTRACT

AIRES, J. P. **An analysis of plagiarism in thesis and dissertations in graduate programs in the education area from 2010 to 2012**. 2017. 168 p. Thesis (Doctoral in Science and Technology Teaching) – Federal University Technology of Paraná, Ponta Grossa, 2017.

This study aimed at verifying whether Higher Education Institutions (IES, Brazilian Portuguese abbreviation) develop policies and actions to prevent plagiarism in academic works enabling the creation of relevant publications. To achieve such aim, the following basic hypothesis was defined: Policies adopted to prevent plagiarism and actions developed by IES do not eliminate it, therefore, generate publications of little relevance and reduced reference indicators. The variables dependent on the basic hypothesis were relevant publications and number of appearance in references. The basic hypothesis independent variables involved policies and institutional actions. Regarding the objectives, the study was developed as exploratory research, carrying out a predominantly qualitative analysis of the problem. In relation to technical procedures, a survey was carried out, in which the corpus comprised 330 documents (dissertations and thesis) presented from 2010 to 2012, from the Graduate Courses (Masters, Professional Masters and PhD programs) in the teaching area offered by 45 higher education institutions. Data was collected using the Google search tool, and 50 excerpts were analyzed (containing sentences of up to six words) from the sections: introduction, five excerpts; theoretical background, 30 excerpts; methodology, 5 excerpts; and results and discussion, 10 excerpts. The data was analyzed by employing descriptive statistics. The basic hypothesis was confirmed, since the institutional actions implemented did not eliminate the problems resulting from plagiarism as confirmed by the proportion of plagiarism found (1,924 excerpts with plagiarism – over 11.0% of the excerpts analyzed). In addition, the report of some research results was published in journals which are not indexed in the Qualis system by Capes (33.1%). Despite recommendations made by Capes in 2011, very few measures were implemented by the IES to prevent academic plagiarism. The results led to the conclusion that the IES should implement internal norms and instruct the community periodically. They should also carry out a stricter analysis of the documents sent, punishing severely those responsible for plagiarism and intensifying actions and measures to systematically fight scientific dishonesty. Such measures might mitigate the plagiarism volume.

**Keywords:** Plagiarism. Teaching. Graduate Courses. Scientific Dishonesty. Integrity in research.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação de plágio em dissertação e tese .....	81
Gráfico 2- Distribuição do percentual de IES e ações institucionais desenvolvidas.....	85
Gráfico 3 - Proporção de IES que realizam ações preventivas.....	86
Gráfico 4 - Proporção de IES que desenvolvem medidas diagnósticas .....	86
Gráfico 5 - Percentual de IES distribuído por medidas corretivas .....	87
Gráfico 6 - Trechos com plágio e quantidade de ações institucionais desenvolvidas.....	87
Gráfico 7 - Comparativo de plágio com ações desenvolvidas.....	88
Gráfico 8 - Quantidade de ações preventivas e o volume de plágio obtido .....	92
Gráfico 9 - Medidas corretivas e proporção de plágio encontrado.....	94
Gráfico 10 - Proporção de plágio distribuído por seção.....	98
Gráfico 11 - Comparativo entre autoplágio e fonte não indicada por tipo de curso.....	103
Gráfico 12 - Totalização das fontes utilizadas nos trechos plagiados .....	108
Gráfico 13 - Totalização das fontes nos trechos plagiados - Mestrado .....	109
Gráfico 14 - Totalização das fontes nos trechos plagiados - Mestrado Profissional.....	109
Gráfico 15 - Totalização das fontes nos trechos plagiados - Doutorado .....	110
Gráfico 16 - Comparativo proporção de plágio por tipo de IES .....	113
Gráfico 17 - Proporção de plágio por categoria administrativa da IES.....	114
Gráfico 18 - Distribuição dos artigos por tipo de curso e indexação no Qualis.....	125

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Detalhamento da metodologia utilizada na revisão sistemática.....	45
Quadro 2 - Principais trabalhos que contribuíram com a revisão sistemática.....	45
Quadro 3 - Descrição geral dos trabalhos selecionados .....	47
Quadro 4 - Perguntas de pesquisa.....	62
Quadro 5 - Hipóteses de pesquisa.....	62
Quadro 6 - Distribuição dos cursos e os tipos nas IES.....	70
Quadro 7 - Tratamento contra o plágio efetuado pelas IES .....	83
Quadro 8 - Ações institucionais e o volume de plágio produzido.....	91
Quadro 9 - Ações preventivas e o volume de plágio produzido.....	92
Quadro 10 - Medidas diagnósticas e o volume de plágio produzido.....	93
Quadro 11 - Medidas corretivas e o volume de plágio produzido.....	94
Quadro 12 - Ementário das disciplinas de Metodologia Científica e a proporção de plágio desenvolvida nos cursos em que estão ofertadas.....	99
Quadro 13 - Classificação das IES segundo a categoria administrativa.....	111
Quadro 14 - Totalização dos trechos com plágio por classificação de IES.....	112
Quadro 15 - Quantidade de ações e volume de plágio produzido .....	115
Quadro 16 - Resultado da análise das hipóteses.....	132

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de documentos por tipo de curso .....	65
Tabela 2 - Distribuição de documentos por região e tipo de programa.....	72
Tabela 3 - Documentos produzidos e selecionados por cursos de pós-graduação e IES .....	72
Tabela 4 – Proporção de documentos por curso - Mestrado .....	74
Tabela 5 - Proporção de documentos por curso - Mestrado Profissional.....	75
Tabela 6 - Proporção de documentos por curso - Doutorado .....	76
Tabela 7 - Resultado da coleta de dados nos cursos.....	77
Tabela 8 - Ajuste na amostra dos cursos de Mestrado e Mestrado Profissional .....	78
Tabela 9 - Proporção de trechos plagiados por seção distribuída nos cursos.....	96
Tabela 10 - Volume de autoplágio e fonte não indicada .....	102
Tabela 11 - Distribuição percentual das fontes de consulta por área temática.....	106
Tabela 12 - Fontes plagiadas distribuídas por tipo de programa.....	107
Tabela 13 - Comparativo de trechos analisados e com plágio por IES .....	116
Tabela 14 - Distribuição de plágio por IES com bolsistas envolvidos.....	118
Tabela 15 - Publicação geral por tipo de programa.....	121
Tabela 16 - Classificação dos artigos publicados segundo estrato Qualis .....	122
Tabela 17 – Classificação (Qualis) dos artigos publicados - Mestrado.....	123
Tabela 18 - Classificação (Qualis) dos artigos publicados - Mestrado Profissional .....	124
Tabela 19 - Classificação (Qualis) dos artigos publicados - Doutorado .....	124
Tabela 20 - Classificação (Qualis) dos artigos publicados.....	127
Tabela 21 - Distribuição das produções por curso - Mestrado .....	128
Tabela 22 - Distribuição das produções por curso - Mestrado Profissional.....	129
Tabela 23 - Distribuição das produções por curso - Doutorado .....	130
Tabela 24 - Contabilização de trechos plagiados .....	130
Tabela 25 - Volume de trechos com plágio da IES 1 .....	149

Tabela 26 - Volume de trechos com plágio da IES 2 .....	149
Tabela 27 - Volume de trechos com plágio da IES 3 .....	150
Tabela 28 - Volume de trechos com plágio da IES 4 .....	150
Tabela 29 - Volume de trechos com plágio da IES 5 .....	150
Tabela 30 - Volume de trechos com plágio da IES 6 .....	151
Tabela 31 - Volume de trechos com plágio da IES 7 .....	151
Tabela 32 - Volume de trechos com plágio da IES 8 .....	151
Tabela 33 - Volume de trechos com plágio da IES 9 .....	152
Tabela 34 - Volume de trechos com plágio da IES 10 .....	152
Tabela 35 - Volume de trechos com plágio da IES 11 .....	153
Tabela 36 - Volume de trechos com plágio da IES 12 .....	153
Tabela 37 - Volume de trechos com plágio da IES 13 .....	153
Tabela 38 - Volume de trechos com plágio da IES 14 .....	154
Tabela 39 - Volume de trechos com plágio da IES 15 .....	154
Tabela 40 - Volume de trechos com plágio da IES 16 .....	154
Tabela 41 - Volume de trechos com plágio da IES 17 .....	155
Tabela 42 - Volume de trechos com plágio da IES 18 .....	156
Tabela 43 - Volume de trechos com plágio da IES 19 .....	156
Tabela 44 - Volume de trechos com plágio da IES 20 .....	157
Tabela 45 - Volume de trechos com plágio da IES 21 .....	157
Tabela 46 - Volume de trechos com plágio da IES 22 .....	158
Tabela 47 - Volume de trechos com plágio da IES 23 .....	158
Tabela 48 - Volume de trechos com plágio da IES 24 .....	159
Tabela 49 - Volume de trechos com plágio da IES 25 .....	159
Tabela 50 - Volume de trechos com plágio da IES 26 .....	160
Tabela 51 - Volume de trechos com plágio da IES 27 .....	160
Tabela 52 - Volume de trechos com plágio da IES 28 .....	160

Tabela 53 - Volume de trechos com plágio da IES 29 .....	161
Tabela 54 - Volume de trechos com plágio da IES 30 .....	161
Tabela 55 - Volume de trechos com plágio da IES 31 .....	162
Tabela 56 - Volume de trechos com plágio da IES 32 .....	162
Tabela 57 - Volume de trechos com plágio da IES 33 .....	163
Tabela 58 - Volume de trechos com plágio da IES 34 .....	163
Tabela 59 - Volume de trechos com plágio da IES 35 .....	163
Tabela 60 - Volume de trechos com plágio da IES 36 .....	164
Tabela 61 - Volume de trechos com plágio da IES 37 .....	164
Tabela 62 - Volume de trechos com plágio da IES 38 .....	164
Tabela 63 - Volume de trechos com plágio da IES 39 .....	165
Tabela 64 - Volume de trechos com plágio da IES 40 .....	166
Tabela 65 - Volume de trechos com plágio da IES 41 .....	166
Tabela 66 - Volume de trechos com plágio da IES 42 .....	166
Tabela 67 - Volume de trechos com plágio da IES 43 .....	167
Tabela 68 - Volume de trechos com plágio da IES 44 .....	167
Tabela 69 - Volume de trechos com plágio da IES 45 .....	168

## LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRISPE	<i>Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics</i>
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
DP	Quantidade de documentos com plágio
DR	Doutorado
EAD	Ensino à Distância
FAINOR	Faculdade Independente do Nordeste
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FECAP	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
FURB	Universidade Regional de Blumenau
HB	Hipótese básica
HS	Hipótese secundária
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICMJE	<i>International Committee of Medical Journals Editors</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
MP	Mestrado Profissional
MS	Mestrado
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PP	Quantidade de documentos com publicação posterior
RUF	Ranking Universitário da Folha
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TD	Total de documentos
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TP	Quantidade de trechos com plágio
TRF-4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 AS ÁREAS DE DESONESTIDADE CIENTÍFICA.....</b>	<b>20</b>
<b>3 PLÁGIO E O DIREITO AUTORAL .....</b>	<b>33</b>
<b>4 O PLÁGIO E A INTEGRIDADE NA PESQUISA .....</b>	<b>43</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>61</b>
5.1 POPULAÇÃO E CÁLCULO DA AMOSTRA .....	63
5.2 DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA.....	63
5.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE .....	66
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>70</b>
6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS IES E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL..	70
6.2 HIPÓTESES DO ESTUDO .....	79
6.2.1 Hipóteses Secundárias (HS) .....	79
6.2.2 Hipótese Básica (HB) .....	114
6.3 QUADRO SINÓPTICO DAS HIPÓTESES .....	132
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE A - Coleta de dados de todos os trabalhos analisados separado por IES ..</b>	<b>148</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Grande parte dos estudos realizados no mundo, divulgados por canais formais, são elaborados de forma válida, adequada e honesta. Entretanto, alguns pesquisadores utilizam mecanismos e estratégias que manipulam os dados, produzindo resultados que podem ter conclusões incorretas, inadequadas e fraudulentas (BERLINCK, 2011; CHIARINI; VIEIRA, 2012; ELLIOTT; MARQUIS; NEAL, 2013; GOMES, 2014). Neste âmbito, a universidade é um ambiente educacional diferenciado, tendo por finalidade a formação de profissionais qualificados para a construção de uma sociedade mais esclarecida. A universidade, mas não exclusivamente ela, é responsável pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, além do desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias, possibilitando avanços na vida das pessoas. Em última instância, cabe à universidade devolver à sociedade, de quem é fiel depositária, profissionais altamente qualificados e o conhecimento nela produzido.

Importante frisar que o conhecimento produzido necessita ser disseminado. A difusão do conhecimento científico ou tecnológico, adquirido e acumulado deve acontecer por canais apropriados. Para isto ocorrer de forma íntegra e preservar as instituições, é necessário que os pesquisadores tenham uma conduta comprometida com valores morais e éticos. Essa conduta exige o reforço de conceitos morais e éticos na formação dos futuros profissionais (CHIARINI, VIEIRA, 2012). Desta forma, não se pode inferir que o conteúdo, disposto nas obras literárias, seja privado. É por meio da divulgação pública de determinado bem que este passa a ser assimilado pela sociedade e, gradativamente, ser incorporado como patrimônio cultural.

Fundamentalmente, a carreira de todo pesquisador, seja aluno ou professor, é construída com base nos princípios de originalidade de seus trabalhos, nas contribuições efetivas para a sociedade e na construção de resultados significativos para a área e para a ciência (ANDERSON, STENECK, 2011). Entretanto, periodicamente a sociedade depara-se com diversos casos na mídia, seja impressa ou digital, a respeito de má conduta científica e do posicionamento dos pesquisadores perante este fato preocupante (WATANABE, 2014).

Diversas são as definições utilizadas por inúmeras instituições acerca da desonestidade científica. Porém, a falsificação (distorção intencional dos dados), a fabricação (invenção dos dados) e o plágio (cópia de ideias, dados ou palavras) são as maneiras mais

prejudiciais do comportamento inadequado em pesquisa (FANELLI, 2009; MARTIN, 2013; LIU, LO, WANG, 2013).

Com a popularização da internet, a facilidade dos recursos computacionais e dos mecanismos de busca disponíveis (MURTAZA et al., 2013; RIBEIRO, 2013), copiar um texto, ideia ou imagem tornou-se, infelizmente, uma prática comum no meio acadêmico, apresentando um aumento significativo nos últimos anos. Em diversos casos, os autores nem sequer se preocupam em ler o texto copiado e simplesmente utilizam-no na íntegra, sem indicar a fonte consultada (KROKOSCZ, 2011; MURTAZA et al., 2013; RIBEIRO, 2013; SABBATINI, 2013; STABINGIS, ŠARLAUSKIENĖ, ČEPAITIENĖ, 2014). Entretanto, apesar dos alunos terem experiência na utilização de mecanismos de busca e ferramentas digitais, é praticamente impossível adquirir habilidades para recuperar e avaliar os documentos de forma ética e responsável sem que exista orientação, cabendo às instituições de ensino a tarefa de qualificar os estudantes (EVERING; MOORAN, 2012). Assim, Silva (2008), Vasconcelos et al. (2009), Anderson & Steneck (2011), Coury (2012), Holt (2012) e Martin (2013) destacam que o plágio deve ser combatido independente do volume produzido, de modo que os pesquisadores (estudantes e/ou professores) tenham conhecimento do problema ocasionado, em virtude de uma redação científica inadequada.

Para Fischer e Zigmond (2011) os principais fatores que motivam a intenção de plagiar, são os seguintes: (1) obtenção de sucesso em determinada tarefa (como na apresentação de um trabalho); (2) alta probabilidade de os professores não corrigirem os trabalhos enviados; e, (3) falta de habilidade em redação científica e tempo escasso para conclusão da tarefa.

Neste sentido, Elliott, Marquis e Neal (2013) destacam que as instituições de ensino são responsáveis diretas no combate ao plágio, devendo assegurar que a comunidade interna tenha pleno conhecimento de que o plágio não será tolerado. É imprescindível elaborar os documentos internos (missão, políticas), com base nos princípios da ética e da conduta em pesquisa de maneira responsável, para o enfrentamento do problema que é global.

Holt (2012) acrescenta que em muitas instituições, logo nos primeiros dias de aula, os docentes apresentam os problemas relativos ao plágio e as consequências dessa conduta inapropriada. Berlinck (2011) propõe que é necessário, além de informar sobre os problemas, desenvolver ações institucionalizadas para, efetivamente, orientar os estudantes acerca da

escrita científica adequada, como evitar o plágio e as sanções decorrentes de uma postura indevida.

A questão do plágio no Brasil, vinculada à apropriação de ideias, é associada à Lei n. 9.610/1998, que trata dos direitos autorais e considera como falsificação a reprodução não autorizada de um trabalho. A lei prevê que os infratores serão responsabilizados e sujeitos a punições civis e penais, conforme a legislação, podendo o autor, ser indenizado moral e patrimonialmente, chegando até três mil vezes o valor do exemplar copiado (KROKOSZ, 2011; SAUTHIER et. al, 2011).

Em 2011, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) encaminhou recomendações relativas ao plágio acadêmico em artigos, monografias, dissertações ou teses, às instituições de ensino superior (IES), públicas e privadas (CAPES, 2011). Para a CAPES, é responsabilidade das IES brasileiras o desenvolvimento de políticas para orientação, detecção e punição para os casos de plágio acadêmico, durante a construção dos resultados de pesquisa. A orientação da CAPES foi originada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Ceará, que aprovou um relatório sobre o plágio nas instituições de ensino, no qual relata a desonestidade cometida pelos estudantes, quando se utilizam do trabalho de outras pessoas sem identificar a fonte original (OAB, 2010). Tal procedimento configura uma falha grave em relação aos direitos autorais, fragilizando as instituições de ensino superior, além de enfraquecer a pesquisa. Em face das orientações da Capes, torna-se necessário que as IES articulem internamente o estabelecimento de políticas institucionais e a implementação de medidas, visando o combate sistematizado ao plágio.

O presente estudo se justifica por ser uma temática recorrente e de extrema relevância no cenário científico, principalmente, em se tratando, na atualidade, de políticas e ações que devem ser desencadeadas por instituições de ensino superior brasileiras. O problema apresentado não se enquadra apenas na área de Ensino, tendo aplicação multi e interdisciplinar. A solução deste problema tem utilidade para a comunidade científica, na graduação e na pós-graduação, uma vez que proporcionará avanços na produção do conhecimento nas instituições.

Diante disso, definiu-se como objetivo geral verificar se as políticas adotadas no combate ao plágio e as ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior (IES) o eliminam, gerando publicações relevantes. Adotou-se, para a consecução do objetivo geral, a seguinte hipótese básica (HB): As políticas adotadas de combate ao plágio e as ações

desenvolvidas pelas instituições de ensino superior (IES) não eliminam o plágio, gerando publicações pouco relevantes e com a obtenção um reduzido índice de citações. Como objetivos específicos, foram definidos os seguintes:

- a) Registrar o volume de plágio nos cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado;
- b) Analisar se as políticas e ações desenvolvidas nas IES auxiliam no combate ao plágio;
- c) Identificar se dissertações e teses geram publicações qualificadas;
- d) Examinar os trechos plagiados em que não há identificação da fonte;
- e) Analisar se a categoria administrativa da IES (classificação) influencia no desenvolvimento de plágio;
- f) Elaborar uma cartilha para orientar sobre o plágio e estratégias para evitá-lo.

Este trabalho efetuou uma pesquisa com abordagem exploratória estratificada, utilizando uma análise predominantemente qualitativa do problema. Em se tratando dos procedimentos técnicos, foi realizado um levantamento com a avaliação de teses e dissertações apresentadas nos cursos de Pós-Graduação, na área de Ensino, no período de 2010 a 2012.

O trabalho está organizado da seguinte maneira:

## 1. Introdução

Nesta seção é apresentado o tema, o relacionamento com a literatura, a delimitação do estudo, a justificativa do trabalho e o objetivo geral;

## 2. Revisão de literatura

A seção é dividida em três capítulos. No Capítulo 2, intitulado “As áreas de desonestidade científica”, são abordadas as áreas mais comuns em que ocorrem problemas que atingem a integridade da pesquisa, dentre elas: o plágio, o autoplágio e a fabricação e a falsificação de dados. No Capítulo 3, denominado “Plágio e o Direito Autoral”, é contextualizado o tema e o histórico de sua abordagem, associando-os à legislação brasileira que trata sobre o assunto relacionado à proteção das obras. No Capítulo 4, denominado “O plágio e a integridade em pesquisa”, é

realizada uma revisão sistemática de trabalhos publicados a partir de 2010, que tratam dos assuntos referentes ao plágio, à integridade em pesquisa e à desonestidade acadêmica, realizando o agrupamento de trabalhos (artigos, teses e dissertações) e comparação de resultados.

### 3. Metodologia

Nesta seção, são apresentados: a classificação da pesquisa, o cálculo da amostra e sua estratificação, as etapas da pesquisa e o procedimento de análise dos dados.

### 4. Resultados e discussão

É realizada, nesta seção, a caracterização das IES e o corpus documental, os dados coletados, os resultados obtidos e a contextualização dos mesmos na pesquisa. Adicionalmente, é promovida a discussão das hipóteses de pesquisa, efetuando o teste das mesmas, para confirmá-las plenamente, ou não.

### 5. Conclusão

Neste item, é apresentada uma síntese dos procedimentos adotados para obtenção e interpretação dos resultados, as principais contribuições com a pesquisa desenvolvida neste trabalho e as sugestões para trabalhos futuros.

## 2 AS ÁREAS DE DESONESTIDADE CIENTÍFICA

A desonestidade científica tem sido foco de discussões no meio acadêmico (YOUMANS, 2011; ELLIOTT, MARQUIS, NEAL, 2013; HOFMAN, MYHR, HOLM, 2013; STABINGIS, ŠARLAUSKIENĖ, ČEPAITIENĖ, 2014), e os problemas mais recorrentes no desenvolvimento de pesquisas, são: plágio e autoplágio, falsificação e fabricação de dados, não publicação de dados, erros nos procedimentos de coleta de dados, erros na retenção e no armazenamento, problemas de autoria, práticas duvidosas de publicação (THOMAS, NELSON, SILVERMAN, 2012). A falsificação (distorção intencional dos dados) e a fabricação (invenção dos dados) são as maneiras prejudiciais do comportamento inadequado em pesquisa. O plágio (cópia de ideias, dados ou palavras) e o autoplágio (cópia de ideias do próprio autor), apesar de ser inaceitável na comunidade, são menos invasivos que a falsificação e a fabricação de resultados (FANELLI, 2009; MARTIN, 2013; LIU, LO, WANG, 2013).

O plágio é a utilização de ideias, textos (na íntegra ou parciais) ou imagens de outras pessoas como se fossem de sua própria autoria (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012), inclusive por meio de tradução de trechos (SKANDALAKIS, MIRILAS, 2004). Em linhas gerais, trata-se da cópia de elementos específicos sem dar o devido crédito ao autor, independentemente, da quantidade utilizada (SILVA, 2008; VASCONCELOS et al., 2009; ANDERSON; STENECK, 2011; COURY, 2012; HOLT, 2012; MARTIN, 2013).

Aldrete (2011, p. 219) define um limite para a configuração do plágio: “[...] a cópia de mais de seis palavras consecutivas de uma publicação anterior, sem uma referência de onde foi extraído constitui plágio”. Porém, na prática, o exposto por Aldrete (2011) pode estar equivocado, na medida em que é necessário avaliar com precisão o suposto trecho para se constatar a desonestidade, ou seja, ao analisar determinada sentença com indícios de plágio é preciso verificar o contexto do parágrafo. Desta forma, na prática, verifica-se ser inviável definir uma quantidade de palavras em sequência para estabelecer como plágio, sem que seja feita uma análise minuciosa do parágrafo supostamente plagiado com a fonte de onde fora retirado. Entretanto, independentemente da quantidade que tenha sido copiado de outro(s) autor(es), seja de parte de uma obra, seja uma imagem ou quadro, ou ainda, uma ideia originalmente de outra pessoa, trata-se de utilização indevida e, desta forma, configura-se como plágio.

Para Marshall et al. (2011), o plágio pode ser considerado como uma ilusão na melhoria da qualidade nos textos. Para tal, alunos tentam, deliberadamente, entregar um trabalho de outra pessoa como se fosse de sua própria autoria. É importante frisar que essa conduta, além de imprópria para o processo de pesquisa, acarreta prejuízos para a comunidade científica e, com isso, há perda da credibilidade no material produzido. Com efeito, por mais que o resultado seja relevante para o meio acadêmico, se for detectado um deslize em alguma das seções do trabalho, certamente surgirão dúvidas acerca do que foi desenvolvido. Para Thomas, Nelson e Silverman (2012), todo pesquisador que plagia algo (independente do volume utilizado) carregará este “peso” em sua trajetória profissional.

Muitas vezes, estudantes de pós-graduação, professores universitários ou pesquisadores em geral são surpreendidos com alguma produção científica sua contendo plágio. Esse problema, geralmente ocorre, naqueles trabalhos em que são coautores (THOMAS, NELSON, SILVERMAN, 2012). Em estudo realizado por Sarlauskienė e Stabingis (2014), com estudantes da Lituânia, constatou-se que a maioria deles sabia responder, de forma geral, o que é plágio (sua essência, como ocorre, quais os prejuízos que causa), mas esses mesmos alunos não conseguiram fornecer respostas claras e precisas de como evitá-lo. Isto se deve ao fato de que os alunos não compreendem a diferença entre uma citação e plágio, o que leva a crer que é necessário o aprimoramento em elaboração textual e análise de referências (VASCONCELOS, 2009; KROKOSZ, 2011).

Em 2011, a Capes encaminhou recomendações às instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas, no que diz respeito ao plágio acadêmico em artigos, monografias, dissertações ou teses (BERLINCK, 2011; CAPES, 2011). Para a Capes, é responsabilidade das IES brasileiras a criação de políticas para orientação, detecção e punição para os casos de plágio acadêmico, na construção dos resultados de pesquisa.

A orientação da Capes foi originada por demanda apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Ceará, que aprovou um relatório sobre o plágio nas instituições de ensino superior e de ensino médio (OAB, 2010). O relatório enfatiza que “[...] muitos alunos formatam seus trabalhos [...], apropriando-se de obras de outros autores, sem os créditos devidos, [...]” (OAB, 2010, p. 2). O procedimento configura uma falha grave em relação aos direitos autorais, fragilizando as instituições de ensino superior, além de enfraquecer a pesquisa.

De forma similar às recomendações da Capes e da OAB, órgãos de financiamento de pesquisa, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) iniciaram a discussão acerca de conduta científica adequada (PITHAN, OLIVEIRA, 2013). Para esses órgãos, a integridade na pesquisa deve ser definida para o respeito dos princípios éticos nas publicações, evitando fraudes. Porém, diferente da CAPES que apenas recomenda que as instituições adotem medidas para combater o plágio, o CNPq traz uma definição do que é plágio e apresenta 21 diretrizes para combatê-lo (CNPq, 2011, p. 6).

[...] consiste na apresentação, como se fosse de sua autoria, de resultados ou conclusões anteriormente obtidos por outro autor, bem como de textos integrais ou de parte substancial de textos alheios sem os cuidados detalhados nas Diretrizes [...]

#### Diretrizes

1: O autor deve sempre dar crédito a todas as fontes [...] 2: Toda citação *in verbis* de outro autor deve ser colocada entre aspas. 3: Quando se resume um texto alheio, o autor deve procurar reproduzir o significado exato das ideias [...] 4: Quando em dúvida se um conceito ou fato é de conhecimento comum, não se deve deixar de fazer as citações adequadas. 5: Quando se submete um manuscrito para publicação [...] o autor deve indicar claramente [...] a existência da divulgação prévia da informação. 6: [...] resultados de um estudo único [...] não é considerado ético que eles sejam fragmentados [...] 7: Para evitar qualquer caracterização de autoplágio, o uso de textos e trabalhos anteriores do próprio autor deve ser assinalado [...] 8: O autor deve assegurar-se da correção de cada citação [...] dar crédito também aos autores que primeiro relataram [...] 9: Quando estiver descrevendo o trabalho de outros [...] Sempre que possível consultar a literatura original. 10: Se um autor tiver necessidade de citar uma fonte secundária [...] deve certificar-se da sua correção [...] 11: A inclusão intencional de referências de relevância questionável [...] é prática eticamente inaceitável. 12: Quando for necessário utilizar informações de outra fonte [...] fique claro aos leitores quais ideias são suas e quais são oriundas das fontes consultadas. 13: [...] Quando for necessário recorrer a estudos que apresentem deficiências metodológicas [...] devem ser claramente apontados aos leitores. 14: [...] obrigação ética de relatar todos os aspectos do estudo [...] para a reprodutibilidade [...] 15: Qualquer alteração dos resultados iniciais obtidos [...] deve ser claramente descrita [...] 16: A inclusão de autores no manuscrito deve ser discutida antes de começar a colaboração [...] 17: Somente as pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho merecem autoria em um manuscrito [...] 18: [...] Autoria fantasma em Ciência é eticamente inaceitável [...] 19: Todos os autores de um trabalho são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho [...] 20: Os autores devem ser capazes de descrever, quando solicitados, sua contribuição pessoal ao trabalho. 21: Todo trabalho de pesquisa deve ser conduzido dentro de padrões éticos [...]

(CNPq, 2011, p. 6)

Em 2012, o “II Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações” divulgou um documento denominado “Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa do II Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações” (PITHAN, OLIVEIRA, 2013). Neste documento, destacam-se as seguintes recomendações:



1. incluam, promovam e divulguem orientações sobre RI/RCR e materiais informativos e didáticos sobre o tema em seus sites oficiais [...].
2. incluam diretrizes sobre integridade científica em suas abordagens estratégicas para promover a excelência em pesquisa.
3. conscientizem os alunos de que o plágio é uma violação acadêmica [...] As instituições de ensino e pesquisa do país devem fornecer materiais educativos que mostrem que o plágio [...] é uma prática ilegal no Brasil.
4. proporcionem atividades educativas sobre RI/RCR entre alunos e professores [...]

(BRISPE, 2012, p. 2)

Alguns autores, a exemplo de Pithan e Oliveira (2013), destacam que a formação educacional inadequada pode levar ao problema de má conduta em pesquisa, pois, se os alunos deixarem de ser instruídos de forma crítica e reflexiva não terão condições de organizarem um texto utilizando ideias originais (OAB, 2010; BRISPE, 2012; PITHAN, OLIVEIRA, 2013). Desta forma, pela facilidade no acesso a informação nos dias atuais, muitos trabalhos são realizados simplesmente para cumprir um requisito e, às vezes, sem refletir e opinar sobre o tema estudado. Em face deste comportamento inadequado, torna-se necessário que, cada vez mais, sejam estabelecidos limites para que o desenvolvimento dos trabalhos ocorra de forma mais honesta (VASCONCELOS, 2009).

Holt (2012) acrescenta em seu estudo que, nos primeiros dias de aula, os docentes repassam os problemas acerca do plágio em trabalhos acadêmicos, apresentam exemplos, informam aos estudantes de graduação as consequências do delito. Porém, não são dadas instruções específicas sobre o tema, pois acreditam ser responsabilidade dos alunos conhecerem as regras e princípios éticos que balizam a construção do trabalho. A habilidade na elaboração de textos, no processo educacional, é estabelecida com base nas ideias e palavras de outras pessoas e, desta forma, é sempre relevante a utilização de técnicas adequadas para produção textual. Essas técnicas podem evitar que a constituição do plágio seja algo automático (BERLINCK, 2011).

Entretanto, no estudo realizado por Vasconcelos et al. (2009), foi constatado que a maioria das pessoas investigadas, estudantes de graduação ou pós-graduação, afirmam desconhecer qualquer orientação, regulamento ou legislação sobre integridade em pesquisa no Brasil. A existência de uma declaração de originalidade, que deve ser assinada pelo aluno ao concluir seu trabalho, apesar de relevante, é insuficiente para conter os problemas referentes à produção no meio acadêmico (VASCONCELOS et al., 2009).

Importante destacar que, em caso de detecção de plágio no material analisado, os autores são responsabilizados nos termos da legislação, não cabendo a alegação de

desconhecimento de tal fato. Para Thomas, Nelson e Silverman (2012, p. 100), um autor não deve permitir “[...] que um artigo com seu nome seja submetido (ou revisado) sem que, antes, você tenha lido todo o texto na versão final”. Assim, ao usar alguma ideia, procedimento metodológico ou resultados disponíveis em outros materiais, é indispensável apresentar quem produziu.

Ao ampliar o entendimento acerca do plágio, e levar em conta a infinidade de material disponível na internet, abre-se margem para que estudantes de graduação e pós-graduação, professores universitários ou pesquisadores em geral, tenham o entendimento de que aquilo que está disponível na rede pode ser utilizado livremente, incorrendo em falha grave para a comunidade acadêmica (WATANABE, 2014). Se a internet permite que os alunos copiem e colemb qualquer informação de forma ágil, também proporciona que os acadêmicos identifiquem mais facilmente a fonte do material plagiado. Sauthier et al. (2011, p. 52) argumenta que “[...] por um lado a internet favorece o plágio, por outro, facilita também a sua comprovação [...] para verificação ou confirmação de plágios”.

Importante frisar que, quando se usa determinado trabalho sem indicar o autor original, é possível ponderar que o ato de plagiar se configura em uma atitude consciente de utilização de ideias e palavras, inclusive por meio de tradução de conteúdo (SKANDALAKIS, MIRILAS, 2004), na qual a fonte original está oculta propositadamente, por vezes com simples ajustes no texto (REYES, 2009). Em outras palavras, pode-se dizer que esta ação tem o objetivo de iludir o interlocutor para algo inédito e diferenciado, conferindo-lhe crédito de algo que tenha sido produzido por outra pessoa.

Segundo Murtaza et al. (2013), uma das principais causas que levam as pessoas a plagiarem é a carga excessiva de trabalho. Entretanto, este estudo não considera o tempo que os pesquisadores tinham disponível para produzir o texto ou, ainda, a definição clara de carga de trabalho.

Conforme abordado no trabalho de Marshall et al (2011) e DeGeeter et al. (2014), para eliminar o plágio é necessário o desenvolvimento de orientações, normas, regulamentos, treinamentos e seminários, nos quais os estudantes podem participar para melhorar a escrita científica. Adicionalmente, as instituições podem adotar ferramentas de detecção de plágio como apoio e, assim, mostrar aos acadêmicos de forma prática, em que local houve algum deslize (MARTIN, 2013).

Porém, Berlinck (2011) e DeGeeter et al. (2014) defendem que a utilização de um software não é suficiente e, assim, mostrar que há um problema em determinado parágrafo não é a melhor alternativa. É necessário, para deixar a comunidade acadêmica consciente da gravidade do problema, elaborar regras bem definidas, estabelecer as punições que serão adotadas no caso de alguma ocorrência, apresentar o conceito adequado do que é plágio e a forma de evitá-lo. Entende-se, assim, que o software pode ser utilizado como suporte na tarefa de correção, tanto para o aluno quanto para o professor. Mas este não pode ser a única forma de eliminar o problema, pois não basta apenas saber onde há a falha, é preciso compreender como evitar, para corrigi-la de forma apropriada.

Sarlauskiene e Stabingis (2014) acrescentam que não se deve esquecer o plágio não intencional. Os autores entendem que, mesmo não tendo a intenção ou interesse em plagiar, este problema deve ser superado, uma vez que a negligência produz o mesmo resultado que enganar. O que está em “jogo” não é o esquecimento do crédito devido ao autor proprietário da obra, mas, sim, que essa “falha” não pode ser encarada como algo resolvido pelo simples acréscimo da autoria correta. É preciso conhecer o conceito de plágio, receber orientação adequada acerca da escrita e da metodologia científicas, ter contato contínuo com a temática e os problemas que decorrem da falta da indicação da autoria original.

Uma variante do plágio é o autoplágio. Para Sabbatini (2013, p. 3), o conceito apresenta uma contradição, pois se o plágio é o uso indevido da ideia de outros, “[...] o ato de plagiar-se a si mesmo seria impossível”. Adicionalmente, Sabbatini (2013, p. 3) acrescenta que o autoplágio pode ocorrer de duas formas bem definidas: por meio da publicação redundante ou do “requeamento” do material anteriormente produzido.

No primeiro caso, um mesmo artigo é republicado em mais de um meio de disseminação científica, com poucas (às vezes nenhuma) alterações. Essa prática se aproveita de uma característica do sistema de publicação, a diversidade de canais existentes, para "otimizar" a produção científica do pesquisador. Requeantar um artigo é, simplesmente, submeter o mesmo texto para diversos canais de divulgação. Na redundância, o relatório de uma mesma pesquisa dá origem a vários artigos, com diferentes "recortes". Tal prática é mais comum no campo das ciências exatas, onde a variação de parâmetros de um determinado modelo matemático ou equação gera com facilidade um artigo "novo". (SABBATINI, 2013, p. 3)

Guedes e Gomes Filho (2015) acrescentam que o autoplágio ocorre quando o autor efetua recorte de parte(s) de trabalho(s) por ele produzido(s), inserindo-a(s) em outro trabalho e apresentando-o como se fosse uma nova produção, inédita e original, sem identificar que tal trecho está inserido em outra produção.

O autoplágio, em se tratando do aspecto jurídico e do direito autoral, tem baixa relevância na medida em que o autor não acionará judicialmente a si mesmo (WACHOWICZ; COSTA, 2016). Para Neri, Costa e Lima (2017), mesmo que o autoplágio não seja um crime e ilegal, este é eticamente condenável e imoral, além de ir contra os princípios de produção de ciência (COURY, 2012; SABBATINI, 2013; ŠUPAK SMOLČIĆ; BILIĆ-ZULLE, 2013; ROSING; CURY, 2013). O autoplágio não apresenta uma contribuição efetiva à ciência e, até certo ponto, ilude os interlocutores da disponibilização de um novo material.

Em se tratando de autoplágio, Rosing e Cury (2013) acrescentam que alguns periódicos têm direcionado esforços para combater essa prática, e chamam atenção para que os autores sejam criativos ao produzir um determinado artigo, sempre apresentando alguma novidade, principalmente na introdução, na análise dos resultados e na discussão, aliados a uma escrita científica adequada e com metodologia bem definida.

Entende-se que o reaproveitamento de partes do referencial teórico, da metodologia ou dos resultados e discussões, por exemplo, é possível, desde que seja apresentado de qual documento o trecho foi retirado. Apesar de questionável citar a si mesmo (SABBATINI, 2013), adota-se a mesma regra para qualquer outro autor: deve-se apresentar a fonte completa de onde o texto/ideia foi retirado.

Para Neri, Costa e Lima (2017), tanto o plágio quanto o autoplágio não ocorrem por total desconhecimento das regras e normas metodológicas. Isto pode acontecer para se apresentar um resultado “melhor” com um “esforço menor”, para cumprir uma exigência e/ou pelo acúmulo de atividades (NERI; COSTA; LIMA, 2017). Na busca por prestígio acadêmico, financiamento e obtenção de resultados significativos, a batalha travada por pesquisadores e instituições aumenta a probabilidade de fraude (FANELLI, 2009; VASCONCELOS et al., 2009; SAUTHIER et al., 2011; CHIARINI; VIEIRA, 2012; MURTAZA et al., 2013; DEGEETER et al., 2014; SABBATINI, 2013; ELLIOTT; MARQUIS; NEAL, 2013; MARTIN, 2013; RIBEIRO, 2013).

Nos estudos de Evering e Moorman (2012), Stabingis, Šarlauskienė, Čepaitienė (2014) e DeGeeter et al. (2014), constatou-se que os estudantes plágiam, muitas vezes, por falta de conhecimento da política adotada e por não compreenderem correta e completamente o conceito de plágio e como evitá-lo.

Berlinck (2011, p. 368) acredita que um dos motivos para os alunos cometerem algum tipo de deslize na pesquisa

[...] se deve, em grande parte, [...] uma diminuição da disponibilidade de tempo de estudo [...] sendo forçado a adotar uma orientação pragmática inadequada, com o objetivo de [...] ser aprovado e obter o grau desejado, o que leva, por vezes, a cometer plágio.

Outra causa da fraude acadêmica nas universidades diz respeito à média de desempenho acadêmico (MURTAZA et al., 2013). Frequentemente, os alunos cometem alguns deslizes para melhorar as notas, enquanto outros alunos enganam porque precisam aumentar o coeficiente baixo de rendimento. Murtaza et al. (2013, p. 126) acrescenta que o plágio ocorre com mais incidência entre os homens, pois são menos organizados, “[...] tornando-os mais propensos a enganar [...]”. Já Elliott, Marquis e Neal (2013) ponderam que a desonestidade acadêmica ocorre com menos frequência com alunos mais velhos e com aqueles que têm escore mais elevado.

Nota-se que as pesquisas elaboradas pelos autores se complementam, na medida em que tanto no trabalho de Murtaza et al. (2013) como no trabalho de Elliott, Marquis e Neal (2013), as conclusões são convergentes: a maior incidência de plágio ocorre com estudantes do sexo masculino e com coeficiente de rendimento baixo.

Independente desses fatores, cotidianamente a comunidade científica se depara com casos que envolvem fraude e modificação de resultados (RUSSO, 2014). Assim, não é improvável que trabalhos publicados nos diversos meios tenham realizado algum tipo de disfarce, ajuste ou alteração nos dados apresentados na pesquisa (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Evidentemente, essa atitude é inaceitável e todos os casos dessa natureza precisam receber uma punição severa (MARCOVITCH, 2007; MURTAZA, 2013; ANA et al., 2013).

Há maior pressão (e tentação) em cometer tais deslizes nas pesquisas que envolvem financiamento externo. Foi constatado que o ilícito ocorre, em maior escala, nas pesquisas realizadas pela área de Medicina, por apresentar alto investimento e elevados riscos (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Em diversas oportunidades, em virtude da falta de dados de experimentos e por não terem tempo suficiente para realizá-los, os pesquisadores são fortemente atraídos para efetuar pequenas alterações ou realizarem ajustes nos dados apresentados (FISCHER; ZIGMOND, 2011). Com isso, os pesquisadores adicionam mais dados para aparentar que a pesquisa foi realizada sobre uma amostra adequada, quando, na verdade, os dados foram criados sem terem sido obtidos seguindo o método preconizado (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Porém, o risco de ser descoberto é alto, principalmente quando outros pesquisadores tentam reproduzir a pesquisa, adotando a mesma

metodologia, mas não obtêm os mesmos resultados (BERLINCK, 2011; JORDAN; GRAY, 2012, DEGEETER et al., 2014).

Eventualmente, estudantes de pós-graduação e professores universitários têm apresentado resultados de pesquisas de forma fraudulenta e intencional (dolosa), envolvendo outros pesquisadores de forma indireta (nos casos de coautoria). Esta situação, normalmente ocorre quando há colaboração em pesquisas de cientistas que fraudaram os dados, apresentando resultados dentro do esperado – como é o caso de projetos em que se estabelecem hipóteses e se sugerem resultados. Nesses casos, o pesquisador honesto visualiza os dados e se convence de que está correto, uma vez que os mesmos confirmam as hipóteses e, assim, são congruentes com os resultados esperados (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

Fanelli (2009) argumenta que as práticas de má conduta são desastrosas para a pesquisa, principalmente, nos casos em que envolvem a falsificação e a fabricação de dados, uma vez que os resultados podem influenciar e distorcer outros estudos.

Para o autor

[...] os cientistas eram menos propensos a responder afirmativamente a perguntas usando as palavras "fabricação" e "falsificação" em vez de "alteração" ou "modificação". Além disso, três pesquisas descobriram que os cientistas admitiram mais frequência em ter "modificado" ou "alterado" a pesquisa para melhorar o resultado. (FANELLI, 2009, p. 9)

Em 2014, a FAPESP decidiu divulgar os casos de projetos que estiveram envolvidos em fraudes, entre as práticas: a fabricação e a falsificação de dados. Na oportunidade, os pesquisadores denunciados haviam recebido financiamento, e foram acusados de terem cometido má conduta científica ao inventar dados e apresentá-los como resultado. Foi o caso de um pesquisador da USP, envolvido em fabricação de dados e fraudes em imagens divulgadas em tese de doutorado, orientada por ele. Como punição, o pesquisador teve o financiamento da pesquisa cancelado e ficou impedido de solicitar algum auxílio por três anos (CASTRO, 2014). Na palestra proferida por Nicholas Steneck, no 3º BRISPE (*Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics*), foi apresentado o caso envolvendo um pesquisador da Toho University, que teve 183 artigos retirados de publicação por ter sido detectada falsificação nos dados apresentados (ALISSON, 2014). Goldim (2015) ilustrou os casos de pesquisadores da área de medicina (cardiologia, anestesiologia e

psicologia social) envolvidos em fabricação de dados e que, como consequência, tiveram um grande número de artigos retratados nos periódicos em que os mesmos foram publicados.

A falsificação e a fabricação de dados podem aparecer na fonte utilizada como referencial (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Com isso, é preciso analisar e interpretar, cuidadosamente, aquilo que foi escrito em outros trabalhos, de modo a ilustrar, adequadamente, os resultados obtidos com a pesquisa. Assim, é necessária e muito desejável a leitura da fonte original, evitando a análise de terceiros, uma vez que pode não representar, fielmente, o que foi concebido originalmente (FISCHER; ZIGMOND, 2011; ANDERSON; STENECK, 2011).

Outro problema comum é a inclusão de dados que não sustentam as hipóteses e, também, distorcem o resultado esperado. Isto é chamado de “forjar” ou “cozinhar” os dados. Entretanto, é preciso separar duas situações: retirar da análise alguns dados que são interpretados como “ruins” e ajustar “cozinhar” os dados para que pareçam mais adequados (COURY, 2012; THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). É possível eliminar da pesquisa (e, conseqüentemente, da análise) aquele dado que, aparentemente, é inadequado, no entanto, essa operação deve ser realizada quando o referido for coletado. Por exemplo, é perfeitamente possível que o equipamento utilizado tenha algum defeito com a calibragem, uma vez que os dados apresentados são distantes (altos ou baixos demais). Neste ponto, é adequado excluir estes dados da base, uma vez que irão interferir, produzindo resultados distorcidos (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Entretanto, não é uma boa prática de pesquisa alterar os valores sem a definição de um critério apropriado, o que consiste em “forjar” os dados (COURY, 2012).

Em se tratando de pesquisa científica, a situação mais inadequada é a eliminação de resultados e, conseqüentemente, a não publicação dos dados, uma vez que os mesmos se opõem às hipóteses projetadas para responder o problema identificado no trabalho (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Em determinadas áreas, como a médica (principalmente com a participação de indústrias farmacêuticas), os resultados obtidos podem afetar drasticamente a saúde dos participantes. Com isso, qualquer ajuste para melhorar dados obtidos, com influência nos resultados apresentados, ocasionam desconforto e insegurança na sociedade (SANTOS et al., 2017). Frequentemente, os periódicos são denunciados por desvios editoriais, pois favorecem apenas resultados significativos, com a justificativa de que os pesquisadores devem sempre apresentar discussões de pesquisas consolidadas,

independente se contribuem ou não com as hipóteses estruturadas (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

Em 2011, foi divulgado no Brasil o maior caso de fraude em pesquisa envolvendo pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso (que em 2014, após análise de uma comissão especial, exonerou o professor que era o principal autor dos trabalhos) e da Universidade de Campinas (Unicamp). No processo administrativo instaurado, o autor principal (da UFMT) e o coautor (Unicamp) foram acusados de forjar dados na pesquisa desenvolvida, após o doutorado. Foram 11 artigos retirados de publicação pela Elsevier. A conclusão da comissão instalada foi de que houve fraude nos dados apresentados nos artigos. O pesquisador da Unicamp, que era orientador de doutorado do primeiro autor da pesquisa, recebeu uma suspensão de 45 dias, pouco tempo depois de o caso ter sido comunicado à universidade (ESTEVEES, 2014). Em 2012, um pesquisador da *University of Connecticut*, nos Estados Unidos, foi acusado de adulterar/modificar os dados em 145 trabalhos de sua autoria, e que foram publicados em 11 revistas. Tendo como ponto de partida uma denúncia encaminhada em 2008, a *University of Connecticut* procedeu à conferência dos dados apresentados, culminando em um relatório com mais de 60 mil páginas e a consequente exoneração do pesquisador. Os colaboradores do trabalho foram igualmente investigados pela suposta fraude. Durante as investigações, a universidade recusou o recebimento de premiação em dinheiro para as pesquisas lideradas pelo pesquisador (PESQUISADOR, 2012).

Outro momento da pesquisa em que podem emergir situações antiéticas é durante a coleta de dados. Conforme Thomas, Nelson e Silverman (2012), os problemas mais comuns e que alguns pesquisadores (principalmente, estudantes de pós-graduação) ignoram são: a) continuidade na coleta de dados, mesmo tendo ciência de que determinados participantes não atendem aos critérios estabelecidos; b) utilização de equipamentos que apresentam problemas de funcionamento; c) tratamento inapropriado de participantes, principalmente, em relação às normas do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos; e, d) registrar os dados incorretamente.

No exemplo apresentado por Thomas, Nelson e Silverman (2012), uma pesquisadora havia realizado a coleta de dados em uma situação prática. Tratava-se de avaliar a qualidade da corrida dos participantes, coletando informações sobre a economia durante a corrida. Todos os testes eram registrados e repetidos continuamente, aplicando variações de velocidade e intensidade na passada. Em um determinado dia, a pesquisadora notou que um dos participantes estava realizando a corrida de forma diferente e descobriu que o mesmo, por



ter saído com amigos no dia anterior, estava sem condições de efetuar os testes de maneira apropriada. Com isso, a pesquisadora reagendou os testes e descartou os dados obtidos para aquele participante. Assim, é importante que o pesquisador esteja atento na coleta de dados, de modo a detectar os problemas, analisar os motivos para tal ocorrência, eliminar os dados inadequados e repetir os testes, evitando distorções nos resultados (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

Após a coleta de dados ser finalizada, todos os dados obtidos devem ser preservados na forma original, sendo armazenados sem nenhuma alteração e ficando disponíveis para os casos em que existam dúvidas quanto aos resultados apresentados. Nos Estados Unidos, os órgãos de controle e a maior parte dos periódicos destacam que todos os dados originais devem ficar disponíveis por, pelo menos, três anos após o encerramento da pesquisa e a publicação dos resultados. No Brasil, o Ministério da Saúde publicou a resolução 466, de 12 de dezembro de 2012 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012), incumbindo ao pesquisador responsável, a manutenção dos dados da pesquisa, seja em arquivo físico ou digital, pelo período de cinco anos, após o término do trabalho.

Outro problema, que recorrentemente ocorre entre os pesquisadores que desenvolvem trabalhos em conjunto, é o estabelecimento da ordem de autoria nos artigos (FERNANDES; FERNANDES; GOLDIM, 2008; THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Apesar de não existir um critério estabelecido pela comunidade científica (FERNANDES; FERNANDES; GOLDIM, 2008), comumente baseia-se no volume de contribuições de cada autor, sendo ordenados conforme o efetivo envolvimento no trabalho (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

Apesar de uma simples tarefa, decidir a ordem de autoria nem sempre é algo fácil de realizar. Para isso, é importante tomar essa decisão antes de iniciar a pesquisa, coletar dados e escrever o resultado (PETROIANU, 2002; FERNANDES; FERNANDES; GOLDIM, 2008; THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Petroianu (2002) acrescenta que, em toda pesquisa potencialmente capaz de realizar maior impacto na comunidade, há a tendência de existir maior interesse em assumir a autoria principal, uma vez que ter o nome na primeira posição (líder do trabalho), fortalece o currículo e gera maior reconhecimento na comunidade científica.

Dado esse impasse, Monteiro et al (2004) apresenta os critérios sugeridos pelo *International Committee of Medical Journals Editors* (ICMJE) para resolver as questões relativas à ordem autoral. Para o ICMJE, a definição da autoria deve levar em consideração

três condições essenciais, seguindo a ordem de contribuição: 1) trabalho efetivo do pesquisador na idealização e planejamento da pesquisa, coleta de dados, análise e interpretação de resultados; 2) redação do artigo contendo os resultados obtidos; e, 3) leitura e aprovação do conteúdo final.

Entretanto, quando da submissão de um artigo, é sempre importante analisar os critérios, a conferência antes da submissão (PETROIANU, 2002), pois às vezes, é necessário colocar como primeiro autor o nome daquele que irá apresentar o trabalho no evento, alterando, assim, a ordem estabelecida no início da pesquisa. Petroianu (2002) afirma que, caso os pesquisadores não concordem com a medida que altera a ordem de autores, estes podem solicitar à comissão científica para obedecer e respeitar a sequência previamente estruturada.

Outro problema que interfere no desenvolvimento científico, está relacionado à publicação duplicada (ou publicação redundante) e a publicação “salame”. No primeiro caso, um mesmo artigo é enviado, simultaneamente, para dois periódicos, gerando uma publicação duplicada. No segundo cenário, um trabalho com muitos resultados é fragmentado em mais de um artigo (publicação “salame”). Destaca-se que a maioria dos periódicos solicita uma declaração de ineditismo e originalidade, na qual o autor deve afirmar que o mesmo artigo não foi submetido à avaliação de outra revista (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012; KLEINERT; WAGER, 2014; PASTERNAK, 2014; DUARTE; PANSANI, 2015). A publicação duplicada deve ser evitada, mas, em alguns casos, os periódicos entendem ser aceitável, desde que explicitamente declarado que estão traduzidos em outro idioma (KLEINERT; WAGER, 2014; DUARTE; PANSANI, 2015).

Thomas, Nelson e Silverman (2012) explicam que a prática cientificamente correta de publicação é a inclusão de todos os dados obtidos em um único artigo original, não sendo aceitável separar as coletas de dados em mais de um artigo (publicação “salame”). Porém, se o volume de dados obtidos com a pesquisa for demasiadamente grande, é possível publicar mais de um artigo, desde que fiquem explícitas as questões que serão respondidas em cada documento. Neste caso, é imprescindível constar o local/publicação no qual podem ser encontrados dados complementares, para que a comunidade consiga efetuar o comparativo de dados (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

### 3 PLÁGIO E O DIREITO AUTORAL

A difusão dos meios digitais que gera uma infinidade de oportunidades com o acesso à internet, propicia ao facilitador obter a informação que desejar a qualquer momento, uma vez que estão disponíveis a apenas um clique. Desta forma, é necessário aprofundar a discussão sobre os aspectos morais, éticos e jurídicos existentes na elaboração de qualquer tipo de texto, dando crédito ao autor original (MORAES, 2014).

Evidente que existem diversos problemas relacionados à avaliação em disciplinas, principalmente, o plágio de trabalhos na graduação e pós-graduação, em que o docente, muitas vezes, efetua a correção (quando a faz) de forma descuidada e negligente, ignorando o fato de que o conteúdo pode ter sido plenamente copiado de outro lugar. Com isso, os estudantes, sabendo dessa atitude inadequada por parte do professor, pouco se esforçam para produzir algo com a qualidade que deveria ter sido aplicada (MORAES, 2014).

Nesta linha, tem-se a propriedade intelectual, que é o nome utilizado para as obras produzidas pelas pessoas, fruto do intelecto e da criatividade do ser humano, podendo ser protegidas pelo Direito Autoral (que dá direitos de uso e/ou reprodução ao autor de livros, peças de teatro ou músicas) ou pelo Direito Industrial - aquele que protege as invenções (ESTEVEES, 2014; WACHOWICZ; COSTA, 2016).

O Direito Autoral é o conjunto de elementos jurídicos que protegem o autor e está relacionado às obras de cunho literário, artístico e/ou científico, preservando e garantindo a originalidade do material produzido (PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015; WACHOWICZ; COSTA, 2016). Ele surge com a criação da obra, fruto da originalidade e da novidade, não sendo a simples cópia de algo pronto, consolidado e disponível à sociedade (MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2008; WACHOVICZ; COSTA, 2016).

Adicionalmente, Moraes (2014) e Wachovicz e Costa (2016) destacam que, apesar do *copyright* (direito de cópia que protege o patrimônio da obra) ter sido formalmente estabelecido como objeto jurídico, em 1709 (na Inglaterra, por meio do *Copyright Act*), já havia ações e mecanismos de proteção do direito do autor desde 1662, como é o caso do *Licensing Act* (WACHOWICZ; COSTA, 2016), que consistia na proibição da impressão de livros que não estivessem formalmente licenciados (registrados). Estes mecanismos legais serviram de base para a criação, por volta de 1709, da plataforma legal de *Copyright*, adotada na visão anglo-americana, sendo formada por uma base central, representada pela

materialidade do exemplar, bem como o direito exclusivo de reprodução do material dele originado (ESTEVEES, 2014; WACHOWICZ; COSTA, 2016).

Para proteger os direitos intelectuais do autor, é necessário, segundo Wachowicz e Costa (2016, p. 17), “[...] a inscrição da obra e depósito de seus exemplares junto ao órgão oficial [...]”. Desta forma, apesar da existência de legislação que garante à determinada pessoa os direitos sobre a autoria, nada pode ser feito se esta obra não estiver formalmente depositada. Importante destacar que uma simples ideia (ou um texto não publicado) não pode ser protegida se não estiver oficialmente, depositada – como na publicação de um periódico, por exemplo (MORAES, 2014, WACHOVICZ; COSTA, 2016).

Em 1988, no capítulo referente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, a Constituição Brasileira dá atendimento aos Direitos de Autor, identificando no artigo 5º, inciso XXVII, que o direito de uso de determinada obra pertence ao autor, sendo exclusiva a publicação ou reprodução, com a transmissão de direito aos herdeiros. O mesmo artigo estabelece as mesmas condições nas obras produzidas coletivamente.

Em julho de 1998 é sancionada no Brasil a Lei 9.610, Lei de Direitos Autorais e Conexos. Destaca-se que esta legislação é, ao contrário de leis similares em outros países, na ótica de Wachowicz e Costa (2016, p. 20), “[...] uma das mais rígidas e restritivas do mundo”. Isto ocorre porque não é permitida a reprodução, fotocópia ou digitalização de acervo, sendo considerada uma contrafação (reprodução não autorizada). Em outros países, a exemplo da Inglaterra, essas mesmas ações são permitidas e realizadas em larga escala, pois não há o entendimento de violação do direito do autor.

A Lei 9.610/1998 protege as obras originais, criadas por meio da criatividade do ser humano, sendo divulgadas por qualquer meio utilizado e destaca, em seu artigo 7º, que “são obras intelectuais protegidas pelas criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro [...]” (BRASIL, 1998). Os 13 tipos de obras protegidos pela Lei 9.610/1998, são:

- I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições musicais tenham ou não letra;
- VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - os programas de computador;
- XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constitua uma criação intelectual.

(BRASIL, 1998, p. 2)

Para Wachowicz e Costa (2016), uma obra para ser protegida pelo Direito Autoral não precisa, necessariamente, ser formalizada. Seu registro é considerado facultativo e pode ser realizado de forma declaratória, bastando sua publicação ou divulgação (como no caso de artigos publicados em anais de congresso ou em periódicos; conteúdos de páginas na internet; monografias, teses e dissertações, que ficam protegidas quando do depósito do exemplar na biblioteca). Nestes casos, a proteção é contada a partir da data da publicação ou divulgação, independente de registro prévio. Se, por algum motivo, o autor desejar preservar o bem intacto, inédito e sem publicação ou divulgação, basta recorrer à Lei 8.029/90 e efetuar o depósito da obra na Biblioteca Nacional.

Destaca-se, porém, que algumas obras são depositadas, conforme sua natureza, em órgãos específicos (WACHOWICZ; COSTA, 2016), como no caso das obras arquitetônicas, registradas no Conselho Federal de Engenharia (CONFEA); obras artísticas, sendo formalizadas junto à Escola de Belas Artes, ou ainda, os programas de computador, cujo registro é realizado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Para Moraes (2014) e Wachowicz e Costa (2016), o que precisa ser atualizado na Lei 9.610/1998, diz respeito ao uso da internet, visto que, na época em que foi editado, o acesso à rede mundial de computadores não apresentava a escala dos dias atuais. Atualmente, com a disponibilidade quase infinita de recursos, a possibilidade de edições colaborativas, o acesso a textos de forma direta, a forma de criação e divulgação de produções foram transmutadas e passaram a fazer parte do cotidiano.

Dentre os direitos possíveis aos autores, têm-se o Direito Patrimonial e o Direito Moral. O *Direito Patrimonial* é relacionado com as vantagens materiais da obra, como é o caso da obtenção de porcentagem nas vendas de exemplares; o *Direito Moral* está vinculado à personalidade do autor, o direito à paternidade da obra e o reconhecimento de autoria, sendo irrenunciáveis e inalienáveis. Em linhas gerais, o proprietário não pode ignorar a autoria ou a

inserção de seu nome (ou pseudônimo) na obra (Direito Moral), mas os direitos podem, no todo ou em partes, serem transferidos para outras pessoas (PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015; SANTOS et al., 2016; WACHOWICZ; COSTA, 2016).

Nos Direitos Morais estão englobados: o *direito de personalidade ou paternidade* (aquele no qual o autor tem o poder de requisitar a autoria de uma obra); *direito de nomeação* (vinculado ao direito de identificar seu nome ou pseudônimo à obra); *direito de divulgação* (direito de o autor apresentar a obra publicamente, usando qualquer meio); *direito de inédito* (direito de não divulgar a obra ao público); *direito de integridade* (quando o autor pode contestar qualquer alteração não autorizada); *direito de modificação* (poder do autor em alterar a obra a qualquer tempo); *direito de retirada ou arrependimento* (direito que o autor possui de tirar ou suspender a divulgação da obra); *direito de repúdio ao projeto* (quando o autor de um projeto arquitetônico não concorda com as modificações na obra); *direito de acesso* (direito de ter exemplar único da obra, para preservar a memória). Em todos os casos, o autor poderá usufruir de seus princípios, sendo estes irrenunciáveis, como no caso do Direito de Repúdio ao Projeto, quando o autor poderá retirar seu nome se, por ventura, a obra seja modificada sem o seu consentimento (WACHOWICZ; COSTA, 2016).

Os Direitos Patrimoniais são vitalícios e transferidos aos familiares, podendo a obra ser cedida para comercialização, sob a tutela do Direito Autoral. Com o Direito Patrimonial, o autor poderá assinar contrato com editora para publicação da obra, participando dos lucros de, no mínimo, 5,0% sob o valor de revenda. O Direito Patrimonial tem duração vitalícia, sendo transmitido aos herdeiros pelo prazo de 70 anos, momento em que a obra entra em domínio público e poderá ser utilizada/modificada por qualquer pessoa (SANTOS et al., 2016; WACHOWICZ, COSTA, 2016).

A proteção de uma obra pode ser: de forma *individual*, quando esta é objeto da criatividade de uma pessoa (que tem exclusividade nos direitos sobre a obra); em *coautoria*, situação em que existe a colaboração de várias pessoas e, assim, há o compartilhamento dos direitos sobre a produção, com participação igual e proporcional, salvo se colocado por escrito situação diferente; *coletiva*, quando a obra é feita por mais de uma pessoa, mas organizada de forma individual ou coletiva, como no desenvolvimento de software, no qual há divisão dos módulos a serem construídos, sendo a organização da ferramenta completa realizada por uma ou um conjunto de pessoas; *colaborativa*, feita por pessoas diferentes por meio da edição compartilhada, sem haver identificação ou atribuição de titularidade de forma individualizada,

usando as ferramentas disponíveis na Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (MORAES, 2014; SANTOS et al., 2016; WACHOWICZ; COSTA, 2016).

A legislação de Direito Autoral não dá proteção à ideia, mas à expressão da mesma, ou seja, é preciso ter algo concreto, materializado, publicado em algum lugar, para que seja passível de proteção e amparada pela Lei 9.610/1998 (BRASIL, 1998; PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015; WACHOWICZ; COSTA, 2016).

Destaca-se que algumas ações não constituem violação ao direito autoral, como no caso da publicação, por parte da imprensa, de algum texto com a indicação do autor. Outra situação que não fere o Direito Autoral é a citação de trechos de obras, acompanhadas do nome do autor e a origem (ESTEVES, 2014; PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015). Adicionalmente, Prevedello, Rossi e Costa (2015) destacam que não há ofensa quanto ao direito autoral o conteúdo ministrado nas escolas e/ou universidades. Entretanto, não é possível publicar os documentos produzidos/apresentados nas aulas, seja de forma integral ou parcial, sem que exista autorização daquele que lecionou.

A Lei 9.610/1998 prevê que os infratores serão responsabilizados e sujeitos a punições civis e penais nos termos da legislação (KROKOSCZ, 2011). Na lei 9.610/98, é prevista a “[...] indenização por danos morais e patrimoniais, que, em certos casos, pode chegar a três mil vezes o valor de cada exemplar violado” (SAUTHIER et al., 2011, p. 54). Desta forma, para evitar que o plágio seja cometido e, com isso, o crime se torne irreparável, é preciso adotar algumas medidas e seguir as regras estabelecidas quando da elaboração de algum material, utilizando textos de terceiros. Para isso, deve-se utilizar a referência correta do autor, para não ser considerado plágio e estar sujeito às penalidades contidas na legislação, sem considerar as possibilidades de sanções administrativas. Com isso, toda vez que se utiliza o material produzido por outra pessoa (texto, imagem, gráfico, tabela) é imprescindível a indicação completa da fonte, de modo a preservar os direitos daqueles que, originalmente, desenvolveram aquele produto, ou seja, é o reconhecimento devido pela possibilidade de reprodução de algum trecho ou pela citação realizada (ESTEVES, 2014; MORAES, 2014; PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015; WACHOVICZ; COSTA, 2016).

As punições possíveis, em se tratando de violação da lei 9.610/98, são divididas nas esferas penal e civil, tendo como pena, segundo o art. 184 do Código penal, a prisão de três meses a um ano ou pagamento de multa, ou ainda, a indenização em dinheiro como forma de reparação do dano moral causado. Caberá ao judiciário, no caso de o infrator ser enquadrado na esfera civil, indicar a reparação do dano com a fixação de pagamento de indenização ao

proprietário da obra, não podendo ultrapassar o valor de três mil vezes da cópia apreendida (WACHOWICZ; COSTA, 2016). Como na esfera penal, é preciso avaliar as condições em que tal crime tenha sido cometido, as provas de materialidade do delito, bem como os prejuízos causados ao titular da obra original.

Para a aplicação da sanção enquadrada no código penal (Art. 184), é preciso avaliar em que condição o infrator cometeu o crime que fere o Direito Autoral (Lei 9.610/98), certificando se não existem outras pessoas envolvidas e a participação de cada uma delas. Em linhas gerais, não se trata simplesmente de buscar qual a pena a ser aplicada (MORAES, 2014; WACHOWICZ; COSTA, 2016). É preciso analisar, cuidadosamente, as motivações e a proporção em que o crime tenha sido cometido. De qualquer forma, a retirada do material publicado com plágio, a perda do título obtido, a devolução dos valores conseguidos por meio de financiamento, sem contar na possibilidade de pagamento de indenização ao proprietário (conforme previsto no Código Penal), são alguns exemplos de punições adicionais que os infratores podem receber (ESTEVES, 2014; MORAES, 2014; WACHOWICZ; COSTA, 2016).

É importante acrescentar que as ferramentas de TIC, disponíveis nos dias atuais, servem para apoiar o armazenamento de dados e transmissão de informações e, com isso, oportunizam aos pesquisadores inúmeras facilidades na consulta e elaboração de textos. Nesta direção, e com as facilidades no acesso à informação, o meio acadêmico é o ambiente que mais tem apresentado casos de obtenção de proveitos que são incompatíveis com sua capacidade, provenientes do acesso à internet e da cópia de material produzido por outra pessoa (PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015; WACHOVICZ, 2015; WACHOWICZ; COSTA, 2016).

Para Wachowicz e Costa (2016), por conta da inexistência de uma proibição universal “em função do princípio geral da legalidade”, sem contar com a distribuição da obra em meio eletrônico, muitas vezes os autores ficam completamente desprotegidos, fortalecendo a liberdade de plagiar. Assim, em virtude da quantidade de material disponível na internet, é muito menos oneroso copiar um trecho pronto do que ter o trabalho de ler, interpretar e escrever com as próprias palavras. Com a pressa na entrega do “produto final”, vale correr o risco (PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015; SANTOS et al., 2016; WACHOWICZ; COSTA, 2016).

Dentre as “técnicas” utilizadas pelos plagiadores para obterem bons resultados nas avaliações, sem ter o devido empenho em produzir o material, destacam-se a *transliteração*



*servil*, que se trata da “conversão do texto em frases que buscam a sinonímia” (WACHOWICZ; COSTA, 2016), ou seja, trocam-se palavras por outras correspondentes, na tentativa de iludir o avaliador/leitor da existência de texto novo; e o *autoplágio*, no qual o autor original é copiado por ele mesmo, omitindo a origem e a fonte da publicação anterior, dando a impressão de ser algo inédito.

Para Wachovicz (2015) e Wachovicz e Costa (2016) cabe às universidades realizarem o papel de orientadores do processo de produção do conhecimento, visando à formação pessoal e profissional, além da condução de pesquisas qualificadas. Assim, é necessária a avaliação crítica acerca de cada texto produzido no meio acadêmico, desenvolvendo hábitos e métodos adequados para detectar deslizos que possam, não somente prejudicar o trabalho desenvolvido e gerar dúvidas nos resultados obtidos, mas, também, depreciar o nome da instituição. Desta forma, para evitar o desconforto com o desenvolvimento da ciência, as instituições (universidades, agências de fomento à pesquisa, editoras) procuram regulamentar nos regimentos internos um código de conduta em pesquisa, sendo que os participantes (estudantes, professores, pesquisadores) são submetidos às punições nele descritas (MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2008; WACHOWICZ; COSTA, 2016; SANTOS, 2017).

Para Moraes (2014), aquele que plágia age, sempre, com a intenção de enganar o interlocutor, tentando apresentar algo diferenciado a um trabalho de autoria de outra pessoa, sendo “o mais grave ilícito contra a propriedade intelectual” (MORAES, 2014, p. 96), uma vez que extrapola os aspectos financeiros e atinge diretamente o(s) autor(es). Com isso, ressalta-se que o plágio tem muita influência nos danos morais, interferindo diretamente nos direitos econômicos. Entretanto, no âmbito da legislação, inicialmente os aspectos financeiros são deixados de lado, mas a proteção é necessária para garantir que os direitos do autor sejam atendidos (PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015; WACHOVICZ, 2015; WACHOVICZ; COSTA, 2016).

Para Wachovicz e Costa (2016), os interessados no combate ao plágio, são: a) as universidades, que apesar de desenvolverem normativos gerais e abrangentes, o fazem de forma isolada; b) os institutos, órgãos de fomento e editoras, que podem estabelecer um código de conduta e regras próprias (contratos, regulamentos, pedidos de bolsa) para garantir o controle plagiário; c) avaliadores (seja de trabalhos, projetos ou artigos) têm pouco incentivo para controlar as falhas nos documentos, uma vez que muitas vezes, “[...] a reputação, de rigor, nem sempre compensa as horas perdidas [...]”; d) estudantes e

pesquisadores têm incentivos para denunciar os casos, mas acabam não o fazendo por conta do receio da retaliação de sua atitude.

Em se tratando de legislação, a proteção de instituições e de pessoas contra o plágio é insuficiente, em virtude de que somente há o combate de ações desta natureza quando ocorre agravo financeiro ou quando movido por danos morais (WACHOVICZ; COSTA, 2016). Há uma lacuna na abordagem jurídica acerca de plágio e, até mesmo nos dias atuais, com a evolução das plataformas de Informação e Comunicação e as facilidades decorrentes desta prática, a literatura da área de Direito pouco contextualiza este grave problema (WACHOVICZ; COSTA, 2016). Segundo Wachovicz e Costa (2016), diversos livros jurídicos são elaborados e sequer aparece alguma definição sobre plágio, muito menos, ter um capítulo dedicado a apresentá-lo como sendo problema de ordem jurídica, porém, cotidianamente, o plágio se torna cada vez mais comum.

Ainda, as instituições creditam aos termos de compromisso (compostos por um conjunto de regras e códigos de conduta próprios) assinados pelos membros da comunidade acadêmica, como mecanismos eficientes para frear a disseminação plagiária (SANTOS, 2017). Se considerar as fraudes de pequeno vulto (como nos casos de trabalhos de conclusão de curso de graduação, por exemplo), tais regras e procedimentos têm se mostrado eficientes, uma vez que os autores têm receio das punições sofridas, decorrentes das sanções impostas na regulamentação ao qual estão sujeitos (WACHOVICZ; COSTA, 2016).

Contudo, Ferreira e Persike (2014) ressaltam que a abordagem adotada nas instituições de ensino superior para combate ao plágio, é, muitas vezes, realizada de forma indireta e por meio de orientações contidas em regulamentos internos. As normas disponíveis não estabelecem medidas diagnósticas, pedagógicas e de cunho preventivo, muito menos, a punição adotada para os casos de plágio. Em muitos casos, os documentos disponíveis destacam a existência de plágio, mas não evidenciam os procedimentos que devem ser adotados para evitar sua ocorrência.

Porém, os casos de omissão proposital do autor ou o descuido/esquecimento quanto à citação da fonte, são muito frequentes e, diversas vezes, passam despercebidos da análise, principalmente, do autor plagiado, em virtude da dificuldade de detecção imediata (MIRANDA; SIMEÃO; MULLER, 2008; WACHOVICZ; COSTA, 2016). Se não há utilização de algum mecanismo para verificação, fica ainda mais complexo encontrar o problema quando a fonte está apresentada junto ao texto copiado de outro autor. Independente do caso, se o plagiador cometeu a falha por descuido ou intencionalmente, a atitude é

injustificável e merece tratamento adequado (PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015; WACHOVICZ; COSTA, 2016).

Para Moraes (2014), Prevedello, Rossi e Costa (2015), Wachovicz (2015), Wachowicz e Costa (2016) o plágio é mais grave quando ocorre a omissão da autoria original, do que quando a citação é feita de forma equivocada, mas que acompanha a fonte completa do material utilizado. Entende-se, porém, que ambas as situações, apesar de conotações distintas (na primeira há dolo intencional e, na segunda, um deslize metodológico), são graves indícios de conduta inadequada e tendem a enganar o interlocutor. Sarti (2017) complementa que o uso de trechos de outras fontes sem a devida referência, com pequenas mudanças no sentido das palavras/frases (troca por sinônimos) é, também, uma prática inadequada em pesquisa e um sério problema que viola os direitos autorais.

O cenário do plágio pode passar sem ser detectado, ainda mais se estiver em um ambiente mais reservado, como na sala de aula (trabalhos de disciplina) ou em trabalhos de final de curso (TCCs, monografias, dissertações, teses) que não estejam disponibilizados ou que seus resultados não sejam publicados. Normalmente, neste caso, como já abordado, dificilmente o autor de um trecho copiado sem sua autorização, terá conhecimento de tal ofensa (WACHOVICZ; COSTA, 2016).

Assim, cabe aos avaliadores a tarefa de examinar criteriosamente os textos, no exercício da identificação da existência de plágio, culminando com um controle efetivo da autoria e a obrigatoriedade da apresentação de algo novo. Aqui está em jogo a reputação do autor, que tem como responsabilidade a elaboração de um texto original, e a responsabilidade dos avaliadores, na tarefa de apurar a presença de alguma irregularidade (WACHOVICZ; COSTA, 2016).

Com isso, é notável que o plágio tenha influência direta no respeito conquistado pela academia, quando se trata de pesquisa e, desta forma, o rigor no tratamento dos casos relacionados a esta atividade e a punição aplicada, devem ser severos (FERREIRA; PERSIKE, 2014). Por isso, muitas vezes é complicado admitir a existência de plágio (ou outra fraude) em algum trabalho, com o receio de ver sua reputação conquistada na sociedade, cair em descrédito (WACHOVICZ; COSTA, 2016).

Por fim, sempre que o plágio não é encontrado ou quando é ignorado (ou seja, sabe-se que tem, mas não se aplica nenhuma medida para combatê-lo), este interfere na validade e legitimidade do desenvolvimento de pesquisas na academia. Por um lado,

comprova e apresenta a existência de problemas no sistema de avaliação de trabalhos, proporcionando vantagens ao plagiador sem que o mesmo mereça; do outro lado, coloca em dúvida o crivo na avaliação do professor, tornando-o incapaz de reconhecer os trechos que tenham algum problema desta natureza.

O plágio, como tratado anteriormente, é abordado como um assunto inserido no campo da ética e consiste na apropriação (consciente ou não) de obra que pertence a outra pessoa, utilizando para isso, qualquer forma ou meio, e, muitas vezes, ocultando a fonte de onde fora retirado o trecho (MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2008; MORAES, 2014; WACHOVICZ, 2015; WACHOVICZ; COSTA, 2016).

Wachowicz e Costa (2016) relatam a inexistência de estatística no Brasil acerca de plágio no meio acadêmico. Os autores enfatizam que, por diversas vezes, os casos não são noticiados, uma vez que as instituições resolvem os problemas internamente e, assim, mesmo que existam relatos no aumento da cópia de fragmentos retirados da internet, são poucos os casos encaminhados para análise do poder judiciário.

## 4 O PLÁGIO E A INTEGRIDADE NA PESQUISA

As temáticas desonestidade científica, integridade científica e plágio são recentes no cenário brasileiro, conforme apresentado por Pádua e Guilherm (2015), uma vez que o primeiro estudo encontrado sobre o assunto foi publicado por Maria Christina Anna Grieger em 2005 (GRIEGER, 2005). Apesar da lei de Direito Autoral (lei 9.610/98), conceder algum tipo de proteção às obras, não trata especificamente sobre o plágio em trabalhos acadêmicos.

Assim, por meio de uma revisão sistemática de trabalhos relacionados às temáticas - plágio, integridade em pesquisa e desonestidade acadêmica - buscou-se responder a seguinte pergunta: De que forma é tratada a desonestidade acadêmica e o plágio em pesquisa?

Para a coleta de dados da revisão sistemática, foram utilizadas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), considerando os trabalhos publicados a partir de 2010.

Foram utilizadas as seguintes palavras-chave/descriptores e, consecutivamente, os termos correspondentes em inglês: “plágio” OR “desonestidade científica” OR “desonestidade acadêmica” OR “plágio na academia” OR “plágio na universidade”. Adicionalmente, os mesmos termos foram consultados utilizando o operador lógico *AND*, de modo a obter mais artigos associados ao tema proposto. Nas duas bases de dados, as palavras-chave seguiram a seguinte ordem: plágio, desonestidade científica, plágio na academia, plágio na universidade, *plagiarism*, *plagiarism and university*, *plagiarism and academy*, *scientific and dishonesty*.

Com base nas sentenças utilizadas, a base de dados do IBICT retornou 287 trabalhos, distribuídos da seguinte forma: usando o descritor “plágio” foram encontrados 67 documentos; o descritor “desonestidade científica” retornou 10 trabalhos; “plágio na academia” obteve cinco documentos; e, “plágio na universidade” retornou 64 documentos. O termo “*plagiarism*” retornou 58 trabalhos; a combinação *plagiarism and university* retornou 15 artigos; a combinação de todos os termos (plágio OR desonestidade científica OR plágio OR academia OR plágio OR universidade) retornou 68 trabalhos. Enquanto que os termos “*plagiarism and academy*” e “*scientific and dishonesty*” não retornaram nenhum resultado.

Utilizando a base do SciELO foram encontrados 200 trabalhos, sendo assim distribuídos: usando o descritor “plágio” foram encontrados 39 documentos; o descritor

“desonestidade científica” retornou 3 trabalhos; “plágio na academia” retornou dois documentos; “plágio na universidade” retornou 21 documentos. O termo “*plagiarism*” retornou 40 artigos; a combinação “*plagiarism and university*” retornou 10 artigos; a combinação de todos os termos (plágio OR desonestidade científica OR plágio OR academia OR plágio OR universidade) retornou 39 trabalhos; a mesma combinação, com os termos em inglês, obteve 42 resultados. Os termos “*plagiarism and academy*” retornaram um artigo; e, “*scientific and dishonesty*” retornaram três resultados.

Para a inclusão dos trabalhos foram considerados os seguintes critérios: textos que apresentassem relatos de experiência; documentos que tratassem a percepção da comunidade acerca da integridade em pesquisa (em especial ao plágio); trabalhos que ilustrassem exemplos práticos da aplicação de regras e normas de pesquisa; coleta de dados realizada no Brasil; mensuração sobre desonestidade científica e apresentação dos resultados, tendo por base essa variável.

Foram desconsiderados, inicialmente, todos os trabalhos duplicados mantendo apenas um deles para análise. Em seguida, foram retirados todos aqueles documentos nos quais registravam a temática pesquisada somente no conjunto de palavras-chave. Na leitura do resumo do trabalho e, na sequência do documento completo, ficou demonstrado que aquele trabalho não tratava, especificamente, sobre plágio, integridade em pesquisa ou desonestidade acadêmica.

Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos, foram selecionados 25 documentos (12 artigos, quatro teses e nove dissertações) para a revisão sistemática. Os trabalhos foram agrupados em cinco categorias, que representam os temas gerais utilizados para seleção dos estudos: 1) Plágio; 2) Integridade em pesquisa; 3) Ferramentas de detecção de plágio; 4) Normas e diretrizes em pesquisa; 5) Percepção de professores e estudantes.

Logo que os critérios de exclusão foram aplicados, por meio da análise do resumo, palavras-chave e objetivos da pesquisa, a leitura completa do trabalho permitiu não somente a filtragem e aproveitamento do estudo, como principalmente, proporcionou a classificação dos mesmos nas categorias estabelecidas.

Na análise de cada trabalho selecionado, foram considerados os seguintes elementos: objetivos da pesquisa, metodologia utilizada, contribuição e aplicabilidade do estudo, resultados obtidos e discussões produzidas.

O volume de trabalhos, as filtragens realizadas e os resultados obtidos são apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1 - Detalhamento da metodologia utilizada na revisão sistemática**

Total de arquivos obtidos na busca, por meio dos descritores: “plágio” OR “desonestidade científica” OR “Plágio na academia” OR “Plágio na universidade” OR “ <i>plagiarism</i> ” OR “ <i>plagiarism and university</i> ” OR “ <i>plagiarism and academy</i> ” OR “ <i>scientific and dishonesty</i> ” = <b>487 trabalhos</b>	
IBICT	SciELO
287	200
<i>Exclusão dos trabalhos repetidos = 361 excluídos</i>	
IBICT (211 excluídos)	SciELO (150 excluídos)
76	50
<i>Exclusão pela leitura dos descritores = 50 excluídos</i>	
IBICT (34 excluídos)	SciELO (16 excluídos)
42	34
<i>Exclusão pela leitura do resumo = 38 excluídos</i>	
IBICT (23 excluídos)	SciELO (15 excluídos)
21	17
<i>Exclusão pela leitura do trabalho completo = 14 excluídos</i>	
IBICT (8 excluídos)	SciELO (6 excluídos)
13	12
<b>Número de documentos considerados para análise na revisão sistemática = 25</b>	

Fonte: Autoria própria (2017)

No Quadro 2, estão registrados os 25 trabalhos utilizados na revisão sistemática, seguindo a ordem cronológica de produção.

**Quadro 2 - Principais trabalhos que contribuíram com a revisão sistemática**

Ano	Autor(es)	Título	Periódico/ instituição	Tipo de produção	Categoria temática
2011	ANDRADE, J. X.	Má conduta na pesquisa em ciências contábeis.	Universidade de São Paulo (USP)	Tese	Integridade em Pesquisa
2011	BERLINCK, R. G. S.	The academic plagiarism and its punishments - a review.	Revista Brasileira Farmacognosia	Artigo	Normas e Diretrizes em Pesquisa
2011	INNARELLI, P. B.	Fatores antecedentes na atitude de alunos de graduação frente ao plágio.	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	Dissertação	Integridade em Pesquisa
2011	KROKOSCZ, M.	Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil.	Revista Brasileira de Educação	Artigo	Normas e Diretrizes
2011	PERTILE, S. L.	Desenvolvimento e aplicação de um método para detecção de indícios de plágio.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Dissertação	Ferramenta de Detecção
2011	TANIGUCHI, S. P.	Desonestidade acadêmica: interação entre fatores pessoais e práticas de grupo na atitude de estudantes de IES.	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	Dissertação	Integridade em Pesquisa

Ano	Autor(es)	Título	Periódico/ instituição	Tipo de produção	Categoria temática
2013	ARENHARDT, C. P. B.	Miss Marple desenvolvimento de ferramenta para auxiliar na verificação e detecção de indícios de plágio com base no método DIP (Detector de indícios de plágio).	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Dissertação	Ferramenta de Detecção
2013	FREITAS, T. C. S	Autoria e plágio: representações sociais na educação superior.	Universidade Regional de Blumenau (FURB)	Dissertação	Plágio
2013	LIMA, M. B.	Ctrl+C/Ctrl+V : plágio ou estratégia? - representações de professores universitários sobre a escrita de seus alunos.	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Dissertação	Plágio
2014	KROKOSZ, M.	Outras palavras: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno.	Universidade de São Paulo (USP)	Tese	Plágio
2014	RUSSO, M..	Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva.	Revista Estudos Avançados	Artigo	Integridade em Pesquisa
2014	SOARES, R.	Proteção à autoria e combate ao plágio acadêmico na FAINOR: referenciais didáticos instrucionais.	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Dissertação	Normas e Diretrizes em Pesquisa
2014	VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M., AGUIAR, F. H., QUEIROZ, J. P., BARRICHELLO, A.	Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios.	Revista de Administração Mackenzie	Artigo	Plágio
2014	WATANABE, E. H.	A não linearidade entre a reação de quem copia e de quem é copiado.	Revista Estudos Avançados	Artigo	Autoria e Metodologia
2015	DIAS, W. T.; EISENBERG, Z. W.	Vozes diluídas no plágio: a (des)construção autoral entre alunos de licenciaturas.	Revista Pro-Posições	Artigo	Plágio
2015	GUEDES, D. O.; GOMES FILHO, D. L.	Percepção de plágio acadêmico entre estudantes do curso de odontologia.	Revista Bioética	Artigo	Plágio
2015	PÁDUA, G. C. C., GUILHEM, D.	Integridade científica e pesquisa em saúde no Brasil: revisão da literatura.	Revista Bioética	Artigo	Integridade em Pesquisa
2015	PERTILE, S. L.	Combinando métricas baseadas em conteúdo e em referências para a detecção de plágio em artigos científicos.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Tese	Ferramenta de Detecção
2015	SANTOS, F. C.	A concepção de trabalho acadêmico de alunas de	Universidade do Vale do Rio dos	Dissertação	Autoria e Metodologia



Ano	Autor(es)	Título	Periódico/ instituição	Tipo de produção	Categoria temática
		um curso de Pedagogia à distância: um estudo de caso.	Sinos (UNISINOS)		
2016	ALENCAR, L. B.	Práticas de orientação de TCC em curso de graduação em Ciências Contábeis em IES da cidade de São Paulo que possuem <i>stricto sensu</i> .	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP)	Dissertação	Autoria e Metodologia
2016	ALMEIDA, R. M. V. R. D., CATELANI, F., FONTES-PEREIRA, A. J., GAVE, N. D. S.	Retractions in general and internal medicine in a high-profile scientific indexing database.	São Paulo Medical Journal	Artigo	Integridade em Pesquisa
2016	ALVES, A. P. M.	Competência Informacional e o uso ético da informação na produção científica: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico.	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Tese	Normas e Diretrizes em Pesquisa
2016	ALVES, M. F.; MOURA, L. O. B. M.	A Escrita de Artigo Acadêmico na Universidade: Autoria x Plágio.	Revista Ilha do Desterro	Artigo	Autoria e Metodologia
2016	DALLA COSTA, R. M. C.	Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas.	Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação	Artigo	Normas e Diretrizes em Pesquisa
2016	SOUSA, R. N. D., CONTI, V. K., SALLES, A. A., MUSSEL, I. D. C. R.	Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde.	Revista Bioética	Artigo	Plágio

Fonte: Autoria própria (2017)

Dos 25 estudos selecionados, três (12,0%) são referentes ao desenvolvimento de “Ferramentas de Detecção”; quatro (16,0%) discorrem sobre a temática “Autoria e Metodologia” na elaboração de trabalhos; 10 (40,0%) são relativos às categorias “Plágio” (sete trabalhos) e “Normas e Diretrizes” (três trabalhos); e, seis documentos (32,0%), abordam sobre a temática “Integridade em Pesquisa”.

O Quadro 3 apresenta a contextualização de cada um dos 25 trabalhos selecionados para análise, registrando as principais informações acerca dos procedimentos adotados, população participante e tipo de pesquisa utilizado.

**Quadro 3 - Descrição geral dos trabalhos selecionados**

Referência	Contexto da pesquisa
ANDRADE, J. X., 2011.	Aplicação de um <i>survey</i> a 85 pesquisadores presentes no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade de 2009, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a oito pesquisadores experientes.
BERLINCK, R. G. S., 2011	Não consta a metodologia adotada. Trata-se de um trabalho de revisão que efetua uma contextualização acerca do plágio, porque os alunos plágiam e os reflexos ocasionados de sua propagação.

Referência	Contexto da pesquisa
INNARELLI, P. B., 2011	Levantamento documental. Revisão sistemática sobre plágio, selecionando 74 trabalhos, distribuídos em cinco grupos. Utilizou-se para a coleta de dados a base de dados EBSCO, revistas eletrônicas, teses e anais de congresso. Foram encaminhados 1.800 questionários, a alunos de diferentes períodos de um curso de graduação em Administração, modalidade presencial.
KROKOSZ, M., 2011	Pesquisa descritiva documental. Levantamento das ações de combate ao plágio nas três melhores IES de cada continente, utilizando a edição de 2009 do <i>Webometrics Ranking of World Universities</i> , comparando com as IES brasileiras melhor classificadas no Ranking Universitário da Folha.
PERTILE, S. L., 2011	Desenvolvimento de software. Validado por meio da utilização de 15 textos, sendo 14 reais (produzidos por alunos de pós-graduação EAD) e um artigo elaborado por meio de tradução de textos em inglês. Os resultados foram comparados com outras seis ferramentas.
TANIGUCHI, S. P., 2011	Modelo de pesquisa realizado a um grupo de estudantes de uma IES particular, obtendo 116 respostas válidas, a partir de um <i>survey</i> eletrônico. A população foi constituída de 2.000 alunos de cursos de graduação modalidade EAD, sendo 1.000 do curso de Logística, 300 do curso de Gestão Financeira EAD, e 700 alunos de Processos Gerenciais.
ARENHARDT, C. P. B., 2013	Efetuou a comparação de 15 (quinze) ferramentas de detecção de plágio, com validação em curso presencial e à distância. Possui um protocolo de testes (de arquivo e de interface). Para análise das ferramentas, foram submetidos oito artigos criados por alunos de um curso de especialização de uma universidade federal, oito artigos de um curso de graduação de uma universidade privada e dois arquivos sem indícios de plágio. Os arquivos tinham entre no mínimo oito e no máximo 15 páginas.
FREITAS, T. C. S., 2013	Pesquisa realizada em um grupo de 41 professores e 59 estudantes da área de saúde de uma IES de Santa Catarina. Para a coleta de dados, foram utilizados questionários aplicados durante a realização de cursos de extensão e de uma oficina.
LIMA, M. B., 2013	Pesquisa qualitativa, composta por 10 professores que trabalham em instituições de ensino superior da região sudeste. Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes, por meio de troca de e-mails, pessoalmente ou por chat em rede social.
KROKOSZ, M., 2014	Revisão de literatura - estudo teórico.
RUSSO, M., 2014	Revisão de literatura - estudo teórico. Não foi utilizada metodologia científica.
SOARES, R., 2014	Revisão de literatura. Desenvolvimento de um manual para sistematizar a política de combate ao plágio da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), apresentando ações para o efetivo controle, contendo orientações acerca de plágio.
VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M., AGUIAR, F. H., QUEIROZ, J. P., BARRICHELLO, A., 2014	Abordagem quantitativa com aplicação de questionário, em sala de aula, a 164 estudantes de especialização e a 179 de graduação da área de Administração. Avaliaram o comportamento do respondente em relação à intenção em realizar alguma fraude. A coleta foi realizada, em 2012, em três IES privadas de São Paulo (duas para sistematizar a coleta na graduação e uma para a pós-graduação).
WATANABE, E. H., 2014	Não foi utilizada metodologia científica. Basicamente, trata-se de uma revisão de literatura sobre plágio, o relato de experiência como professor da Coppe/RJ e as estratégias utilizadas pela instituição para o enfrentamento ao plágio.
DIAS, W. T.; EISENBERG, Z. W., 2015	Pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 30 alunos de licenciatura e nove professores da mesma área, analisando a compreensão e o tratamento acerca do plágio na graduação.
GUEDES, D. O.; GOMES FILHO, D. L., 2015	Pesquisa qualitativa com 186 alunos de graduação em Odontologia de uma universidade estadual, por meio de um questionário adaptado contendo 16 perguntas (13 objetivas e três discursivas).
PÁDUA, G. C. C., GUILHEM, D., 2015	Levantamento documental (revisão sistemática) de artigos publicados no SciELO, PubMed, Scopus, por meio de palavras-chave associadas à integridade em pesquisa. Seleção de 19 trabalhos associados a seis categorias.
PERTILE, S. L., 2015	Desenvolvimento de software. Realização de experimentos/testes para validação do método de detecção proposto. Foram utilizados 4.686 documentos publicados

Referência	Contexto da pesquisa
	em conferências da área de computação (período de 2004 a 2011). Foram efetuados testes para comparar os métodos de detecção de conteúdo com os baseados em citação.
SANTOS, F. C., 2015	Estudo de caso com três alunos do curso de graduação em Pedagogia, modalidade EAD, de uma universidade do interior de um estado do Nordeste, com abordagem qualitativa do ambiente onde os estudantes residem.
ALENCAR, L. B., 2016	Pesquisa descritiva quanto ao tipo e qualitativa quanto à abordagem. Análise documental e realização de entrevista com 12 professores orientadores dos TCC de graduação em Ciências Contábeis, de uma IES de São Paulo que oferta pós-graduação.
ALMEIDA, R. M. V. R. D., CATELANI, F., FONTES-PEREIRA, A. J., GAVE, N. D. S., 2016	Avaliar o volume de retrações de artigos na área de Medicina e que tenham cometido algum tipo de desonestidade científica, adotando como indicador, o índice de citações, utilizando um intervalo de confiança de 95,0% da amostra utilizada.
ALVES, A. P. M., 2016	Levantamento, por meio de coleta de dados, no sítio institucional/bibliotecas das dez IES brasileiras melhor classificadas no Ranking da Folha (RUF), aplicação e análise de questionário encaminhado a bibliotecários e dirigentes institucionais sobre conteúdo informacional e a qualidade da informação disponível. Foram utilizados três mecanismos para coleta dos dados: formulário para agrupar o conteúdo dos sítios; questionário encaminhado aos bibliotecários; questionário aos gestores das bibliotecas.
ALVES, M. F.; MOURA, L. O. B. M., 2016	Pesquisa realizada com 15 estudantes matriculados na disciplina de Produção Textual de um curso de Licenciatura de uma IES federal, com aplicação de questionários, observação direta por meio de uma oficina de ensino escrita e análise documental.
DALLA COSTA, R. M. C., 2016	Pesquisa descritiva documental - levantamento de informações junto a portais de periódicos e associações científicas.
SOUSA, R. N. D., CONTI, V. K., SALLES, A. A., MUSSEL, I. D. C. R., 2016	Revisão de literatura e pesquisa documental sobre plágio nas IES que ofertam cursos de Medicina.

Fonte: Autoria própria (2017)

Os trabalhos analisados para esta revisão abordam diversos temas sobre o problema da desonestidade acadêmica. Dos assuntos mais abordados nas pesquisas selecionadas, destacam-se a **adoção de normas e instrumentos** (KROKOSZ, 2011; PERTILE, 2011; SOUSA et al., 2016), o **plágio** (INNARELLI, 2011; FREITAS, 2013; KROKOSZ, 2014; SOARES, 2014; GUEDES, GOMES FILHO, 2015; ALVES, MOURA, 2016; DALLA COSTA, 2016) e a **integridade científica** (TANIGUCHI, 2011; RUSSO, 2014; ALMEIDA et al., 2016; DIAS, EISENBERG, 2015; PÁDUA, GUILHEM, 2015). Isto é inevitável, uma vez que, atualmente, o lema “Publique ou pereça” (*publish or perish*) é cada vez mais comum e, desta forma, há certa pressão em aumentar a quantidade de trabalhos produzidos (ANDRADE, 2011; KROKOSZ, 2014; ALVES, MOURA, 2016), o que acarreta, muitas vezes, falta de rigor na elaboração do documento, adição de resultados insatisfatórios e alinhamento inadequado das discussões apresentadas.

Na categoria temática Normas e diretrizes em pesquisa, os trabalhos analisados registram a importância na adoção de políticas e o desenvolvimento de ações para combate ao plágio (KROKOSZ, 2011; BERLINCK, 2011; SOARES, 2014; ALVES, 2016; DALLA COSTA, 2016).

Nos trabalhos utilizados para esta categoria, há um consenso quanto à dificuldade em estabelecer uma definição precisa sobre o que é plágio. Dalla Costa (2016) apresenta que os conceitos sobre o plágio ainda são muito incipientes e que carecem de ampla discussão e aprofundamento, ainda mais em virtude da quantidade de ferramentas disponíveis e a facilidade no acesso à informação nos dias atuais. Em seu trabalho, Alves (2016) ressaltou que nenhuma biblioteca analisada, apresentou dados adequados acerca de orientações sobre o plágio acadêmico, o que demonstra que este assunto é pouco trabalhado/abordado nessas universidades.

Apesar de Dalla Costa (2016) destacar que, tanto na legislação brasileira quanto na internacional, há um esforço para construir normas que atendam a esta nova e preocupante demanda de combate aos casos de plágio, principalmente em face da quantidade de documentos disponíveis e da facilidade em se obter e copiar trechos nos mais variados meios, os trabalhos apresentados por Berlinck (2011) e Krokosz (2011) enfatizam que as instituições brasileiras estão aquém de organizar normativos que apontem ações de orientação e punição. Berlinck (2011) apresenta algumas regras disciplinares aplicadas em universidades, a exemplo da *Yale University*, *Oxford University* e Universidade da Califórnia, na qual se destacam: possibilidade de reenvio do trabalho para avaliação; redução na nota obtida no trabalho; zerar a nota de um trabalho no caso de completamente plagiado, entre outras medidas.

Adicionalmente, enquanto o trabalho de Krokosz (2011) faz uma análise geral entre as melhores universidades no mundo e as diretrizes/políticas por elas adotadas em comparativo com as melhor classificadas universidades brasileiras, Berlinck (2011) discorre de forma mais geral, apresentando exemplos das normas elaboradas, as regras disponíveis e as possíveis punições aplicadas. Alves (2016) direciona o estudo abordando o papel do bibliotecário no processo de enfrentamento de problemas decorrentes de plágio, reforçando a necessidade da criação de normativos internos.

Ao apresentar o problema, Krokosz (2011) efetua um apanhado das universidades brasileiras melhor classificadas no ranking utilizado como parâmetro, destacando que estas

não contemplam ações institucionais nem tampouco possuem normativos aprovados nos conselhos superiores. Os dados encontrados por Krokosz (2011) referem-se a orientações de cursos/departamentos, ou links para páginas pessoais que tratam do assunto. Não se faz menção à política de combate ou ação corretivo/punitiva. Desta forma, pode-se dizer que o processo de combate ao plágio não é sistematizado nas três principais instituições brasileiras, segundo o ranking.

Complementando a abordagem de Krokosz (2011) e Alves (2016) a respeito da importância em orientar, adequadamente, a comunidade sobre o tema, Soares (2014) propõe de forma prática, medidas a serem adotadas nas instituições de ensino superior, discorrendo sobre propriedade intelectual, direitos autorais e legislação pertinente; apresenta a definição de plágio e os tipos mais comuns; aborda sobre o plágio acadêmico e suas formas; de forma prática, ilustra sugestões para o enfrentamento, por meio de conscientização, criação de regras institucionais, sanções a serem aplicadas e adoção de software para detecção de textos similares.

Na categoria temática, que aborda sobre Plágio, dos trabalhos analisados, quatro deles (KROKOSZ, 2014; DIAS; EISENBERG, 2015; GOMES FILHO, 2015; SOUSA et al., 2016) apresentam dados em relação ao entendimento da comunidade pesquisada quanto à adoção de práticas inadequadas na elaboração de trabalhos, como no caso do plágio. Três artigos (LIMA, 2013; FREITAS, 2014; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014) destacam que o problema relativo ao plágio, no ambiente acadêmico, vem do letramento anterior ao ingresso na graduação.

No estudo desenvolvido por Krokosz (2014), é destacado que o plágio encontrado no ensino superior não ocorre de forma similar ao que acontece no ensino fundamental e médio, uma vez que é desenvolvido de maneiras e contextos diferentes. Adiciona, ainda, a diferença com a pós-graduação, uma vez que a graduação foca o ensino, enquanto que a pós-graduação foca a pesquisa. Este tratamento diferenciado em algumas instituições se deve, em grande parte, porque em muitas delas um estudante passa a ter contato com pesquisa, escrita científica e normas de metodologia apenas durante a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ou seja, não recebe, antecipadamente, a capacitação necessária e o devido preparo para a elaboração textual crítica, que articula autores e contextualiza com o problema de pesquisado.

Porém, é possível minimizar esta situação danosa para as instituições de ensino por meio de cursos de nivelamento (FREITAS, 2013), com o desenvolvimento de conteúdos e ações de leitura e escrita de forma intensificada, bem como o acompanhamento e a orientação do estudante, de modo que as dúvidas sejam sanadas e seja possível aprimorar a qualidade de escrita científica.

Lima (2013) acrescenta que, quando o letramento acadêmico (prática desenvolvida na leitura e escrita de textos no ensino superior) não é realizado de maneira adequada, ocorrem problemas como: um estudante pode entender que o fato de apresentar a fonte, já é suficiente para transcrever o texto idêntico ao original, ignorando as normas para elaboração de textos científicos, no Brasil, de responsabilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Tais normas, geralmente, são trabalhadas na disciplina de metodologia da pesquisa (ou equivalente) e contemplam as orientações acerca de formatação e organização de trabalhos de pesquisa.

Dias e Eisenberg (2015) constataram na pesquisa desenvolvida, que tanto a orientação de trabalhos quanto o ensino de pesquisa estão sendo deficitários para alunos de cursos de licenciatura e, assim, os futuros licenciados, por não terem adequada formação na graduação, apresentarão sérios problemas em ensinar seus alunos a elaborarem trabalhos utilizando conceitos éticos e cientificamente apropriados. Para Lima (2013), apenas a inserção de disciplinas que discorram sobre ética no ensino superior, não é suficiente para eliminar os casos de plágio. É preciso, principalmente, ensinar os alunos a escrever, a elaborar textos puramente acadêmicos e com viés científico, criando a cultura da escrita científica (LIMA, 2013).

Os trabalhos desenvolvidos por Guedes e Gomes Filho (2015) e Sousa et al. (2016) destacam que apenas a oferta da disciplina de Metodologia da Pesquisa não é suficiente para proporcionar abordagem adequada de conceitos, legislação e sanções que envolvem o plágio no meio acadêmico. Freitas (2013) acrescenta que a abordagem sobre plágio é falha no ambiente universitário, uma vez que pouco se discute o tema e este não faz parte da rotina dos cursos. Os estudantes são constantemente estimulados a produzirem trabalhos segundo diretrizes éticas e morais, mas estas regras, muitas vezes, não estão claras e as orientações são, na maioria das vezes, insuficientes para garantir a elaboração de trabalhos cientificamente adequados (FREITAS, 2013; SOUSA et al., 2016).

Para Lima (2013), Krokosz (2014) e Veludo-de-Oliveira et al. (2014) há que se separar o plágio cometido por estudantes na graduação e aquele realizado por pesquisadores. Enquanto o primeiro encontra-se em fase de aprendizado da cultura de pesquisa científica, o segundo tem a obrigação de saber quais regras não podem ser violadas e, assim, quando comete o plágio, tem a real dimensão da irregularidade que está cometendo. Krokosz (2014) e Veludo-de-Oliveira et al. (2014) acrescentam que a responsabilidade do estudante da pós-graduação é maior que do estudante de graduação, pois a formação que ele recebe está voltada ao desenvolvimento de uma carreira estritamente acadêmica, voltada ao ensino e à pesquisa. Na graduação, o objetivo é a formação profissional e ingresso no mercado de trabalho. Assim, é natural que se espere maior preocupação do estudante envolvido com a pós-graduação, uma vez que este tem maiores condições de aplicar as normas para elaboração de trabalhos científicos (nos casos de citação direta e indireta, por exemplo). Porém, em virtude da existência de diversos casos de plágio na pós-graduação (KROKOSZ, 2014), entende-se que a aplicação correta das normas não é uma regra para os estudantes desse nível de ensino.

Dentre os trabalhos analisados na categoria temática Integridade em Pesquisa (ANDRADE, 2011; INNARELLI, 2011; TANIGUCHI, 2011; RUSSO, 2014; PÁDUA; GUILHEM, 2015; ALMEIDA et al., 2016), constatou-se que a pressão em produzir (quantidade *versus* qualidade) acarreta na elaboração de trabalhos científica e eticamente inadequados, como, por exemplo, a inclusão do nome de pesquisadores que não contribuíram com o estudo.

Os estudos de Andrade (2011), Innarelli (2011), Taniguchi (2011), Pádua e Guilhem (2015) abordam os conceitos acerca de moral e ética, efetuando uma definição sobre os limites existentes e que levam a má conduta em pesquisa, as razões e fatores pelos quais ocorre esta prática inadequada na elaboração de trabalhos, bem como as preocupações atinentes à desonestidade acadêmica e o impacto dessas atitudes para as organizações. Na pesquisa conduzida por Andrade (2011), os participantes do estudo destacam que a necessidade em produzir e publicar interfere fortemente na produção de material inadequado e, com isso, a conduta inapropriada na pesquisa. Para Innarelli (2011), Pádua e Guilhem (2015) e Almeida (2016), a desonestidade acadêmica afeta a integridade em pesquisa e engloba diversas atitudes consideradas fraudulentas, violam os padrões éticos e morais, ocorrendo desde o ensino fundamental, passando pelo ensino médio e atingindo o ensino superior.

Conforme apresentado por Andrade (2011), Innarelli (2011), pode-se dividir o comportamento inadequado em pesquisa da seguinte forma: **conduta de coautoria** (inserção de autores que não participaram do trabalho); **conduta de submissão** (encaminhar o mesmo artigo para avaliação de mais de um periódico); **conduta de referências e citações** (adicionar referências que não leu). Adicionalmente, pode-se citar a divisão dos créditos de um trabalho que não contribuiu diretamente, em troca de ter seu nome em outro trabalho que também não irá participar, ou ainda, a inserção do nome de um pesquisador de prestígio na área, para que aumente a probabilidade de aprovação de um artigo (ANDRADE, 2011).

Innarelli (2011), Russo (2014) e Almeida (2016) acrescentam que quando um aluno é pressionado, quando os prazos estão se encerrando ou quando este não se sente preparado para realizar determinada atividade, há tendência de obter vantagem por meio da utilização de textos prontos, simplesmente colocando o nome em trabalho que não desenvolveu. Ainda, se uma atitude desonesta feita por algum colega obteve sucesso, imediatamente há maior probabilidade de outros efetuarem as mesmas ações (INNARELLI, 2011; TANIGUCHI, 2011). Desta forma, entende-se que é preciso aumentar a precisão nas avaliações dos trabalhos, uma vez que a influência dos colegas, a fragilidade existente na imposição de limites para a aprendizagem e o comportamento do professor em sala de aula, ocasiona a adoção de práticas inadequadas na elaboração de qualquer trabalho (TANIGUCHI, 2011).

Conforme registrado na pesquisa realizada por Andrade (2011), dentre as práticas comuns no meio acadêmico, ficou nítido o conhecimento dos participantes do estudo quanto ao rodízio de autores nos trabalhos. Mais de 24,0% dos respondentes afirmaram terem conhecimento quanto ao caso de colegas que, para aumentar a chance de aceitação de um trabalho, adicionaram o nome de um pesquisador prestigiado na área, mesmo este não tendo participado da pesquisa ou revisado o trabalho submetido.

Na categoria temática Ferramentas de detecção de plágio (PERTILE, 2011; ARENHARDT, 2013; PERTILE, 2015), os trabalhos analisados ilustraram as estratégias e mecanismos utilizados, para a descoberta de problemas relacionados a plágio em trabalhos acadêmicos.

Pertile (2011), Arenhardt (2013), Pertile (2015) destacam que a extensa disponibilidade de material na internet, a facilidade na obtenção de textos prontos e a dificuldade no controle, torna necessária que a avaliação de trabalhos seja feita de maneira automatizada, tanto em textos desenvolvidos na graduação quanto na pós-graduação.



As ferramentas de detecção de plágio disponíveis efetuam a comparação de documentos, por meio de pesquisas dos trechos na internet, mas é necessária a conferência manual dos resultados apresentados (PERTILE, 2011), ou seja, apesar da automação na tarefa de detecção, é imprescindível que o usuário analise o relatório criado pelo software, pois as ferramentas ainda não dispõem de mecanismos eficientes para determinar se um trecho que consta como plágio efetivamente apresenta este problema. É o caso de trechos em que há citação direta, na qual está indicada corretamente a fonte e se obedece às regras para referenciar.

Na pesquisa realizada por Pertile (2011) e Arenhardt (2013), é reforçado que detectar o plágio nos trabalhos acadêmicos nem sempre é uma tarefa simples de ser realizada. Assim, muitos professores relatam que, por ser trabalhosa a correção, não mais solicitam trabalhos escritos, pois verificaram o alto índice de plágio apresentados pelos alunos (PERTILE, 2011).

Pertile (2015) apresenta um estudo realizado na Nova Zelândia, no qual obteve o seguinte resultado: os alunos mesmo tendo ciência de que os documentos seriam submetidos a ferramentas para verificação de plágio, entregaram trabalhos com um volume significativo de plágio. Assim, ficou claro que simplesmente alertar os estudantes de que os textos serão verificados com o uso de software, não traz resultados satisfatórios e não reduz a incidência de plágio.

Destaca-se que, no Brasil, o plágio é uma prática constante, tanto no ensino presencial quanto no Ensino à Distância - EAD (PERTILE, 2011; ARENHARDT, 2013, PERTILE, 2015), principalmente pela falta de controle, inexistência de regras e códigos de conduta, falta de orientação acerca do tema e falta de critério do professor durante a correção do trabalho. Mesmo aqueles docentes que definem regras próprias ou desenvolvem mecanismos para coibir a prática, os alunos acabam ignorando as normas e continuam a praticar algum tipo de plágio.

Pertile (2011) e Arenhardt (2013) citam as diretrizes elaboradas e abordam sobre a Comissão de Integridade na Atividade Científica do CNPq, que tem por finalidade a criação de normas para o controle do ineditismo da pesquisa científica. Os membros da comissão avaliam manualmente os trabalhos e, em seguida, submetem os textos para análise de ferramentas computacionais, com o intuito de aferir as semelhanças (ARENHARDT, 2013). Em seguida, uma análise manual é realizada, para que seja efetivamente comprovada a existência de plágio em determinado trecho, visto que os softwares existentes apresentam

apenas indícios de plágio, mas a constatação deve ser, necessariamente, realizada por uma pessoa, o que fortalece a necessidade de automatização desta etapa.

Na categoria temática Percepção de professores e estudantes (WATANABE, 2014; SANTOS, 2015; ALENCAR, 2016; ALVES; MOURA, 2016), os trabalhos abordaram acerca do entendimento da comunidade acadêmica sobre desonestidade em pesquisa, cópia de textos de outros autores e a intencionalidade em ignorar as normas para elaboração de trabalhos.

Nas pesquisas conduzidas por Watanabe (2014) e Santos (2015), destaca-se que ao invés dos alunos elaborarem os próprios trabalhos, incorporando as falas de outros autores e escrevendo seu entendimento (paráfrase), desenvolvem os textos com base no conteúdo criado por outra pessoa. Assim, apesar de compreenderem e executarem as regras para elaboração de um trabalho acadêmico, no qual necessita estar acompanhado/embasado de textos reconhecidos pela comunidade científica, substituem a citação indireta pela simples cópia de algo pronto (SANTOS, 2015). Em outras palavras, apesar dos alunos entenderem a necessidade de usar textos de outros autores, entrelaçando com sua compreensão do conteúdo e escrevendo com suas palavras, estes preferem utilizar o texto elaborado por outro autor e efetuar a transcrição literal, principalmente, pela facilidade que a internet proporciona e a alta disponibilidade de textos em meio eletrônico (SANTOS, 2015; ALENCAR, 2016; ALVES; MOURA, 2016).

Em relação à cópia de conteúdo, Watanabe (2014) destaca que o ponto de vista dos estudantes é preocupante, pois a ausência de orientação formal e/ou regulamentos que abordem o tema plágio de forma clara e precisa, torna-se um facilitador aos possíveis deslizes no desenvolvimento de trabalhos. Destaca-se que, em grande parte dos cursos de pós-graduação, a forma de avaliação que predomina é a entrega de artigos (WATANABE, 2014). Assim, pela inexistência de regras bem descritas, bem como a pressão exercida nas disciplinas, há certa tendência e/ou intencionalidade dos estudantes em praticar algo desonesto e, com isso, produzirem material com cópia não autorizada de obras de outros autores ou com erros de citação. Desta forma, é comum para o estudante efetuar o exercício da ‘cópia e cola’, não se preocupando na indicação das fontes utilizadas na elaboração do material.

Conforme abordado em Santos (2015), Alencar (2016) e Alves e Moura (2016), os estudantes adotam a cópia indevida de trechos produzidos por outros autores (plágio), em virtude das dificuldades na elaboração de textos e a construção de um discurso científico

adequado (ALVES; MOURA, 2016), não assumindo o papel de sujeito do discurso e das argumentações necessárias para defender a ideia apresentada na pesquisa. Neste sentido, Alves e Moura (2016) concluíram que, em virtude da dificuldade na construção de uma abordagem científica ao problema pesquisado, alunos matriculados no 2º período da graduação tenderam a copiar vários trechos de outros autores, por conta da complexidade na elaboração de artigos e da orientação inadequada sobre normas para elaboração de trabalhos. Assim, Alencar (2016) e Alves e Moura (2016) relatam alguns fatores que contribuem com o plágio, tais como: falta de domínio sobre o conteúdo e/ou temática estudada; falta de conhecimento da temática; falta de tempo para leitura do material selecionado; falta de interesse e baixa motivação no desenvolvimento da pesquisa.

Alencar (2016) ressalta que os professores que orientam trabalhos reforçam a preocupação no combate ao plágio e, ao identificarem algum tipo de problema, conversam com os alunos e os direcionam em como proceder para corrigir tal falha. Tais professores relatam que, pela experiência na orientação de estudantes (ALENCAR, 2016), ao perceberem que algo destoava (linguagem, organização do texto, apresentação das argumentações), verificam na internet se o texto encaminhado pelo aluno não foi retirado de outro lugar.

Assim, alguns programas a exemplo do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da UFRJ, têm obrigado que os alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) emitam uma declaração de que não violaram nenhuma das regras de direitos autorais e, também, não cometeram plágio em seus trabalhos (WATANABE, 2014). Porém, a pesquisa de Watanabe (2014) destaca que tal documento se mostra pouco efetivo, uma vez que ex-alunos afirmaram que assinaram a declaração apenas para cumprir essa exigência burocrática, e dizem não terem compreendido a real motivação ou o significado de tal medida. Isto pode ser entendido como falta de comprometimento dos estudantes em seguir à risca as regras existentes nos programas, uma vez que não se trata de uma determinação institucional. Apesar da intenção institucional, neste caso em particular, ser interessante, é possível questionar a validade do instrumento adotado, uma vez que cabe à universidade (e professores orientadores) aferir não somente a qualidade dos resultados obtidos com a pesquisa, como principalmente, o atendimento às normas de citação para evitar incorrer em cópia indevida. Assim, como a IES mantém nos sítios dos cursos (ou em bancos de teses e dissertações) sob sua responsabilidade, a assinatura do aluno em uma declaração de autoria não isenta a instituição de tomar providências para corrigir o problema.

Porém, normalmente os estudantes incorrem em plágio, em virtude de falha no registro das fontes pesquisadas, fichamento inadequado, ou ainda, desconhecimento ou dificuldades de entendimento das normas de organização do trabalho (paráfrase, citações) (KROKOSCZ, 2014). Seguindo esta linha, é evidente que não se pode ignorar o plágio seja nos trabalhos acadêmicos, seja em artigos encaminhados para publicação (ou até mesmo publicados). Mas é preciso analisar com cuidado os casos em que o autor teve a intenção em burlar as regras e ignorar a indicação da fonte, principalmente, quando este se apropria da ideia de outro autor, modifica o texto trocando algumas palavras e não apresenta a referência completa (TANIGUCHI, 2011; LIMA, 2013; KROKOSCZ, 2014; PÁDUA, GUILHERM, 2015).

Conforme abordado em Innarelli (2011), Taniguchi (2011) e Souza et al. (2016), o ser humano é movido a exemplos e, desta forma, se o comportamento desonesto de alguém obtiver sucesso, é possível que quem observou este fenômeno ocorra queira repetir o procedimento inadequado e se comportar com as mesmas atitudes. Innarelli (2011) denomina este fenômeno de “expectativa de valor”, na qual é entendida como sendo a probabilidade em fazer algo incorreto é maior, toda vez que alguém tenha cometido, propositalmente, algo desonesto e isto tenha passado despercebido durante a correção. Em outras palavras, as pessoas são influenciadas pelo meio em que estão. Para Innarelli (2011) e Taniguchi (2011), a atitude do professor em sala de aula é um motivador para o estudante cometer uma desonestidade ou evitá-la, ou seja, é um potencial para a tomada de decisões. Assim, se um professor exerce uma função de vigilância e controle ou se este se comporta de forma permissiva, isto influenciará os estudantes a executarem uma tarefa de forma desonesta.

Em linhas gerais, os estudos apontam que a discussão acerca de plágio no Brasil é, ainda, frágil e incipiente (ALENCAR, 2016; DALLA COSTA, 2016; SOUZA et al., 2016), e não há unanimidade quanto à disponibilização de regulamentos, normas e diretrizes (KROKOSCZ, 2011). O que se pode constatar é a atitude, isolada, de uma ou outra instituição (WATANABE, 2014), a exemplo da COPPE da UFRJ que, na tentativa de minimizar o problema da existência de plágio nas produções de estudantes na graduação e pós-graduação, exige a entrega de uma declaração na qual o estudante afirma não ter violado os direitos de autor. Para Almeida et al. (2016), os países com menor tradição acadêmica (e, conseqüentemente, menor fator de impacto em pesquisa e volume de citações) têm regras menos rígidas para combater os casos de plágio. Conseqüentemente, nestes países, os

procedimentos para garantir a integridade acadêmica são menos presentes e difundidos, e, assim, a ocorrência de situações desta natureza é muito maior.

Devido à inexistência de orientações claras e normas bem definidas, a violação dos direitos autorais (FREITAS, 2013; LIMA, 2013; GUEDES, GOMES FILHO, 2015; ALENCAR, 2016) é um tema presente quando se trata de elaboração de trabalhos, sejam acadêmicos ou de pesquisas. Os estudos apontam que, em linhas gerais, a comunidade acadêmica sabe descrever o que é plágio (KROKOSCZ, 2014; DIAS, EISENBERG, 2015; GUEDES, GOMES FILHO, 2015), mas tem dificuldades de aplicar os conceitos na prática, como no caso de direito autoral de uma imagem (GUEDES, GOMES FILHO, 2015). Assim, conforme abordado por Dias e Eisenberg (2015) no estudo com alunos de um curso de graduação em Licenciatura, o estudante que não sabe onde cometeu alguma falha e como corrigi-la, não terá condições de orientar seus futuros alunos a evitar que tais problemas ocorram. Em outras palavras, se o autor não sabe como evitar que o plágio aconteça, muito provavelmente, não saberá orientar outras pessoas a evitá-lo também.

Os estudos apresentam a importância de trabalhar o tema durante a formação acadêmica (graduação e pós-graduação), por meio de ações educativas, cursos de nivelamento com atividades práticas, letramento e escrita científica, como forma de prevenir o plágio (INNARELLI, 2011; ARENHARDT, 2013; FREITAS, 2013; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014; SANTOS, 2015). Porém, se um aluno já cometeu alguma desonestidade no ensino fundamental e/ou médio, não terá a menor preocupação em cometê-la no ambiente universitário e, assim, a atitude desonesta, a cultura fraudulenta e o desrespeito às regras pré-estabelecidas podem ser consideradas como algo normal (KROKOSCZ, 2014; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014; ALENCAR, 2016). Adicionalmente, os estudantes entendem que, de certa forma, vale o risco de ser descoberto, principalmente, pelo benefício obtido caso o professor não consiga detectar alguma falha (VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014).

Lima (2013), Veludo-de-Oliveira et al. (2014) e Alencar (2016) acrescentam que, se a simples cópia, sem qualquer tipo de análise, for algo comum e corriqueiro no ensino fundamental e médio, será muito comum o estudante se aproveitar deste mesmo artifício e utilizá-lo na graduação e pós-graduação.

Por fim, um assunto por demais debatido, nos trabalhos analisados, foi a adoção de conteúdos teórico-práticos sobre integridade em pesquisa e plágio, nos currículos dos cursos

de graduação. Assim, a literatura discorre sobre relevância na revisão dos currículos dos cursos, da graduação ao doutorado; a elaboração de seminários que abordem sobre o plágio; a reestruturação dos regulamentos, incorporando as medidas a serem tomadas, caso seja detectado algum problema em virtude de violação de direito autoral; bem como a institucionalização de medidas e diretrizes, para orientar a comunidade universitária sobre a importância da elaboração dos trabalhos para combater a desonestidade acadêmica e, conseqüentemente, o plágio (ANDRADE, 2011; INNARELLI, 2011; TANIGUCHI, 2011; KROKOSZ, 2014; VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014; SANTOS, 2015; ALENCAR, 2016; ALVES, MOURA, 2016).

Com este estudo, foi possível compreender que a discussão acerca das temáticas integridade em pesquisa, desonestidade científica e plágio são extremamente complexa e de difícil entendimento da comunidade. Isto acontece em virtude da quantidade de produções que, periodicamente, são encaminhadas (com muitos problemas) para apreciação da comunidade. Destaca-se que, qualquer orientação equivocada sobre o assunto, que culmine com a absorção de um conhecimento inadequado, pode gerar interpretações incorretas e, com isso, os trabalhos elaborados tendem a ser apresentados com violações das regras.

Em se tratando de Brasil, o assunto precisa ser incansavelmente debatido. A literatura apresenta dados que merecem uma análise cautelosa, de modo que as ações, que devem ser desenvolvidas conjuntamente, promovam a elaboração de pesquisas com resultados adequados à comunidade. Com base na discussão apresentada nos estudos analisados nesta seção, as possíveis ações que precisam ser planejadas, são: a) desenvolver regulamentos que atendam a questão do plágio; b) capacitação/treinamento da comunidade acadêmica; c) punição para os casos de violação de regras de direito autoral.

## 5 METODOLOGIA

Em relação aos objetivos, este trabalho efetuou uma pesquisa com abordagem exploratória, utilizando uma análise predominantemente qualitativa do problema. Em se tratando dos procedimentos técnicos, foi realizado um levantamento, sendo que a composição do corpus documental do estudo constituiu-se de dissertações e teses defendidas nos cursos de Pós-Graduação na área de Ensino, no período de 2010 a 2012. Adotou-se esse período temporal, de modo a avaliar, comparativamente, se as IES realizaram ações para o combate ao plágio, seguindo as orientações encaminhadas pela Capes em 2011.

Para realizar a análise do presente estudo, foram relacionados todos os cursos (72) de Pós-Graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado) recomendados pela Capes, na área do Ensino, no período recomendado. A coleta de dados foi baseada nos Cadernos de Indicadores de teses e dissertações de cada instituição (pública ou privada), para ter acesso à quantidade total de trabalhos produzidos em cada curso de pós-graduação, correspondente ao período estipulado. O acesso a esses registros foi efetuado no banco de dados da Capes, disponível na guia “Nossas Ações”, item “Avaliação” subitem “Dados do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) - Caderno de indicadores”.

Os objetivos do presente estudo, divididos em geral e específicos, são os seguintes:

■ **Objetivo Geral (OG):**

OG - Verificar se as políticas adotadas de combate ao plágio e as ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior (IES) eliminam o plágio, gerando publicações relevantes.

■ **Objetivos Específicos (OE):**

OE1 - Registrar o volume de plágio nos cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado;

OE2 - Analisar se as políticas e ações desenvolvidas nas IES auxiliam no combate ao plágio;

OE3 - Identificar se dissertações e teses geram publicações qualificadas;

OE4 - Examinar os trechos plagiados em que não há identificação da fonte;

OE5 - Analisar se a categoria administrativa da IES (classificação) influencia no desenvolvimento de plágio;

OE6 - Elaborar uma cartilha para orientar sobre o plágio e estratégias para evitá-lo.

Conforme os objetivos estabelecidos, foram elaboradas perguntas a serem respondidas pelo estudo (Quadro 4).

**Quadro 4 - Perguntas de pesquisa**

<b>Objetivo</b>	<b>Perguntas de pesquisa</b>
OG	As políticas implementadas nas IES evitam a ocorrência de plágio, proporcionando produções qualificadas e utilizadas como fonte relevante de consulta em outros trabalhos?
OE1	Os estudantes de mestrado produzem mais plágio que os de doutorado?
OE2	Todas as instituições que possuem políticas e ações bem definidas tem menos documentos/trechos com problemas em relação ao plágio?
OE3	Nos trabalhos que tenham trechos plagiados, em qual seção é identificado o maior volume de problemas?
OE4	Existem trechos plagiados em que o autor da tese ou dissertação não apresentou a fonte consultada como referência?
OE5	A classificação da IES interfere na proporção de plágio nas teses e dissertações?
OE6	As fontes de consulta utilizadas nos trechos plagiados são retiradas de materiais relevantes (periódicos qualificados em estrato superior no Qualis ou com JCR)?

Fonte: Autoria própria (2017).

Para responder as perguntas relacionadas aos objetivos, foram organizadas as hipóteses a serem testadas no estudo. Tais hipóteses e as variáveis independente e dependente, são apresentadas no Quadro 5.

**Quadro 5 - Hipóteses de pesquisa**

<b>HIPÓTESES</b>	<b>VARIÁVEL INDEPENDENTE</b>	<b>VARIÁVEL DEPENDENTE</b>
HB - As políticas adotadas de combate ao plágio e as ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior (IES) não eliminam o plágio, gerando publicações pouco relevantes e com reduzido índice de citações obtido.	Políticas e ações institucionais	Publicações relevantes e quantidade de citações
HS1 - O plágio será encontrado em maior volume (trechos) nas dissertações por ser, em muitos casos, o primeiro contato com pesquisa.	Plágio	Tipos de trabalho
HS2 - As IES que apresentam políticas de enfrentamento ao plágio tem menores índices de trechos com problemas.	Políticas e ações institucionais	Quantidade de trechos
HS3 - A seção e/ou capítulo do trabalho que apresenta maior quantidade de trechos com plágio é o referencial teórico.	Trechos plagiados	Seção/capítulo do trabalho
HS4 - Dentre os tipos de problemas de utilização inadequada das normas de elaboração de trabalhos científicos (falta de indicação da fonte, plágio, autoplágio, pequenas alterações em trechos), o problema de falta de indicação de fonte é o menos recorrente.	Plágio	Tipo de problema
HS5 - Os trechos plagiados nos trabalhos analisados são retirados de materiais/produções relevantes.	Trechos plagiados	Produções relevantes
HS6 - A categoria administrativa da IES não	Plágio	Categoria



interfere no quantitativo de plágio.		administrativa
<b>Legenda:</b> HB - Hipótese básica; HS - Hipótese Secundária Fonte: A autoria própria (2017).		

## 5.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Os cursos de pós-graduação, considerados no presente estudo, produziram 2.605 documentos. Para o cálculo do *corpus* documental, foi utilizada a Equação 1 para estimar o número mínimo de documentos a serem analisados, considerando uma população finita (visto que o número de documentos é conhecido) e uma população inferior a 100.000. Conforme cálculo, o *corpus* documental mínimo para o desenvolvimento desta tese foi de 335 documentos.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{(N - 1) - e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}$$

**Equação 1 – Cálculo para pequenas amostras**

onde,

n = tamanho da amostra

N = tamanho da população

Z = valor crítico. Se o nível de confiança desejado é 95%, adota-se para Z o valor de 1,96. Se o nível de confiança for 99%, adota-se para Z o valor de 2,575

e = é a margem de erro máxima (5% ou 1%)

p = é a proporção desejada. Por padrão, como não se conhece este valor, adota-se o valor 0,50 (equivalente a 50%)

Para efetuar o cálculo da amostra, foi adotado um desvio padrão com 95% de confiança e uma margem de erro de 5%, resultando na seleção de 335 documentos.

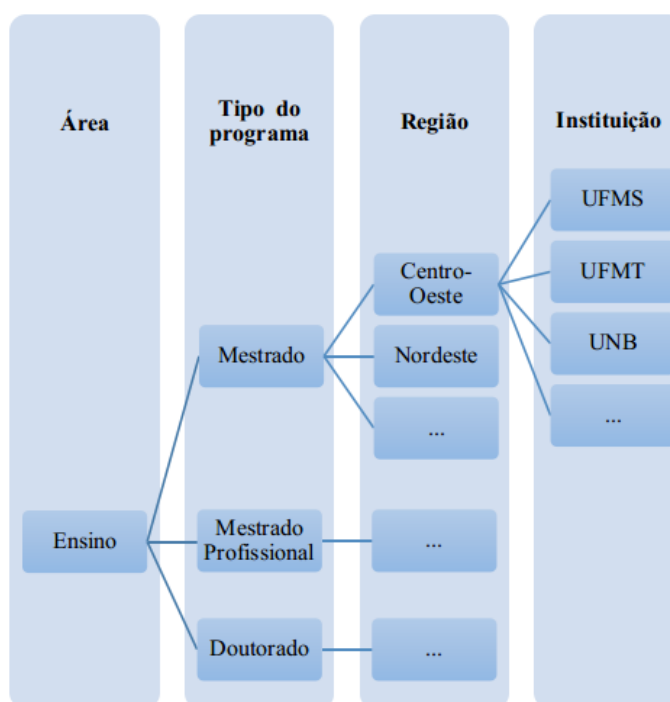
## 5.2 DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA

Conforme descrito na Seção 1, um dos objetivos deste trabalho foi analisar as dissertações e teses defendidas nos cursos de Pós-Graduação da área de Ensino, produzidos no período de 2010 a 2012. Como se tratam de cursos de pós-graduação diferentes,

distribuídos em diferentes regiões, torna-se necessário realizar a organização da amostra de forma estratificada, por tipo de programa (Mestrado, Mestrado Profissional, Doutorado), conforme apresentado na Figura 1.

Em linhas gerais, para preservar a proporcionalidade, é necessário separar a quantidade de produções (população) por tipo de programa (Mestrado, Mestrado Profissional ou Doutorado) e calcular a amostra de acordo com a quantidade de documentos que cada região representa.

**Figura 1- Estratificação dos cursos de pós-graduação da área de Ensino**



Fonte: Autoria própria (2017)

De acordo com a Figura 1, têm-se três níveis de estratificação: 1) o tipo de curso; 2) a região em que é ofertado e 3) a instituição a que está vinculado. Em seguida, para permitir a comparação dos resultados, os cursos foram separados por região, permitindo que a amostra fosse distribuída, proporcionalmente, pela produção obtida. Por fim, para descobrir a quantidade amostral necessária por instituição, relacionou-se a proporção da região com a proporção calculada, preservando a amostra da área/tipo de curso e, principalmente, a representatividade de cada curso.

Assim, tem-se uma amostra estratificada dos cursos de pós-graduação por tipo de programa da área de Ensino (Tabela 1). Para se chegar ao valor da amostra necessária, adotou-se como ponto de partida, a amostra mínima de 335 documentos calculada para a área.

**Tabela 1 - Quantidade de documentos por tipo de curso**

<b>TIPO DE PROGRAMA</b>	<b>NÚMERO DE TRABALHOS</b>	<b>% DE TRABALHOS</b>	<b>AMOSTRA NECESSÁRIA</b>
<b>Mestrado</b>	1.212	47,0%	156
<b>Mestrado Profissional</b>	1.127	43,0%	145
<b>Doutorado</b>	266	10,0%	34
<b>Total</b>			335

Fonte: Autoria própria (2017).

Conforme se pode verificar, a Tabela 1 ilustra a quantidade mínima de documentos necessários para o estudo ser efetivado. Entretanto, é importante frisar que, como a pesquisa foi realizada considerando os cursos de pós-graduação da área de Ensino, recomendados pela Capes, e para permitir a comparação dos resultados na área definida, distribuimos a amostra calculada por regiões brasileiras (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul), seguindo a organização ilustrada na Figura 1.

Para efetuar o levantamento dos documentos que compõem o corpus documental, foram adotadas as seguintes etapas: (i) calcular o tamanho da amostra, com base no número total de produções no período estabelecido; (ii) obter acesso às defesas em cada curso de pós-graduação (título, autor, ano); (iii) verificar a disponibilidade do documento no sítio do curso ou por meio de consulta no portal *Scholar* da ferramenta Google (<http://scholar.google.com.br/>); (iv) enviar e-mail aos cursos de pós-graduação para acesso ao documento.

O critério adotado para o cálculo da amostra e consequente download do documento, foi o seguinte: instituições que tenham produção, mas que no cálculo não teriam nenhum documento selecionado, convencionou-se o download de um documento (seja tese ou dissertação), ampliando a amostra calculada e garantindo que todas as instituições que tiveram produção entre 2010 e 2012 fossem analisadas de maneira uniforme. Convencionou-se, na coleta de dados, o acesso à produção do ano mais recente, nos casos em que o cálculo amostral tenha apontado a necessidade de apenas um documento para análise.

Após o cálculo amostral por tipo de programa e por região, fez-se necessário calcular a quantidade de documentos a serem analisados por curso de pós-graduação. Desta forma, com base na amostra mínima obtida e na proporção de cada região apresentada, obteve-se o

volume necessário de trabalhos que foram acessados, distribuídos por instituição. De modo a preservar a representatividade de cada instituição, calculou-se a quantidade de produções no período e, de acordo com a porcentagem obtida, multiplicou-se o resultado pela amostra mínima da região.

### 5.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Para cada documento analisado, foram retirados 50 trechos<sup>1</sup> selecionados aleatoriamente e que continham seis palavras em sequência, considerando todos os cursos de pós-graduação existentes na área de Ensino das cinco regiões brasileiras, contemplando cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado. A distribuição dos 50 trechos selecionados ocorreu da seguinte maneira: cinco trechos retirados da Introdução; cinco trechos da Metodologia; 30 trechos do Referencial Teórico e dez trechos das Discussões. Das sentenças selecionadas, destacam-se aquelas com citações indiretas e, preferencialmente, aqueles trechos desacompanhados da fonte original.

A análise da existência ou não de plágio foi realizada para cada trecho selecionado por meio da comparação textual, usando como suporte a ferramenta de busca Google, que efetua uma varredura em diversos documentos disponíveis (páginas na internet, livros eletrônicos, artigos de periódicos ou de congressos, legislações, entre outros). Optou-se por não utilizar nenhum software para esta análise, uma vez que a análise manual, apesar de mais trabalhosa, proporciona resultados mais precisos do que os obtidos com os softwares de detecção de plágio, visto que se compara diretamente o retorno da consulta com a fonte externa, não dependendo da análise do relatório disponibilizado por softwares especializados, muitas vezes imprecisos e de difícil compreensão.

Para detectar as coincidências textuais, cada trecho submetido à pesquisa foi colocado entre aspas, de modo a garantir que apenas o texto exato fosse considerado na consulta e pudesse ser confrontado com alguma semelhança disponível em outra fonte. Ainda, para se afirmar a existência de um índice de similaridade, além da coincidência textual, foi levada em consideração a data em que o suposto documento semelhante, encontrado na busca

---

<sup>1</sup> Os dados (documentos, trechos selecionados e textos encontrados em fonte externa) foram disponibilizados para a banca de defesa da tese. Por questão de preservar os autores e instituições (registrados no Apêndice A, por meio de codificação), não serão apresentados nesta tese os textos identificados, estando os mesmos armazenados na planilha do pesquisador.

pelo Google, foi publicado, devendo este ser anterior ao trecho do documento submetido à análise. Os trechos que não continham combinação de resultado idêntico ou similar (aqueles que apresentaram pouca alteração perante o trecho pesquisado) eram imediatamente descartados.

Todos os 50 trechos de cada documento encaminhados para consulta por meio do Google, independente da existência de coincidência textual ou não, foram classificados conforme as seguintes categorias:

- *Não coincidente*: trecho que não contém nenhuma coincidência textual, ou seja, não há indício de plágio;
- *Parcialmente coincidente*: trecho no qual há indício de plágio, mas o texto não é exatamente o mesmo;
- *Coincidente*: trecho idêntico ao pesquisado e disponível em outra fonte.

Destaca-se que todos os trechos que foram identificados nas categorias '*Parcialmente coincidente*' ou '*Coincidente*' foram contabilizados como tendo plágio.

Plágio é entendido, segundo conceito apresentado na literatura (BERLINCK, 2011; CHIARINI; VIEIRA, 2012; ELLIOTT; MARQUIS; NEAL, 2013; GOMES, 2014), como sendo a cópia do texto ou da ideia de outro autor, sem o devido reconhecimento e identificação de autoria, ou seja, sem referenciá-lo no trecho utilizado e, também, nas fontes pesquisadas. Para efetuar a análise da existência ou não de plágio, foram adotados os seguintes passos:

- i. Selecionar, para cada documento contido no *corpus* documental, os 50 trechos (seis palavras em sequência) a serem analisados;
- ii. Enviar cada trecho, separadamente, para consulta entre aspas no Google;
- iii. Analisar, cuidadosamente, as fontes retornadas pelo Google com trechos identificados como sendo plágio;
- iv. Elaborar um relatório, categorizando os trechos como '*Não coincidente*', '*Parcialmente coincidente*' ou '*Coincidente*' e, em caso de plágio, registrar os dados relativos ao tipo de material utilizado no texto plágio (artigo de periódico, de congresso, tese ou dissertação, página na internet, documento oficial – lei, entre outros).

Para a análise dos documentos, verificou-se cada documento que o Google retornou como tendo plágio, para confrontar, inclusive, problemas em que há cópia fiel do texto de outro autor e que, mesmo estando referenciado, equivocou-se quanto à citação direta.

Em cada trecho encaminhado para consulta foi necessário confrontar o texto do documento analisado com o texto do documento encontrado pela ferramenta e que, apontou como sendo plágio. Destaca-se que o Google identifica possíveis deslizos (intenção) que o autor possa ter cometido, ao substituir alguma palavra ou inverter a ordem da frase, auxiliando no processo de avaliação dos resultados e categorização dos trechos.

Cabe destacar aqui, que foi realizada uma análise aprofundada de cada trecho identificado como tendo plágio, visto que o Google, simplesmente, aponta uma possível irregularidade, mesmo que o plágio não tenha sido identificado. Por exemplo, se houver uma citação direta no documento, automaticamente será identificado como sendo plágio, mesmo se estiver referenciado adequadamente. Assim, fez-se necessário analisar minuciosamente cada parágrafo do texto supostamente plagiado, comparando o estilo de escrita e o contexto do parágrafo com trecho do documento encaminhado para análise, para verificar se houve interpretação da ideia do autor (citação indireta) ou, simplesmente copiou na íntegra o texto, com ou sem identificação da autoria.

Importante frisar que o Google (e as ferramentas antiplágio) não tem a capacidade de diferenciar a existência de algum problema. Ele basicamente destaca o trecho supostamente irregular e, cabe a quem está analisando, confirmar se o problema de fato ocorreu ou não, ou seja, é necessário avaliar cada resultado retornado na busca. Neste caso, quando o Google indicou um provável caso de cópia indevida, foi necessário analisar o contexto da frase da fonte externa, comparando com o documento no qual o trecho foi retirado para consulta. No caso de existir semelhança nas ideias do parágrafo, o trecho é identificado como plágio e é classificado nas categorias *Parcialmente coincidente* (trecho parecido) ou *Coincidente* (trecho igual), caso contrário, descarta-se o trecho, classificando-o como *Não coincidente*.

Para preservar os cursos, foi adotada uma codificação em ordem crescente (Curso 1, Curso 2, ...), iniciando a contagem nos cursos de Mestrado e concluindo nos cursos que ofertam Doutorado, tendo como base a distribuição por região e a classificação em ordem alfabética das instituições selecionadas. Para resguardar as produções selecionadas para este estudo, efetuou-se uma codificação especial, formada por: número do curso, ano da produção,

índice de classificação em ordem crescente. Por exemplo, tem-se a produção identificada como P582012A7, onde:

- P58 equivale ao curso de número 58;
- 2012 - ano da produção;
- A7 - posição ocupada na lista de documentos analisados daquela IES.

Após a finalização da análise de todos os trechos de cada documento, caso a produção apresentasse algum indício de plágio (*Parcialmente coincidente* ou *Coincidente*), foi realizada a análise do Currículo Lattes do autor para verificar se o mesmo produziu algum documento científico com a temática utilizada na dissertação ou tese (na falta do Lattes, ou em virtude de informação desatualizada, as produções do autor foram consultadas por meio da ferramenta Google Scholar). Desta forma, para cada autor, foi contabilizado o volume de produções, distribuído nas categorias: *artigo em congresso*, *artigo em periódico* ou *livro*. Adicionalmente, foi registrado para cada documento com plágio, o volume de citações gerado para a produção selecionada na coleta de dados, bem como para cada artigo publicado em periódico, foi assinalado o estrato Qualis da revista (da época da publicação).

Assim, foi elaborada uma planilha que permitiu comparar o impacto gerado na publicação de uma dissertação ou tese que contenha algum tipo de plágio, bem como o reflexo ocasionado nas produções que utilizaram esses documentos como base de apoio às suas pesquisas. Adicionalmente, por meio de consulta na página de cada instituição, bem como da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ou equivalente), foram verificadas as políticas existentes (instruções normativas, regulamentos, ordens de serviço, manuais, cartilhas) e ações desenvolvidas em cada IES, de modo a estabelecer uma avaliação acerca da política instituída e a proporção referente ao plágio produzido nos cursos de pós-graduação.

Por fim, foi elaborada uma cartilha que teve por objetivo abordar sobre a legislação de direitos autorais, conceituar sobre plágio, bem como apresentar exemplos e estratégias para evitar este problema. Após a organização prévia do documento, o mesmo passou por validação externa efetuada por dois juízes, de modo a analisar o conteúdo apresentado, verificar a exatidão das informações e exemplos nele contidos, além de sugerirem ajustes no texto previamente estruturado. De posse dos pareceres encaminhados e da validação efetuada pelos avaliadores, foram realizados os ajustes necessários à organização do documento, segundo o propósito definido para a cartilha.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS IES E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL

O presente estudo é constituído por documentos desenvolvidos em 72 cursos de pós-graduação ofertados na área de Ensino, distribuídos em 45 instituições, sendo: 28 cursos de mestrado, 28 cursos de mestrado profissional e 16 de doutorado. As categorias administrativas (pública estadual - sete IES, pública federal - 25 IES, pública municipal - uma IES, privada com fins lucrativos - três IES, privada sem fins lucrativos - nove IES) foram obtidas por meio de consulta textual no portal de cadastro das IES no Ministério da Educação, por meio da plataforma e-MEC (<http://emec.mec.gov.br/emec/nova>), utilizando como critério de busca, o nome da IES. O Quadro 6 registra a distribuição das IES, a categoria administrativa, os cursos ofertados e os tipos aos quais estão vinculados.

**Quadro 6 - Distribuição dos cursos e os tipos nas IES**

<b>Instituição</b>	<b>Categoria administrativa</b>	<b>Curso</b>	<b>Tipo de Curso</b>
IES 1	Pública Federal	Programa 1	Mestrado
IES 2	Pública Federal	Programa 2	Mestrado
		Programa 30	Mestrado Profissional
IES 3	Pública Federal	Programa 31	Mestrado Profissional
IES 4	Pública Federal	Programa 32	Mestrado Profissional
IES 5	Pública Federal	Programa 3	Mestrado
IES 6	Pública Estadual	Programa 33	Mestrado Profissional
IES 7	Pública Federal	Programa 34	Mestrado Profissional
IES 8	Pública Federal	Programa 4	Mestrado
		Programa 59	Doutorado
IES 9	Pública Federal	Programa 35	Mestrado Profissional
IES 10	Pública Federal	Programa 5	Mestrado
IES 11	Pública Federal	Programa 36	Mestrado Profissional
IES 12	Pública Estadual	Programa 7	Mestrado
IES 13	Pública Federal	Programa 8	Mestrado
		Programa 60	Doutorado
IES 14	Pública Federal	Programa 9	Mestrado
		Programa 37	Mestrado Profissional
IES 15	Pública Federal	Programa 10	Mestrado
		Programa 61	Doutorado
IES 16	Pública Federal	Programa 38	Mestrado Profissional
IES 17	Privada Sem Fins Lucrativos	Programa 39	Mestrado Profissional
IES 18	Privada Sem Fins Lucrativos	Programa 11	Mestrado
		Programa 40	Mestrado Profissional
		Programa 62	Doutorado
IES 19	Pública Federal	Programa 12	Mestrado
IES 20	Pública Federal	Programa 41	Mestrado Profissional
IES 21	Pública Federal	Programa 42	Mestrado Profissional
IES 22	Pública Federal	Programa 13	Mestrado
		Programa 14	Mestrado
		Programa 43	Mestrado Profissional
		Programa 63	Doutorado
IES 23	Pública Federal	Programa 44	Mestrado Profissional



Instituição	Categoria administrativa	Curso	Tipo de Curso
IES 24	Pública Estadual	Programa 15	Mestrado
		Programa 16	Mestrado
		Programa 64	Doutorado
		Programa 65	Doutorado
IES 25	Privada Com Fins Lucrativos	Programa 17	Mestrado
		Programa 66	Doutorado
IES 26	Pública Estadual	Programa 18	Mestrado
		Programa 67	Doutorado
IES 27	Privada Com Fins Lucrativos	Programa 19	Mestrado
		Programa 45	Mestrado Profissional
		Programa 68	Doutorado
IES 28	Pública Federal	Programa 46	Mestrado Profissional
IES 29	Pública Federal	Programa 20	Mestrado
		Programa 47	Mestrado Profissional
IES 30	Privada Sem Fins Lucrativos	Programa 48	Mestrado Profissional
IES 31	Privada Com Fins Lucrativos	Programa 49	Mestrado Profissional
IES 32	Pública Estadual	Programa 21	Mestrado
		Programa 69	Doutorado
IES 33	Privada Sem Fins Lucrativos	Programa 51	Mestrado Profissional
IES 34	Pública Municipal	Programa 52	Mestrado Profissional
IES 35	Privada Sem Fins Lucrativos	Programa 22	Mestrado
IES 36	Pública Estadual	Programa 23	Mestrado
		Programa 70	Doutorado
IES 37	Pública Estadual	Programa 24	Mestrado
		Programa 71	Doutorado
IES 38	Pública Federal	Programa 25	Mestrado
IES 39	Pública Federal	Programa 26	Mestrado
		Programa 27	Mestrado
		Programa 53	Mestrado Profissional
		Programa 54	Mestrado Profissional
		Programa 72	Doutorado
		Programa 73	Doutorado
IES 40	Pública Federal	Programa 28	Mestrado
		Programa 74	Doutorado
IES 41	Privada Sem Fins Lucrativos	Programa 29	Mestrado
IES 42	Privada Sem Fins Lucrativos	Programa 55	Mestrado Profissional
IES 43	Privada Sem Fins Lucrativos	Programa 56	Mestrado Profissional
IES 44	Privada Sem Fins Lucrativos	Programa 57	Mestrado Profissional
IES 45	Pública Federal	Programa 58	Mestrado Profissional

Fonte: Autoria própria (2017)

Os cursos de pós-graduação da área de Ensino, no período de 2010 a 2012, apresentaram um quantitativo de 2.605 documentos (dissertações e teses). Para a composição do *corpus* documental eram necessários 335 documentos, totalizando a análise de 16.750 trechos.

A Tabela 2 apresenta a estratificação do *corpus* documental para os cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado, por região, considerando o volume de produções da área de Ensino, no período de 2010 a 2012. Para calcular a amostra mínima a

ser analisada em cada região, efetuou-se a multiplicação da proporção calculada pela amostra mínima, ou seja, a quantidade de documentos produzidos por curso/região, dividida pelo total de documentos desenvolvidos no período multiplicado por 335 documentos.

**Tabela 2 - Distribuição de documentos por região e tipo de programa**

REGIÃO	MESTRADO		MESTRADO PROFISSIONAL		DOUTORADO		TOTAL
	TOTAL DOC./ PROPORÇÃO	DOCS. A ANALISAR	TOTAL DOC. / PROPORÇÃO	DOCS. A ANALISAR	TOTAL DOC./ PROPORÇÃO	DOCS. A ANALISAR	
CENTRO-OESTE	95 / 3,65%	12	93 / 3,57%	12	Sem produção	-	24
NORDESTE	202 / 7,75%	26	143 / 5,49%	18	28 / 1,07%	4	48
NORTE	79 / 3,03%	10	Sem produção	-	4 / 0,15%	1	11
SUDESTE	487 / 18,69%	63	663 / 25,45%	85	169 / 6,49%	22	170
SUL	349 / 13,40%	45	228 / 8,75%	29	65 / 2,50%	9	83

Legenda:

TOTAL DOC. - Total de documentos produzidos

DOCS. - Documentos a analisar

Fonte: Autoria própria (2017).

A Tabela 3 registra a quantidade de documentos produzidos no período e o volume de documentos selecionados para análise, distribuídos por programa e IES.

**Tabela 3 - Documentos produzidos e selecionados por cursos de pós-graduação e IES**

INSTITUIÇÃO	CURSO	DOCUMENTOS PRODUZIDOS	DOCUMENTOS SELECIONADOS
IES 1	Programa 1	61	9
IES 2	Programa 2	34	5
	Programa 30	34	5
IES 3	Programa 31	9	2
IES 4	Programa 32	50	6
IES 5	Programa 3	27	4
IES 6	Programa 33	45	6
IES 7	Programa 34	7	1
IES 8	Programa 4	45	7
	Programa 59	28	4
IES 9	Programa 35	49	7
IES 10	Programa 5	70	9
IES 11	Programa 36	42	6
IES 12	Programa 7	17	3
IES 13	Programa 8	62	8
	Programa 60	4	1
IES 14	Programa 9	8	1
	Programa 37	33	4
IES 15	Programa 10	12	2
	Programa 61	12	2
IES 16	Programa 38	36	5
IES 17	Programa 39	90	12

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>CURSO</b>	<b>DOCUMENTOS PRODUZIDOS</b>	<b>DOCUMENTOS SELECIONADOS</b>
IES 18	Programa 11	57	7
	Programa 40	65	9
	Programa 62	32	4
IES 19	Programa 12	1	1
IES 20	Programa 41	24	3
IES 21	Programa 42	44	7
IES 22	Programa 13	32	5
	Programa 14	31	5
	Programa 43	30	4
	Programa 63	16	2
IES 23	Programa 44	36	5
IES 24	Programa 15	42	6
	Programa 16	41	6
	Programa 64	40	5
	Programa 65	29	4
IES 25	Programa 17	94	12
	Programa 66	10	1
IES 26	Programa 18	18	2
	Programa 67	8	1
IES 27	Programa 19	22	-
	Programa 45	56	-
	Programa 68	14	2
IES 28	Programa 46	1	1
IES 29	Programa 20	38	-
	Programa 47	45	7
IES 30	Programa 48	51	8
IES 31	Programa 49	28	4
IES 32	Programa 21	91	12
	Programa 69	8	1
IES 33	Programa 51	36	5
IES 34	Programa 52	32	5
IES 35	Programa 22	67	9
IES 36	Programa 23	50	7
	Programa 70	11	1
IES 37	Programa 24	46	7
	Programa 71	2	1
IES 38	Programa 25	15	3
IES 39	Programa 26	88	11
	Programa 27	5	1
	Programa 53	20	3
	Programa 54	32	5
	Programa 72	25	3
	Programa 73	2	1
IES 40	Programa 28	32	5
	Programa 74	25	3
IES 41	Programa 29	46	7
IES 42	Programa 55	40	5
IES 43	Programa 56	34	5
IES 44	Programa 57	17	3
IES 45	Programa 58	53	7

Fonte: Autoria própria (2017).

Foram realizados ajustes na quantidade de documentos selecionados para análise, de modo a garantir a representatividade de cada IES, de acordo com a proporção de trabalhos

defendidos por curso de pós-graduação. Em algumas instituições, em virtude dos arredondamentos adotados, por mais que houvesse produção, a proporção calculada ficou em “0,0%”. Nestas situações, independente do cálculo obtido, a instituição teve um documento avaliado.

A Tabela 4 registra a quantidade de documentos, para os cursos de Mestrado, com base na amostra calculada para a região de oferta (Tabela 2).

**Tabela 4 – Proporção de documentos por curso - Mestrado**

<b>CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS DE 2010 A 2012</b>	<b>PROPORÇÃO NA REGIÃO (COLUNA 3 / TOTAL DE DISSERTAÇÕES DA REGIÃO)</b>	<b>QUANTIDADE DE DOCUMENTOS A ANALISAR (COLUNA 4 * AMOSTRA MÍNIMA DA REGIÃO)</b>
Programa 1	Centro-Oeste	61	64,0%	8
Programa 2	Centro-Oeste	34	36,0%	4
Programa 3	Nordeste	27	13,0%	3
Programa 4	Nordeste	45	22,0%	6
Programa 5	Nordeste	70	35,0%	9
Programa 6	Nordeste	60	30,0%	8
Programa 7	Norte	17	22,0%	2
Programa 8	Norte	62	78,0%	8
Programa 9	Sudeste	8	2,0%	1
Programa 10	Sudeste	12	2,0%	2
Programa 11	Sudeste	57	12,0%	7
Programa 12	Sudeste	1	0,0%	1
Programa 13	Sudeste	32	7,0%	4
Programa 14	Sudeste	31	6,0%	4
Programa 15	Sudeste	42	9,0%	5
Programa 16	Sudeste	41	8,0%	5
Programa 17	Sudeste	94	19,0%	12
Programa 18	Sudeste	18	4,0%	2
Programa 19	Sudeste	22	5,0%	3
Programa 20	Sudeste	38	8,0%	5
Programa 21	Sudeste	91	19,0%	12
Programa 22	Sul	67	19,0%	9
Programa 23	Sul	50	14,0%	6
Programa 24	Sul	46	13,0%	6
Programa 25	Sul	15	4,0%	2
Programa 26	Sul	88	25,0%	11
Programa 27	Sul	5	1,0%	1
Programa 28	Sul	32	9,0%	4

<b>CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS DE 2010 A 2012</b>	<b>PROPORÇÃO NA REGIÃO (COLUNA 3 / TOTAL DE DISSERTAÇÕES DA REGIÃO)</b>	<b>QUANTIDADE DE DOCUMENTOS A ANALISAR (COLUNA 4 * AMOSTRA MÍNIMA DA REGIÃO)</b>
Programa 29	Sul	46	13,0%	6

Fonte: Autoria própria (2017).

A Tabela 5 registra a quantidade de documentos, para os cursos de Mestrado Profissional, distribuídos com base na amostra calculada para a região de oferta (Tabela 2).

**Tabela 5 - Proporção de documentos por curso - Mestrado Profissional**

<b>CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS DE 2010 A 2012</b>	<b>PROPORÇÃO NA REGIÃO (COLUNA 3 / TOTAL DE DISSERTAÇÕES DA REGIÃO)</b>	<b>QUANTIDADE DE DOCUMENTOS A ANALISAR (COLUNA 3 * AMOSTRA MÍNIMA DA REGIÃO)</b>
Programa 30	Centro-Oeste	34	37,0%	4
Programa 31	Centro-Oeste	9	10,0%	2
Programa 32	Centro-Oeste	50	54,0%	6
Programa 33	Nordeste	45	31,0%	6
Programa 34	Nordeste	7	5,0%	1
Programa 35	Nordeste	49	34,0%	6
Programa 36	Nordeste	42	29,0%	5
Programa 37	Sudeste	33	5,0%	4
Programa 38	Sudeste	36	5,0%	5
Programa 39	Sudeste	90	14,0%	12
Programa 40	Sudeste	65	10,0%	8
Programa 41	Sudeste	24	4,0%	3
Programa 42	Sudeste	44	7,0%	6
Programa 43	Sudeste	30	5,0%	4
Programa 44	Sudeste	36	5,0%	5
Programa 45	Sudeste	56	8,0%	7
Programa 46	Sudeste	1	0,0%	1
Programa 47	Sudeste	45	7,0%	6
Programa 48	Sudeste	51	8,0%	7
Programa 49	Sudeste	28	4,0%	4
Programa 50	Sudeste	88	13,0%	11
Programa 51	Sudeste	36	5,0%	5
Programa 52	Sul	32	14,0%	4
Programa 53	Sul	20	9,0%	3
Programa 54	Sul	32	14,0%	4

<b>CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS DE 2010 A 2012</b>	<b>PROPORÇÃO NA REGIÃO (COLUNA 3 / TOTAL DE DISSERTAÇÕES DA REGIÃO)</b>	<b>QUANTIDADE DE DOCUMENTOS A ANALISAR (COLUNA 3 * AMOSTRA MÍNIMA DA REGIÃO)</b>
Programa 55	Sul	40	18,0%	5
Programa 56	Sul	34	15,0%	4
Programa 57	Sul	17	7,0%	2
Programa 58	Sul	53	23,0%	7

Fonte: Autoria própria (2017).

A Tabela 6 registra a quantidade de documentos, para os cursos de Doutorado, distribuídos com base na amostra calculada para a região de oferta (Tabela 2).

**Tabela 6 - Proporção de documentos por curso - Doutorado**

<b>CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>TESES PRODUZIDAS DE 2010 A 2012</b>	<b>PROPORÇÃO NA REGIÃO (COLUNA 3 / TOTAL DE TESES DA REGIÃO)</b>	<b>QUANTIDADE DE DOCUMENTOS A ANALISAR (COLUNA 3 * AMOSTRA MÍNIMA DA REGIÃO)</b>
Programa 59	Nordeste	28	100,0%	4
Programa 60	Norte	4	100,0%	1
Programa 61	Sudeste	12	7,0%	2
Programa 62	Sudeste	32	19,0%	4
Programa 63	Sudeste	16	9,0%	2
Programa 64	Sudeste	40	24,0%	5
Programa 65	Sudeste	29	17,0%	4
Programa 66	Sudeste	10	6,0%	1
Programa 67	Sudeste	8	5,0%	1
Programa 68	Sudeste	14	8,0%	2
Programa 69	Sudeste	8	5,0%	1
Programa 70	Sul	11	17,0%	1
Programa 71	Sul	2	3,0%	1
Programa 72	Sul	25	38,0%	3
Programa 73	Sul	2	3,0%	1
Programa 74	Sul	25	38,0%	3

Fonte: Autoria própria (2017).

Da coleta realizada inicialmente, seguindo a estratificação proposta e a distribuição por curso (ilustrado nas Tabelas 4 a 6), obteve-se acesso a 89,9% dos documentos da área de Ensino (301 dos 335 calculados). Os 301 documentos disponíveis para *download*,

representavam uma quantidade inferior à amostra mínima calculada e fora do intervalo de confiança de 5%.

Com o resultado, adotou-se como critério de exclusão, retirar do *corpus* documental aqueles cursos de pós-graduação em que não estavam disponíveis os documentos necessários para análise, recalculando, assim, a amostra e, conseqüentemente, o volume de documentos a ser analisado por região/curso.

Durante a coleta inicial dos documentos, surgiram limitações, tais como: quatro cursos de pós-graduação não possuem uma área para armazenamento e disponibilização dos documentos e o contato com a secretaria do curso de pós-graduação não surtiu efeito (*Programa 6, Programa 19, Programa 20, Programa 50*); um curso disponibilizou apenas o arquivo de um artigo ao invés da tese ou dissertação, no período selecionado para o estudo (*Programa 45*); o contato com a biblioteca das instituições não permitiu acesso à produção solicitada (*Programa 6, Programa 20*); o Banco de Teses e Dissertações da Capes ou o IBICT não dispõem do arquivo necessário; a busca na ferramenta *Scholar* do Google (<http://scholar.google.com>) não obteve sucesso na recuperação do documento.

Considerando a estratificação por região, a Tabela 7 registra o comparativo entre o *corpus* documental mínimo e a quantidade de documentos em que, efetivamente, se teve acesso. Destaca-se que não se teve acesso a 38 documentos (Mestrado e Mestrado Profissional) selecionados aleatoriamente, sendo que os cursos de Mestrado disponibilizaram apenas 87,1% de documentos (faltaram oito documentos na região Nordeste e 12, na região Sudeste); nos cursos de Mestrado Profissional foi possível ter acesso a 87,7% de documentos (não se teve acesso a 18 documentos da região Sudeste). Para os cursos de Doutorado, obteve-se acesso a 100% dos documentos escolhidos.

**Tabela 7 - Resultado da coleta de dados nos cursos**

REGIÃO		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL
<b>Mestrado</b>	Amostra (156 documentos)	12	26	10	63	45
	Baixados (136 documentos)	12	18	10	51	45
	Porcentagem de recuperados	100,0%	69,2%	100,0%	81,0%	100,0%
<b>Mestrado Profissional</b>	Amostra (147 documentos)	12	18	Sem produção	88	29
	Baixados (129 documentos)	12	18	-	70	29

	Porcentagem de recuperados	100,0%	100,0%	-	79,5%	100,0%
<b>Doutorado</b>	Amostra (36 documentos)	Sem produção	4	1	22	9
	Baixados (36 documentos)	-	4	1	22	9
	Porcentagem de recuperados	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Autoria própria (2017).

Para resolver este problema, a estratégia foi redistribuir o quantitativo não consolidado pela região como um todo. Desta forma, foi recalculado o *corpus* documental para cada instituição e, conseqüentemente, a quantidade de documentos a serem analisados.

Os cursos de pós-graduação que foram retirados da amostra e, conseqüentemente, da análise, são: Mestrado - Região Nordeste - *Programa 6* (oito documentos) e Região Sudeste - *Programa 19* (três documentos), *Programa 20* (cinco documentos); Mestrado Profissional - Região Sudeste - *Programa 45* (sete documentos) e *Programa 50* (11 documentos).

Na Tabela 8, estão registrados os ajustes realizados para se obter todos os arquivos relativos aos cursos de Mestrado e Mestrado Profissional. Do cálculo originalmente efetuado para os cursos de Mestrado, houve um decréscimo de dois arquivos (1,3% no total), sendo necessário ajustar, proporcionalmente, a distribuição de documentos a analisar para todas as regiões. Destaca-se que a região Nordeste apresentou a maior redução (seis documentos a menos que o cálculo anterior) e o maior acréscimo foi na região Sul (cinco documentos foram adicionados). Os cursos de Mestrado Profissional tiveram uma redução de cinco documentos (3,4%), sendo que a região Sudeste teve a maior perda (14 documentos a menos - 15,9%) e, a região Sul, novamente teve o maior aumento (quatro documentos foram adicionados).

**Tabela 8 - Ajuste na amostra dos cursos de Mestrado e Mestrado Profissional**

REGIÃO		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL
<b>Mestrado</b>	Amostra anterior/proporção (156 documentos)	12 / 3,64%	26 / 7,88%	10 / 3,03%	63 / 19,09%	45 / 13,64%
	Amostra ajustada/proporção (154 documentos)	14 / 4,24%	20 / 6,06%	11 / 3,33%	59 / 17,88%	50 / 15,15%
<b>Mestrado Profissional</b>	Amostra anterior/proporção (145 documentos)	12 / 3,64%	18 / 5,45%	Sem produção	88 / 26,67%	29 / 8,79%



REGIÃO		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL
	Amostra ajustada/proporção (140 documentos)	13 / 3,94%	20 / 6,06	-	74 / 22,42%	33 / 10,00%

Fonte: Autoria própria (2017).

Assim, após as adequações necessárias, a Tabela 8 ilustra a quantidade final de documentos que foram analisados por região, nos cursos de Mestrado e Mestrado Profissional, respectivamente. Destaca-se que, após os novos cálculos, houve uma redução no *corpus* documental de 335 para 330 documentos, com base na quantidade de produções (2.331 documentos). Com esse ajuste, foi possível efetuar toda coleta de dados para a realização do trabalho. Apesar da redução na quantidade de documentos utilizados, todas as análises adotaram uma margem de erro de 5%, para mais ou para menos, permitindo maior confiança nos resultados apresentados.

## 6.2 HIPÓTESES DO ESTUDO

### 6.2.1 Hipóteses Secundárias (HS)

*HS1 - O plágio será encontrado em maior volume (trechos) nas dissertações*

Neste estudo, foram analisados 16.500 trechos, selecionados aleatoriamente, retirados das seções: Introdução (cinco trechos), Metodologia (cinco trechos), Referencial Teórico (30 trechos) e Discussões (10 trechos). Na análise efetuada, 268 documentos (81,2%) tiveram um ou mais trechos com plágio (1.930 trechos - 11,7% do total). Reyes (2009) define o plágio como sendo uma atitude consciente de utilização de ideias e palavras, na qual a fonte original está oculta propositadamente com simples ajustes no texto, tendo, esta ação, o objetivo de iludir o leitor para algo inédito e diferenciado, conferindo-lhe o crédito de algo que tenha sido produzido por outra pessoa.

Entretanto, os dados obtidos neste estudo destacam que dos 151 documentos produzidos nos cursos de Mestrado, 134 (88,7%) deles apresentaram um ou mais trechos com plágio. O volume de trechos analisados nos documentos destes cursos representa 7.700 trechos, sendo que em 1.067 (13,8%) deles foram detectados problemas de plágio. Nos cursos de Mestrado Profissional foram analisados os trechos de 140 documentos, sendo que em 116 (82,8%) deles foi encontrado algum tipo de problema com plágio. Foram utilizados na análise,

7.000 trechos extraídos das produções selecionadas, sendo que em 696 (9,9%) deles foram detectados problemas relativos a plágio. Nos cursos de Doutorado, foram analisados os trechos de 36 documentos, sendo que 18 (50,0%) destes apresentaram algum tipo de problema com plágio. Fizeram parte da análise, 1.800 trechos extraídos das produções selecionadas e, em 167 deles, foram detectados problemas relativos a plágio, representando que em 9,3% dos trechos analisados, alguma situação inadequada foi encontrada.

Nota-se que os trabalhos verificados nos cursos de Mestrado e Mestrado Profissional apresentaram alta incidência de documentos com plágio (ambos acima de 80% de documentos com algum problema). No Doutorado, apesar da taxa de documentos com plágio ter sido menor (50%), os trechos analisados apresentaram uma incidência de plágio muito próxima aos trechos encontrados no Mestrado Profissional (9,3% contra 9,9%). Espera-se que, o estudante de Doutorado, considerando, na maioria dos casos, a vivência prévia no mundo da pesquisa, esteja mais bem preparado e, com efeito, a incidência de plágio deveria tender a zero.

Stabingis, Šarlauskienė e Čepaitienė (2014, p. 692) argumentam que "os alunos precisam ser obrigados a escrever individualmente e fornecer obras originais", para, e somente desta forma, serem capazes de utilizar artifícios de escrita científica apropriados, elaborar um bom referencial teórico, além de aprenderem a fazer uma análise crítica dos autores utilizados no trabalho.

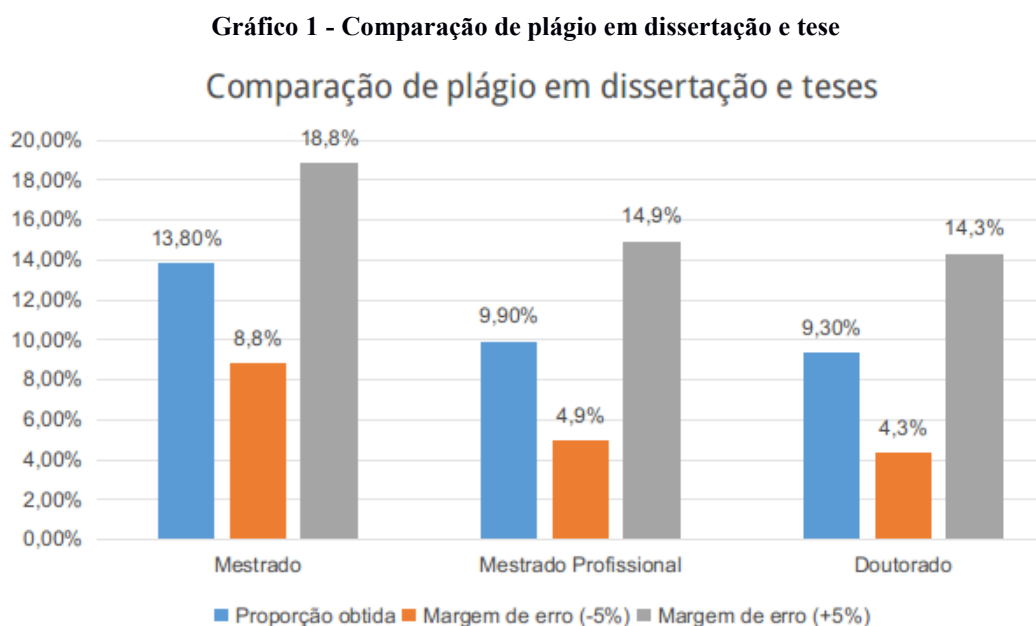
Ao considerar os trechos com plágio, os documentos produzidos nos cursos de Mestrado tiveram uma taxa de 13,9% de problemas desta natureza, volume bem significativo. Porém, independente da proporção quantitativa de plágio, apresentada em cada documento/curso, os dados são preocupantes, uma vez que nos três tipos de programa algum trecho analisado apresentou problema, o que reforça a necessidade de desenvolver/intensificar campanhas de orientação e capacitação, bem como a disponibilização de normativos internos e medidas punitivas para os casos encontrados, conforme abordado em Berlick (2011), Krokosz (2011), Sarlauskiene e Stabingis (2014). Destaca-se não ter sido encontrado na literatura nenhum trabalho que, comparativamente, efetue a análise da existência de trechos com plágio em documentos formalizados (dissertações e teses) e produzidos em cursos de pós-graduação, principalmente na área de Ensino.

Apesar da literatura (BERLINCK, 2011; EVERING; MOORMAN, 2012; ELLIOTT; MARQUIS; NEAL, 2013; MURTAZA et al., 2013; DEGEETER et al., 2014) registrar que

uma das causas para a ocorrência de plágio está relacionada ao desconhecimento das regras/normas da instituição na qual estão vinculados e a falta de compreensão sobre o tema plágio, os resultados obtidos neste estudo, mostram que a tese apresentada pelos autores (de que o plágio é causado por desconhecimento das normas) é insustentável.

Esta análise é possível ao se verificar que o volume de plágio registrado no Doutorado, atingiu metade dos documentos analisados - representando 9,3% de trechos com problema. Com isso, os resultados apresentados na análise dos documentos produzidos no Doutorado, ao considerar o tempo no qual o estudante está relacionado com pesquisa e o contato cotidiano com normas para elaboração de trabalho, permite supor que os mesmos não cometeram uma simples falha (ou esquecimento), mas, sim, tiveram intenção em fazer algo ilícito.

Adicionalmente, com base nos resultados obtidos relacionados aos trechos com plágio encontrados nos documentos, e considerando a margem de erro de 5% para mais ou para menos, temos o apresentado no Gráfico 1.



Fonte: Autoria própria (2017)

Conforme se pode constatar, não é possível generalizar os resultados, uma vez que ao comparar a proporção obtida em cada tipo de programa com o intervalo de margem de erro calculado, cada valor resultante das análises está inserido nos valores calculados para os tipos de programa - seguindo a margem de erro estabelecida. Portanto, não se pode afirmar que há diferença entre os tipos de programa no que se refere a trechos com plágio.

Assim, com os resultados apresentados a HS1 não foi confirmada, uma vez que, como foi adotada uma margem de erro de 5% para mais ou para menos, não é possível afirmar que as dissertações produziram piores resultados se comparadas às teses.

*HS2 - As IES que apresentam políticas de enfrentamento ao plágio têm menores índices de trechos com problemas*

Em se tratando do desenvolvimento de ações para o tratamento e combate ao plágio, o ideal é que as instituições de ensino superior formalizem mecanismos preventivos e corretivos, por meio da adoção de regulamentos, instruções normativas, criação de órgãos ou comissões e o desenvolvimento de ações de orientação (seminários, palestras e oficinas), com base na ética e na conduta de pesquisa responsável, para análise e supervisão da desonestidade científica nos trabalhos apresentados na graduação e pós-graduação (VASCONCELOS et al., 2009; KROKOSZ, 2011; MARSHALL et al., 2011; JORDAN; GRAY, 2012; ELLIOTT; MARQUIS; NEAL, 2013; GOMES, 2014).

Para Gomes (2014, p. 94), a universidade tem papel essencial no “[...] acesso aberto e livre à informação científica, [...] na adoção de um conjunto de medidas de apoio à produção e disseminação da informação por ela gerada”. Elliott, Marquis e Neal (2013) acrescentam que as instituições de ensino são responsáveis diretas no combate ao plágio, devendo assegurar de que a comunidade interna tenha pleno conhecimento de que o plágio não será tolerado. Com isso, cabe à universidade o papel de gerar conhecimento e divulgar tudo aquilo que possa ser útil para o avanço da humanidade, por meio de resultados corretos, bem estruturados e com princípios moralmente aceitos pela sociedade.

Para analisar as ações desenvolvidas e as políticas formalizadas pela IES, foi efetuado um levantamento nos sítios das instituições examinadas, registrando a contribuição de cada instituição no combate ao plágio. Para melhor estruturar os dados coletados junto às IES, foram adotadas as categorias propostas por Krokosz (2011) para analisar objeto equivalente, sendo:

- *Ações institucionais*: 1. Página da IES contendo informações acerca de plágio e integridade em pesquisa; 2. Formalização de uma política institucional sobre o plágio; 3. Formulação de cartilhas, manuais e/ou documentos oficiais sobre o assunto; 4. Nomeação de Comissão de Integridade Científica ou de Processo Administrativo Disciplinar.

- *Ações preventivas*: 1. Desenvolvimento de ações para orientação da comunidade, por meio de palestras, seminários sobre o tema, disponibilidade de formulários de declaração de responsabilidade do trabalho; 2. Capacitação da comunidade: cursos de extensão, atividades práticas, exercícios de escrita científica com a elaboração de manuais, ementa de disciplina ou regras gerais para a elaboração de trabalhos de conclusão de curso.
- *Medidas diagnósticas*: 1. Utilização de ferramentas para detecção de plágio.
- *Medidas corretivas*: 1. Descrição do plágio nos regulamentos internos (Regulamento disciplinar; Direitos e deveres do estudante); 2. Medidas punitivas (advertência, suspensão, expulsão).

Para apresentar o tratamento adotado pelas instituições em relação ao plágio, de acordo com as discussões disponíveis na revisão de literatura, bem como as ações efetivadas nas IES que ofertam os cursos de Mestrado, Mestrado Profissional ou Doutorado na área de Ensino, foi elaborado o Quadro 7 que sintetiza as políticas formalizadas nas IES, destacando informações relativas às orientações existentes, manuais e cartilhas disponibilizadas, ações realizadas (seminários, palestras, oficinas) e regulamentos/instruções normativas internas.

**Quadro 7 - Tratamento contra o plágio efetuado pelas IES**

INSTITUIÇÃO	CAT. ADM.	AÇÕES INSTITUCIONAIS				AÇÕES PREVENTIVAS		MEDIDAS DIAGNÓSTICAS	MEDIDAS CORRETIVAS	
		1	2	3	4	1	2		1	2
IES 1	PF	✓		✓	✓	✓				✓
IES 2	PF		✓	✓					✓	✓
IES 3	PF	✓								✓
IES 4	PF					✓				
IES 5	PF								✓	✓
IES 6	PE	✓								
IES 7	PF			✓					✓	
IES 8	PF	✓				✓				
IES 9	PF		✓	✓		✓		✓	✓	✓
IES 10	PF	✓		✓		✓				
IES 11	PF		✓			✓			✓	✓
IES 12	PE			✓		✓				
IES 13	PF			✓		✓				
IES 14	PF	✓								
IES 15	PF	✓		✓		✓				
IES 16	PF			✓					✓	✓
IES 17	PSFL									
IES 18	PSFL	✓	✓					✓	✓	✓
IES 19	PF	✓			✓	✓				
IES 20	PF	✓		✓		✓	✓			
IES 21	PF					✓			✓	✓
IES 22	PF	✓								
IES 23	PF				✓					

INSTITUIÇÃO	CAT. ADM.	AÇÕES INSTITUCIONAIS				AÇÕES PREVENTIVAS		MEDIDAS DIAGNÓSTICAS	MEDIDAS CORRETIVAS	
		1	2	3	4	1	2		1	2
IES 24	PE							✓		
IES 25	PCFL									
IES 26	PE							✓		✓
IES 27	PCFL									
IES 28	PF							✓		
IES 29	PF									
IES 30	PSFL								✓	
IES 31	PCFL	✓								
IES 32	PE						✓	✓	✓	✓
IES 33	PSFL									
IES 34	PM	✓								
IES 35	PSFL									
IES 36	PE			✓		✓			✓	✓
IES 37	PE									
IES 38	PF					✓	✓		✓	✓
IES 39	PF	✓						✓	✓	✓
IES 40	PF	✓	✓						✓	✓
IES 41	PSFL									
IES 42	PSFL									
IES 43	PSFL					✓		✓	✓	
IES 44	PSFL									
IES 45	PF	✓	✓	✓		✓				

Legenda:

Cat. Adm.: Categoria Administrativa

PCFL: Privada Com Fins Lucrativos; PSFL: Privada Sem Fins Lucrativos; PE: Pública Estadual; PF: Pública Federal; PM: Pública Municipal

Fonte: Adaptado de Kroskocz (2011).

De acordo com o apresentado no Quadro 7, as IES Públicas Estaduais e Federais são responsáveis por 88,3% do total de medidas encontradas (contabilizando todas as IES - 94 no total), sendo que as IES Federais implementam 73,4% dessas ações. Ao analisar a quantidade de ações implementadas, comparando com o total de medidas possível, tem-se o seguinte:

- a) Privada Com Fins Lucrativos (PCFL): 3,7% de ações implementadas (1 ação de 27);
- b) Privada Sem Fins Lucrativos (PSFL): 11,1% de ações implementadas (9 ações de 81);
- c) Pública Estadual (PE): 22,2% de ações implementadas (14 ações de 63);
- d) Pública Federal (PF): 30,7% de ações implementadas (69 ações de 225);
- e) Pública Municipal (PM): 11,1% de ações implementadas (1 ação de 9);

Verifica-se, também, à exceção das IES Públicas Municipais, que todas as demais categorias administrativas tem alguma IES que não implementa nenhuma ação, sendo: PCFL -

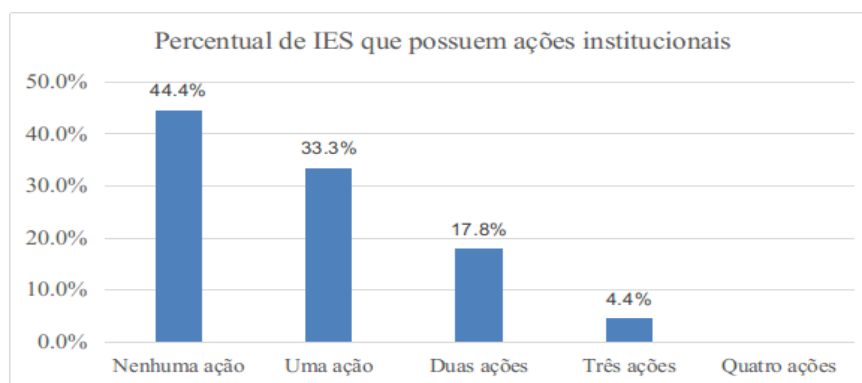
66,7% de IES sem ações (2 IES de 3); PSFL - 66,7% de IES sem ações (6 IES de 9); PE - 14,3% de IES sem ações (1 IES de 7); PF - 4,0% de IES sem ações (1 IES de 25).

Pode ser observado que no Quadro 7, das 45 IES que ofertam cursos de pós-graduação na área de Ensino, nenhuma desenvolve quatro ações institucionais, duas IES (4,4%) realizam três ações, oito IES (17,8%) realizam duas ações, 15 IES (33,3%), realizam apenas uma ação e 20 IES (44,4%) não apresentaram nenhuma ação institucional formalizada. A materialização do ideal aconteceria se todas as instituições implementassem medidas de combate à desonestidade científica, de modo a eliminar tal problema do cenário acadêmico.

Da verificação realizada no portal das IES, seis possuem uma política institucional estabelecida, em dez instituições não foi possível obter informações acerca dos procedimentos adotados, oito destas IES contam com o suporte de uma ferramenta para detecção de plágio e 16 IES promovem, periodicamente, seminários e palestras envolvendo a temática (mas apenas três realizam cursos de capacitação à comunidade).

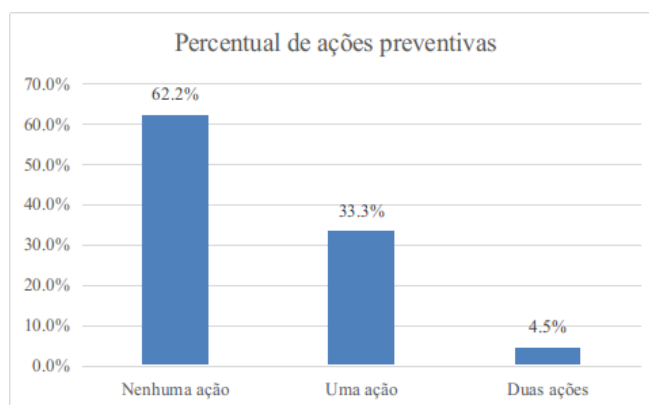
O Gráfico 2 ilustra o percentual de IES, pela quantidade de ações institucionais que desenvolvem.

**Gráfico 2- Distribuição do percentual de IES e ações institucionais desenvolvidas**



Fonte: Autoria própria (2017)

Em se tratando da promoção periódica de ações preventivas (Gráfico 3), duas instituições (4,4%) desenvolvem regularmente duas ações (como oficinas/palestras) sobre o tema; 15 IES (33,3%) possuem apenas uma ação formalizada; e, 28 IES (62,2%) não desenvolveram nenhuma ação no sentido de orientar a comunidade.

**Gráfico 3 - Proporção de IES que realizam ações preventivas**

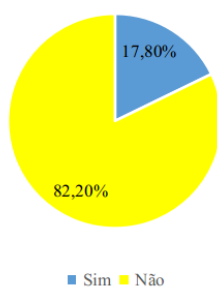
Fonte: Autoria própria (2017)

Com relação à utilização de software de análise de plágio, oito IES (17,8%) adotam alguma ferramenta para este suporte, enquanto que 37 IES (82,2%) não possuem nenhuma plataforma com esta finalidade.

O Gráfico 4 ilustra o comparativo entre o percentual de IES que implementam medidas diagnósticas e daquelas que não realizam nenhuma ação.

**Gráfico 4 - Proporção de IES que desenvolvem medidas diagnósticas**

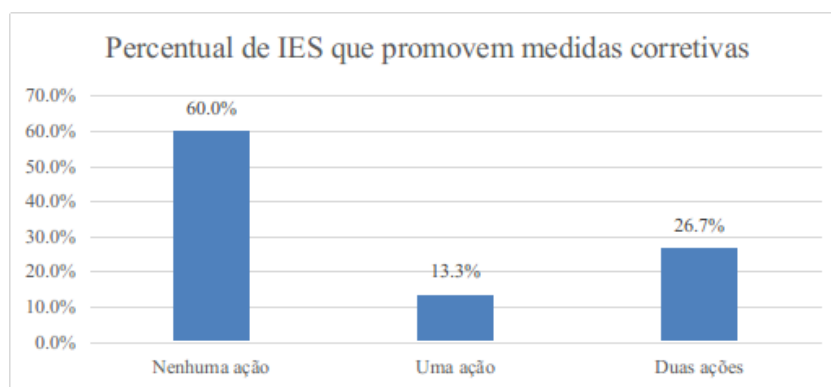
Percentual de IES por medidas diagnósticas



Fonte: Autoria própria (2017)

Por fim, 27 IES (60,0%) não possuem nenhuma medida corretiva, seis IES (13,3%) possuem uma ação instituída e 12 IES (26,7%) instituíram as duas ações corretivas. Com esses dados, fica evidente que maioria das IES (60,0%) não trata de forma rigorosa os casos nos quais há ocorrência de problemas de plágio. O Gráfico 5 apresenta a diferença percentual entre as IES que desenvolvem ações desta natureza.

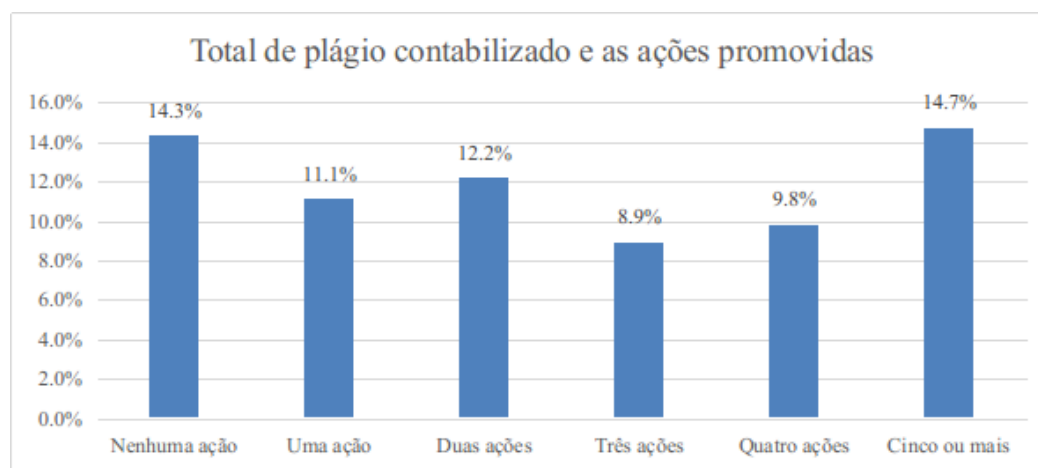


**Gráfico 5 - Percentual de IES distribuído por medidas corretivas**

Fonte: Autoria própria (2017)

Importante destacar que 97,8% das IES (44 instituições) que tiveram trabalhos analisados, apresentaram problemas relativos a plágio (desenvolvendo ou não ações de combate). A única instituição (IES 27) na qual não foram contabilizados trechos com problema, não possui nenhuma ação/política implementada. Isto pode ter ocorrido em virtude dos trechos que foram selecionados (aleatoriamente) para análise.

O Gráfico 6 ilustra a totalização de plágio, de acordo com a quantidade de ações desenvolvidas.

**Gráfico 6 - Trechos com plágio e quantidade de ações institucionais desenvolvidas**

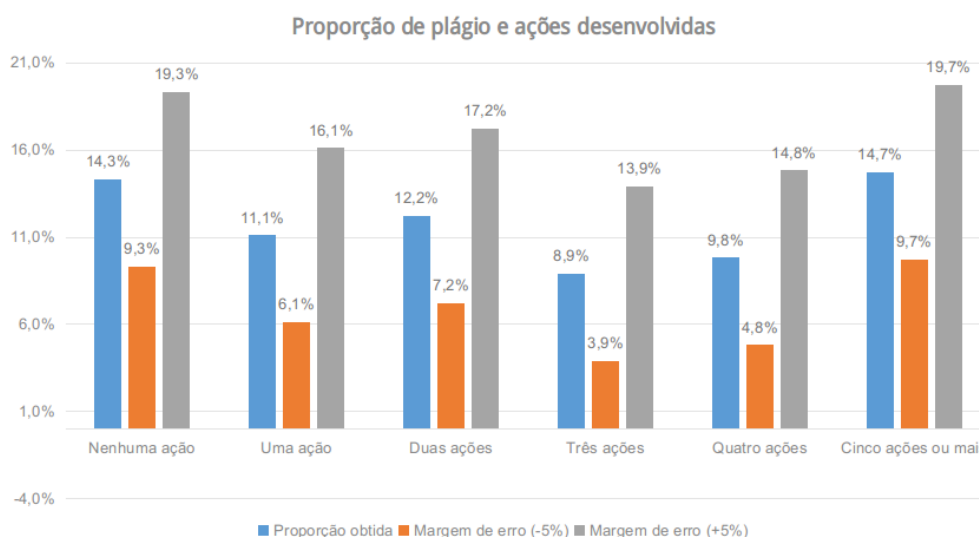
Fonte: Autoria própria (2017)

A totalização dos resultados apresentados no Gráfico 6 foi realizada com base na quantidade de medidas formalizadas e ações implementadas nas IES para combater o plágio. Assim, pode-se avaliar a premissa de quanto mais ações estiverem registradas na instituição (dentre as nove investigadas), melhor será o controle e, conseqüentemente, a proporção de plágio será menor. Entretanto, após a contabilização geral dos trechos com plágio, verificou-se que a quantidade de ações desenvolvidas pouco influencia na quantidade de

trechos com problema (Gráfico 6), visto que as IES que não possuem nenhuma ação obtiveram, percentualmente, praticamente o mesmo resultado de trechos plagiados do que aquelas IES que possuem cinco ou mais ações formalizadas. Importante frisar que se trata de uma totalização geral (divisão da quantidade de trechos com problema pela quantidade de trechos analisados), ou seja, não significa que não teve IES que apresentaram resultados melhores quanto maior o número de ações (como no caso da IES 9 que, com 6 ações implementadas teve 4% de trechos com plágio), mas isto não se configurou como um padrão.

Adicionalmente, com base nos resultados obtidos relacionados aos trechos com plágio encontrados nos documentos, e considerando a margem de erro de 5% para mais ou para menos, temos o apresentado no Gráfico 7.

**Gráfico 7 - Comparativo de plágio com ações desenvolvidas**



Fonte: Autoria própria (2017)

Conforme se pode verificar, não é possível generalizar os resultados, uma vez que ao comparar a proporção de plágio obtida e a quantidade de ações desenvolvidas com o intervalo de margem de erro calculado, cada valor resultante das análises (proporção obtida) está inserido nos valores calculados de acordo com as medidas implementadas - seguindo a margem de erro estabelecida. Portanto, não se pode afirmar que há diferença entre as ações desenvolvidas e a proporção de trechos encontrados com plágio.

Como comparativo das ações desenvolvidas e do volume de plágio apresentado nas IES, têm-se os seguintes resultados:

- Das dez IES que não possuem nenhuma ação institucionalizada de combate ao plágio, apenas a IES 27 não apresentou nenhum trecho com plágio. As demais tiveram entre 8,4% a 21,7% trechos com problema e são as seguintes: IES 33 (21 trechos - 8,4%); IES 17 (53 trechos - 8,8%); IES 42 (22 trechos - 8,8%); IES 44 (21 trechos - 14,0%); IES 25 (99 trechos - 14,1%); IES 29 (55 trechos - 15,7%); IES 37 (65 trechos - 16,3%); IES 35 (95 trechos - 21,1%); e, IES 41 (76 trechos - 21,7%);
- A IES 12, que mesmo tendo formalizada uma comissão de processo administrativo disciplinar e, também, periodicamente orientando a comunidade por meio de cursos de extensão, teve 32 trechos (21,3%) com algum problema de plágio;
- A IES 18 que possui cinco das nove ações verificadas, inclusive conta com software de análise de plágio e medidas corretivo/punitivas (mas não desenvolve ações de orientação), apresentou 186 trechos (18,6%) com algum problema;
- A IES 38, que teve dois trechos com algum problema (1,3% - segunda menor taxa de descoberta de plágio) e a IES 21 (que teve seis trechos - 1,7% com problema), desenvolvem, constantemente, ações de orientação e capacitação, bem como contam com medidas corretivas formalizadas;
- A IES 9, que é a instituição que possui alguma ação nas quatro esferas de combate ao plágio (seis ações das nove possíveis), apresentou 14 trechos (4,0%) com algum tipo de problema;
- As 17 IES que, periodicamente, desenvolvem ações de orientação e capacitação da comunidade, apresentaram trechos com plágio. Destas, quatro IES tiveram até 5% de trechos com problema; quatro IES com trechos entre 5,0%; 10,0% com problema; e, nove IES contendo acima de 10,0% de trechos com problema (sendo o pior caso, a IES 12 com 21,3% de trechos com plágio);
- As oito IES que dispõem de software de análise de plágio também apresentaram trechos com problema, oscilando entre 4,0% (IES 9) a 18,6% (IES 18) dos trechos com plágio. Entretanto, esse dado em particular deve ser lido/interpretado com cautela, visto que não foi levantado, neste estudo, o momento no qual o software foi adquirido.

As IES 1, IES 19 e IES 23 que institucionalizaram comissões de processo disciplinar, realizam alguma análise nas produções apenas quando há alguma denúncia formalizada, não desenvolvendo ações periódicas para fiscalização dos trabalhos formalizados nas instituições.

Importante frisar que apenas uma IES (identificada como IES 27) não apresentou plágio nos trechos selecionados para análise. Desta instituição, foram analisados dois documentos (totalizando 100 trechos) produzidos nos cursos de Doutorado. O interessante é que, apesar de não ter sido encontrado nenhum trecho com problema, a IES não possui nenhuma ação formalizada de combate ao plágio (dentre as nove levantadas). Entretanto, o resultado apresentado para esta IES, em particular, pode estar distorcido, em função do número reduzido de trabalhos analisados.

De qualquer forma, este resultado que deveria ter sido uma regra (principalmente, nos cursos de Doutorado) acabou se constituindo como uma exceção, uma vez que todas as demais apresentaram, no mínimo, dois trechos com problema. Esse resultado, bem como outros com taxas de plágio em pequena proporção - se comparar a quantidade de trechos analisados, a exemplo das IES 21 - 1,7% e IES 38 - 1,3% podem ter sido influenciados em virtude de: a) o autor aplicou corretamente as regras para elaboração de trabalhos; b) interação com o professor orientador foi realizada de maneira adequada; c) o autor e/ou professor orientador utilizou algum software como suporte à análise do trabalho, corrigindo em tempo os possíveis problemas; d) os trechos utilizados para efetuar a análise, escolhidos aleatoriamente, não continham problemas.

Dentre as 17 IES que apresentaram menos de 10,0% de trechos com plágio, excetuando-se quatro delas que não implementam ação alguma (IES 17, IES 27, IES 33, IES 42) - com percentual médio de plágio = 8,7%, todas têm ações formalizadas para o combate ao plágio, sendo: quatro IES desenvolvem uma ação (IES 14, IES 22, IES 23, IES 28) - percentual médio de plágio = 6,4%; uma IES desenvolve duas ações (IES 7) - percentual de plágio = 4,0%; quatro IES implementam três ações (IES 16, IES 19, IES 21, IES 43) - percentual médio de plágio = 5,5%; três IES realizam quatro ações (IES 38, IES 39, IES 40) - percentual médio de plágio = 5,9%; uma IES desenvolve cinco ou mais ações (IES 9) - percentual de plágio = 4,0%. Destaca-se que estes resultados levam em consideração a contabilização de trechos com problema e a quantidade de ações efetivamente implementadas (considerando a distribuição das nove medidas em quatro categorias, conforme apresentado no Quadro 7).

Ao analisar separadamente os resultados obtidos em cada IES, distribuídos segundo cada categoria registrada no Quadro 7 (*ações institucionais, ações preventivas, medidas diagnósticas e medidas corretivas*), tem-se que as ações preventivas e as medidas corretivas apresentaram melhores resultados quanto maior a quantidade de atividades implementadas.

Das ações institucionais registradas, destaca-se que em nenhuma IES foi constatada a disponibilidade das quatro ações institucionais implementadas. Conforme apresentado no Quadro 8, mais de 44% das IES não desenvolvem nenhuma ação institucional e foram registrados 12,8% dos trechos analisados como tendo plágio (46,0% do total de trechos com plágio). Nas IES com uma ação implementada, foram encontrados 9,5% dos trechos com plágio (27,3% do total com problemas). As IES que implementam duas e três ações obtiveram, respectivamente, 13,5% (21,5% do total encontrado) e 12,6% (5,2% do total) de trechos com problema de plágio. Os percentuais apresentados na coluna 4, do Quadro 8, foram obtidos com base no volume de trechos com plágio, dividido pelo número de trechos analisados.

**Quadro 8 - Ações institucionais e o volume de plágio produzido**

QUANTIDADE DE AÇÕES	QUANTIDADE DE IES	TRECHOS ANALISADOS	TRECHOS COM PLÁGIO
Nenhuma ação	20 (44,5%)	7.000	893 (12,8%)
Uma ação	15 (33,3%)	5.600	531 (9,5%)
Duas ações	8 (17,8%)	3.100	417 (13,5%)
Três ações	2 (4,4%)	800	101 (12,6%)
Quatro ações	0	-	-

Fonte: Autoria própria (2017)

De acordo com os resultados apresentados, o que se esperava era a redução na proporção de trechos com plágio nos trabalhos desenvolvidos, à medida que se aumentasse o número de ações institucionais. Entretanto, não se pode afirmar que o simples incremento de medidas seja suficiente para combater o plágio. Se considerar a margem de erro de 5%, verifica-se que os valores de trechos com plágio, obtidos na análise realizada, estão inseridos no intervalo calculado e, assim, pode-se afirmar que o aumento quantitativo nas medidas institucionais disponíveis não garante a diminuição no volume de plágio. Esta constatação defendida é convergente com os achados de Wachovicz e Costa (2016). No estudo desenvolvido pelos autores, constatou-se que, embora as IES estejam, efetivamente, interessadas em eliminar o plágio, a institucionalização de algumas ações e a implementação de normativos de forma isolada não geraram resultados eficientes.

Das ações preventivas registradas (Quadro 9), destaca-se que a maioria das IES analisadas (62,2%) não promovem nenhuma ação desta natureza, tendo produzido 69,2% do total de plágio encontrado nesta pesquisa. Das IES (33,3%) que promovem uma ação, foram encontrados 571 trechos com problema (equivalente a 29,4% do total encontrado), enquanto que as IES (4,5%) que desenvolvem duas ações preventivas foram responsáveis por 1,3% do plágio total registrado na análise efetuada. Os percentuais apresentados na coluna 4, (*Trechos com plágio*) do Quadro 9, foram obtidos com base no volume de trechos com plágio, dividido pelo número de trechos analisados.

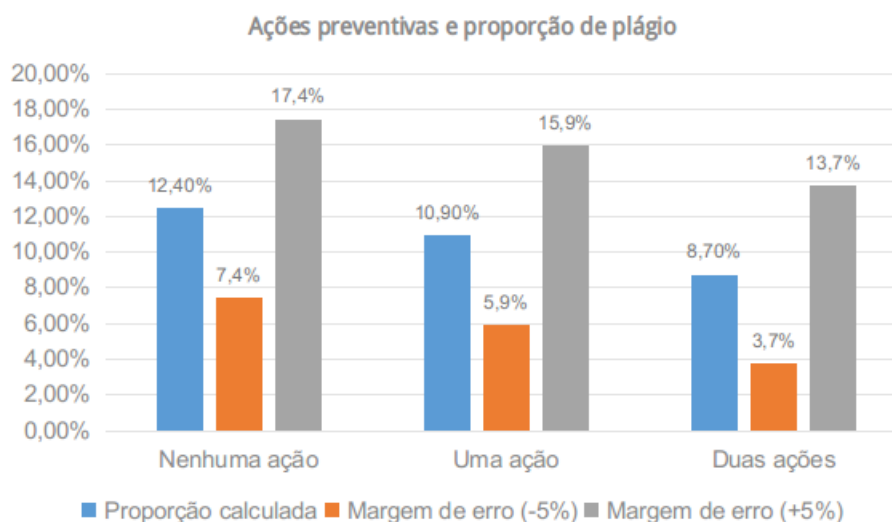
**Quadro 9 - Ações preventivas e o volume de plágio produzido**

QUANTIDADE DE AÇÕES	QUANTIDADE DE IES	TRECHOS ANALISADOS	TRECHOS COM PLÁGIO
Nenhuma ação	28 (62,2%)	10.850	1.345 (12,4%)
Uma ação	15 (33,3%)	5.250	571 (10,9%)
Duas ações	2 (4,5%)	300	26 (8,7%)

Fonte: Autoria própria (2017)

Adicionando a margem de erro de 5% (para mais ou para menos) aos resultados obtidos, tem-se o apresentado no Gráfico 8.

**Gráfico 8 - Quantidade de ações preventivas e o volume de plágio obtido**



Fonte: Autoria própria (2017)

Conforme apresentado na literatura (VASCONCELOS et al., 2009; MARSHALL et al., 2011; ELLIOTT; MARQUIS; NEAL, 2013; GOMES, 2014), a promoção de ações de orientação e capacitação da comunidade são importantes aliadas no controle ao plágio. Porém, conforme apresentado no Gráfico 8, não é possível generalizar os resultados e defender que o

aumento na quantidade de ações favorece a redução de plágio, uma vez que ao comparar a proporção obtida com a quantidade de ações preventivas implementadas, baseadas no intervalo de margem de erro calculado, cada valor resultante das análises (proporção calculada) está inserido nos intervalo calculado - seguindo a margem de erro estabelecida. Portanto, não se pode afirmar que aumentar ações preventivas proporciona redução de plágio.

Das medidas diagnósticas registradas nas IES (Quadro 10), nota-se que grande parte delas (82,2%) não utiliza nenhuma ferramenta para auxiliar a análise de plágio nos trabalhos. Os trechos com plágio destas IES foram equivalentes a 72,0% do total de trechos localizados nesta pesquisa. As IES que contam com um software (17,8% delas) para diagnosticar os documentos com problema foram responsáveis por 28,0% do total de trechos. Porém, comparando o volume de trechos analisados com a quantidade de trechos com plágio, nas categorias “IES com medidas diagnósticas” e “IES sem medidas diagnósticas”, a proporção de plágio encontrada é praticamente a mesma (11,6% e 11,8%, respectivamente). Os percentuais apresentados na coluna 4 (*Trechos com plágio*), do Quadro 10, foram obtidos com base no volume de trechos com plágio, dividido pelo número de trechos analisados.

**Quadro 10 - Medidas diagnósticas e o volume de plágio produzido**

<b>MEDIDAS DIAGNÓSTICAS</b>	<b>QUANTIDADE DE IES</b>	<b>TRECHOS ANALISADOS</b>	<b>TRECHOS COM PLÁGIO</b>
Sim	8 (17,8%)	4.700	544 (11,6%)
Não	37 (82,2%)	11.800	1.398 (11,8%)

Fonte: Autoria própria (2017)

Neste caso, utilizando os dados apresentados no Quadro 10, é possível afirmar que a adoção de um software pouco contribuiu na eliminação do plágio nos trabalhos desenvolvidos. Estes dados endossam a argumentação difundida na literatura (BERLINCK, 2011; DEGEETER et al., 2014) de que a adoção de um software para análise de plágio nem sempre é a melhor alternativa, muito menos, surte o efeito esperado. Porém, mesmo tendo sido registrados trechos contendo plágio nas IES que utilizam um software para detecção, é possível perceber uma pequena melhora com o uso da ferramenta. Isto é defendido por Martin (2013), no qual destaca que o uso de um software pode auxiliar na orientação do trabalho, uma vez que o mesmo identifica os possíveis trechos em que há algum problema.

Das medidas corretivas registradas nas IES (Quadro 11), nota-se que a maioria das IES (60,0%) não promove nenhuma ação corretiva, enquanto que 40,0% das IES desenvolvem uma ou duas ações. Os percentuais apresentados na coluna 4 (*Trechos com*

*plágio*), do Quadro 11, foram obtidos com base no volume de trechos com plágio, dividido pelo número de trechos analisados.

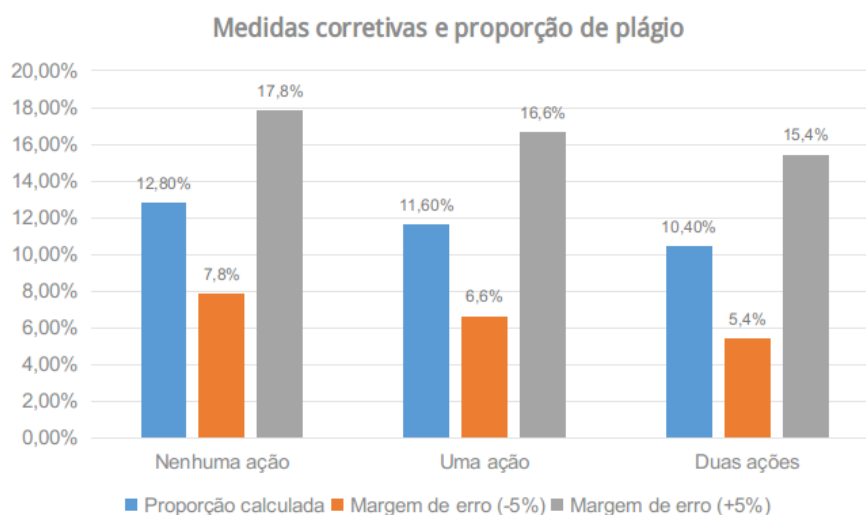
**Quadro 11 - Medidas corretivas e o volume de plágio produzido**

QUANTIDADE DE AÇÕES	QUANTIDADE DE IES	TRECHOS ANALISADOS	TRECHOS COM PLÁGIO
Nenhuma ação	27 (60,0%)	9.300	1.182 (12,7%)
Uma ação	6 (13,3%)	1.400	162 (11,6%)
Duas ações	12 (26,7%)	5.800	598 (10,3%)

Fonte: Autoria própria (2017)

Adicionando a margem de erro de 5% (para mais ou para menos) aos resultados obtidos, tem-se o apresentado no Gráfico 9.

**Gráfico 9 - Medidas corretivas e proporção de plágio encontrado**



Fonte: Autoria própria (2017)

A literatura (MARSHALL et al., 2011; DEGEETER et al., 2014) destaca a importância na elaboração de normas e regulamentos, contemplando ações punitivas para cada caso. Entretanto, com base nos dados registrados no Gráfico 9, e dada a margem de erro de 5%, não se pode afirmar que o aumento na quantidade de ações corretivas ocasiona redução na incidência de trechos com plágio, visto que a proporção calculada está inserida no intervalo da margem de erro, calculado segundo a quantidade de ações implementadas.

Um detalhe importante é que, apesar de uma instituição (IES 27) não desenvolver nenhuma ação de combate ao plágio e não ter sido encontrado trecho com problema, as outras nove que se enquadram nesta mesma situação (não possuem ações) apresentaram, no mínimo,



quatro trechos (8,4%) com plágio, sendo que, o pior caso, foram 76 trechos selecionados com problema (21,7%).

Denota-se que as ações de orientação adotadas em 17 das 45 IES mostraram-se inadequadas, uma vez que em todos os cursos de pós-graduação analisados foram constatados trechos com plágio (10,8% dos trechos analisados estavam com plágio). Isto reforça a necessidade de intensificar as ações formalizadas, de modo que a comunidade compreenda os reflexos em se cometer tal desonestidade.

Assim, conforme dados apresentados nesta subseção, a HS2 não se confirmou, uma vez que, como foi adotada uma margem de erro de 5% para mais ou para menos, não é possível afirmar que as ações/medidas adotadas pelas IES proporcionaram redução nos trechos com plágio.

*HS3 - A seção e/ou capítulo do trabalho que apresenta maior quantidade de trechos com plágio é o referencial teórico*

Os estudos realizados por Evering e Moorman (2012), Stabingis, Šarlauskienė, Čepaitienė (2014) e DeGeeter et al. (2014) destacam que os alunos plágiam, muitas vezes, por não compreenderem correta e completamente sobre plágio e como evitá-lo. Isto se deve, em parte, por não estar claro para os alunos, a gravidade do plágio, nem tampouco receberem orientações adequadas sobre a organização do trabalho, cometendo o delito de forma não intencional. Entretanto, os resultados encontrados no presente estudo permitem, mesmo com outro foco, divergir dessa posição, uma vez que os documentos desenvolvidos no doutorado (que possuem alunos inseridos em atividades de pesquisa há mais tempo, estando mais habituados com normas) apresentaram trechos com problema de plágio, o que pode indicar a intenção em fraudar, e não o simples esquecimento, como apresentado por alguns autores.

Na literatura, excetuando a pesquisa realizada por Neuenfeldt et al. (2011), na qual foi identificado que a maior proporção de trechos com plágio aparece no referencial teórico, não foram localizados outros trabalhos que identifiquem a quantidade de trechos plagiados por seção.

Para este estudo, foram analisados 7.700 trechos de documentos produzidos no Mestrado (com 1.079 trechos com plágio - 14,0% do analisado), 7.000 trechos oriundos do

Mestrado Profissional (com 696 trechos com problema - 9,9% dos trechos analisados), 1.800 trechos desenvolvidos no Doutorado (com 167 trechos com plágio - 9,3% do analisado). Cada seção analisada representou a seguinte proporção (Tabela 9 - colunas 2 e 3): *Introdução* (1.650 trechos analisados - com 10,2% de plágio), *Metodologia* (1.650 trechos analisados - com 8,8% de plágio), *Referencial Teórico* (9.900 trechos analisados - com 15,5% de plágio), *Discussões* (3.300 trechos analisados - com 2,9% de plágio).

A Tabela 9 registra a proporção de trechos e a quantidade de plágio encontrada nos cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado, distribuída por seção da qual foram retirados (Introdução, Metodologia, Referencial Teórico, Discussões). As três últimas colunas, relativas à proporção de trechos plagiados em cada curso de pós-graduação, foram calculadas com base na totalização dos trechos com plágio encontrados em cada um deles (coluna “Trechos com plágio”).

**Tabela 9 - Proporção de trechos plagiados por seção distribuída nos cursos**

SEÇÃO	TRECHOS ANALISADOS			TRECHOS COM PLÁGIO			PROPORÇÃO DE TRECHOS COM PLÁGIO		
	MS	MP	DR	MS	MP	DR	MS	MP	DR
<b>Introdução</b>	770	700	180	90	59	20	8,34%	8,48%	11,98%
<b>Metodologia</b>	770	700	180	86	41	18	7,97%	5,89%	10,78%
<b>Referencial Teórico</b>	4.620	4.200	1.080	841	576	115	77,94%	82,76%	68,86%
<b>Discussões</b>	1.540	1.400	360	62	20	14	5,75%	2,87%	8,38%

Legenda: MS - Mestrado; MP - Mestrado Profissional; DR - Doutorado

Fonte: Autoria própria (2017).

Conforme apresentado na Tabela 9, todas as seções nos três tipos de programa, tiveram trechos com problemas relativos a plágio. Ressalta-se que a seção “Referencial Teórico” foi a que mais apresentou trechos detectados com este problema e, em alguns casos, ultrapassou 80,0% da quantidade total de plágio encontrado (os trabalhos elaborados no Doutorado atingiram mais de 68,0% do total de trechos com plágio, somente nesta seção).

Krokosz (2011) reforça que o trabalho desenvolvido na disciplina de Metodologia Científica (disponível na maioria dos cursos de graduação e pós-graduação) é fundamental para capacitar os alunos na organização dos trabalhos desenvolvidos. Para o autor, é relevante que os alunos compreendam, corretamente, não somente o conceito, como, também, apliquem o “[...] uso de paráfrases, bem como a correta indicação de autores (citações) e identificação

dos documentos consultados [...]” (KROKOSZ, 2011, p. 763). Mesmo o presente estudo não avaliando se os estudantes cursaram a disciplina de metodologia, é possível supor, com os dados apresentados, que o resultado pretendido não vem sendo alcançado. Com efeito, pode-se imaginar que a solução em perspectiva não é adequada.

Constatou-se nos trechos analisados, que parcela significativa do plágio detectado não apresentaria nenhum problema se, por ventura, o autor tivesse utilizado a citação de forma correta. Isto ocorreu em 1.464 (75,4%) dos trechos em que se constatou algum tipo de problema, ou seja, nas frases analisadas, o autor efetuou uma cópia literal de texto produzido por outra pessoa, não adicionando a fonte ao final da sentença. Porém, no estudo conduzido por Sarlauskiene e Stabingis (2014), a comunidade não se deve enganar quanto ao plágio não intencional, pois para os autores, mesmo não tendo a intenção de plagiar, este problema deve ser superado, uma vez que a negligência produz o mesmo resultado que enganar.

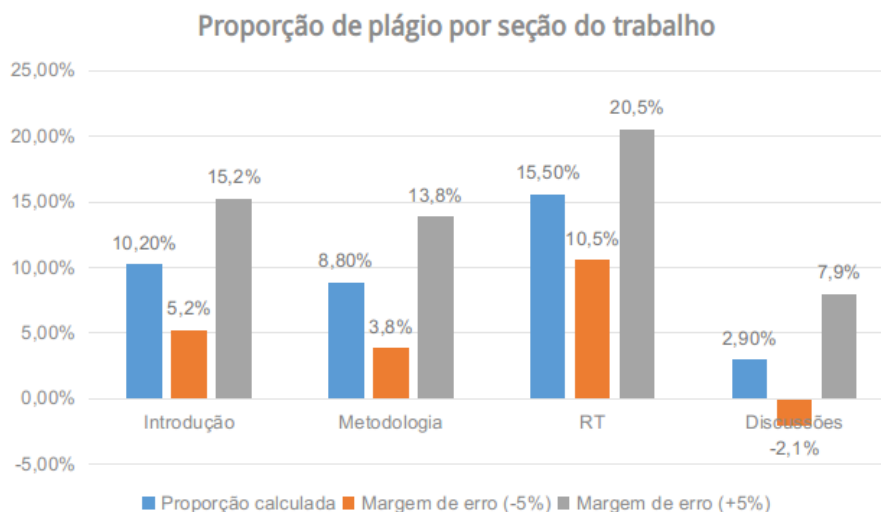
Moraes (2014) afirma que o plagiador sempre atua com a finalidade de induzir o leitor, na tentativa de registrar como algo inédito algo produzido por outro autor.

Como pode ser avaliado nos resultados apresentados, o descumprimento da regra de citação direta por parte do autor pode ser interpretado como artifício para representar seu esforço na leitura e interpretação de alguma obra, simplesmente ignorando a colocação do trecho, copiado parcialmente ou na íntegra, na citação da forma correta. Trata-se de uma prática inadequada em pesquisa, pois mesmo não sendo objeto do presente estudo, não é descabido supor, em muitos casos, a existência de dolo na prática.

Segundo registrado na Tabela 9, o referencial teórico foi a seção com mais trechos com plágio em todos os tipos de programa (Mestrado - 77,94% dos trechos com plágio; Mestrado Profissional - 82,76% dos trechos com plágio; Doutorado - 68,86% dos trechos com plágio). Isto ocorre, em grande parte porque, como se trata de revisão de literatura, o autor pode entender, equivocadamente, que basta “copiar e colar” alguns trechos. A incidência de plágio na seção de Metodologia pode ter ocorrido, em virtude do aproveitamento dos materiais e métodos adotados em outros experimentos/pesquisas e, no caso da seção Discussões, pode indicar que muitos trechos foram obtidos por meio das análises efetuadas por outros autores. Pode-se até supor, em casos extremos, que a pesquisa não foi feita. Há o entendimento na literatura de que é possível o reaproveitamento de partes do texto apresentado no referencial teórico, na metodologia ou, até mesmo, na seção de resultados e discussões (SABBATINI, 2013; SARLAUSKIENE; STABINGIS, 2014), mas é

imprescindível que a fonte, da qual o trecho tenha sido retirado, seja identificada. Para tanto, podem-se avaliar os resultados obtidos, segundo a margem de erro de 5%, para mais ou para menos, registrados no Gráfico 10.

**Gráfico 10 - Proporção de plágio distribuído por seção**



Fonte: Autoria própria (2017)

Conforme se pode constatar, é possível generalizar os resultados obtidos, uma vez que ao comparar a proporção calculada em cada seção, com o intervalo de margem de erro calculado (5% para mais ou para menos), o intervalo calculado para o Referencial Teórico (RT) não insere os valores obtidos nas demais seções - seguindo a margem de erro estabelecida. Portanto, é possível afirmar que a seção de Referencial Teórico teve mais incidência de trechos com plágio.

É nítido que, apesar de 77,0% dos cursos de pós-graduação, analisados neste trabalho ofertarem disciplinas de Metodologia Científica (ou similares), estas não conseguiram reduzir ou eliminar as falhas cometidas no que tange à desonestidade científica. Berlinck (2011) entende que a situação poderia ser amenizada se houvesse o efetivo esforço institucional no desenvolvimento de treinamentos relativos à redação técnica, proporcionando melhora no processo de elaboração textual e, conseqüentemente, relacionada à eliminação do plágio na construção dos trabalhos.

Entretanto, o que se pode constatar, é que as soluções adotadas nas IES não vêm surtindo o efeito necessário ao combate ao plágio de forma sistêmica. Destaca-se, ainda, que dentre os conteúdos abordados nas disciplinas ofertadas (ementário), praticamente inexistente a discussão, pelo menos de maneira formalizada, sobre desonestidade científica e integridade

em pesquisa, em particular à temática sobre plágio, uma vez que apenas em dois cursos de pós-graduação (promovidos pelas IES 22, IES 42) foi localizado este conteúdo na ementa da disciplina ofertada.

O Quadro 12 registra a ementa de cada disciplina nestas IES, comparando com a proporção de plágio encontrada. Destaca-se que na IES 22 foram encontrados 39 trechos com problema (tendo dois documentos que não tiveram nenhum trecho com plágio), enquanto que na IES 42, 22 trechos estavam plagiados. Mais uma vez, estes resultados reforçam a necessidade de que as IES sejam mais incisivas no tratamento de problemas desta natureza, uma vez que, apesar de supostamente tratarem do assunto em disciplinas regulares do currículo, o fato não impediu que ocorressem problemas relacionados à desonestidade científica.

**Quadro 12 - Ementário das disciplinas de Metodologia Científica e a proporção de plágio desenvolvida nos cursos em que estão ofertadas**

IES	CONTEÚDO DA EMENTA	TRECHOS COM PLÁGIO/PROPORÇÃO
IES 22	Natureza da pesquisa em educação. Planejamento. Abordagens da pesquisa: etnográfica, histórica, "surveys", estudo de caso, experimental, pesquisa-ação. Método de obtenção e análise de dados: questionários, entrevistas, relatos, observação, testes, "role-playing". <u>Problemas éticos e metodológicos da pesquisa educacional.</u>	39 / 4,9% (800 trechos analisados)
IES 42	Principais aspectos teóricos e metodológicos envolvidos no processo de pesquisa em Ensino de Ciências e Matemática. Especificidades dos métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa. Procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados. Estrutura de um projeto, de uma dissertação e de uma tese. Normas técnicas. <u>Ética em pesquisa.</u>	22 / 8,8% (250 trechos analisados)

Fonte: Autoria própria (2017).

Importante frisar que das 45 IES que tiveram trabalhos analisados neste estudo, apenas oito IES (17,8%) têm casos formalizados (e divulgados na mídia) de ações punitivas realizadas na comunidade, como a exoneração de docentes e a cassação de títulos concedidos a estudantes (mestrado e doutorado), de maneira a criar uma cultura de combate sistêmico ao plágio. Assim, pode-se entender que as ações promovidas não surtiram o efeito esperado, ou seja, existe plágio nos documentos e as poucas ações realizadas não garantem a correção. Considerando que em 82,2% das IES não há comprovação/divulgação de medidas punitivas severas para casos de plágio, pode-se inferir que, minimamente, as instituições são omissas

em relação aos possíveis problemas causados pelos autores sob sua tutela e pouco se preocupam com casos desta natureza.

Conforme abordado na literatura (ANDERSON, STENECK, 2011; CHIARINI, VIEIRA, 2012; WATANABE, 2014), as IES apenas implementam alguma atitude quando há alguma denúncia formalizada. Normalmente, são abertos processos investigativos e, quando é constatada a irregularidade, aplicadas punições e feitas correções/retratações. Apesar de Youmans (2011) destacar que um software de detecção de plágio pode ser utilizado como suporte, esta ação deve ser realizada antes da publicação final do texto. Assim, se houver alguma irregularidade no documento, o aluno deve ser desligado e o documento não deve ser publicado. Conforme dados apresentados, em muitos trabalhos é possível perceber a intencionalidade do autor em cometer o ilícito, visto que apresentou mais de 75,0% de trechos com plágio. De qualquer maneira, cabe às IES a tarefa de analisar o conteúdo produzido e, em caso da constatação de possíveis irregularidades, instaurar os processos adequados e aplicar a penalidade cabível para cada caso.

Fischer e Zigmond (2011) abordam a necessidade de capacitação dos estudantes, para que estes tenham uma visão completa do plágio e suas implicações, sugerindo a necessidade da entrega de versões prévias do trabalho. Assim, o professor teria a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento do estudante e orientar na prática a escrita do documento.

Assim, para conter os casos de plágio, independente da seção do trabalho, deveria existir um conjunto de ações, tais como: a) submeter a versão final para análise em um software de detecção; b) implementação de medidas corretivas com maior severidade; c) constante orientação da comunidade acerca do plágio e dos problemas dele decorrentes.

Com base nos resultados apresentados de que a seção de referencial teórico teve a maior incidência de plágio, é possível entender que existe a percepção de que esta seção é algo menor e que, até certa medida, não faz parte da pesquisa. Assim, tem-se um cenário frágil, onde é possível supor que a construção de hipóteses teoricamente sustentadas é relegada para um plano secundário e/ou simplesmente não é considerada. Desta forma, o que se coloca em jogo é o próprio método científico, e a seção, simplesmente, é escrita para cumprir um requisito textual.

Conforme constatado com os resultados obtidos, a HS3 se confirmou, visto que, mesmo adotando a margem de erro de 5% para mais ou para menos, em todos os trabalhos

analisados, a seção de referencial teórico apresentou a maior quantidade de trechos com problemas.

*HS4 - Dentre os tipos de problemas de utilização inadequada das normas de elaboração de trabalhos científicos (falta de indicação da fonte, plágio, autoplágio, pequenas alterações em trechos), o problema de falta de indicação de fonte é o menos recorrente quando ocorre o plágio*

Conforme abordado por Alves e Moura (2016), os problemas relativos ao plágio estão relacionados com falhas na produção textual, advindas da má-formação em prática de escrita no ensino fundamental, uma vez que o contato com o mundo da “cópia e cola” é constante e, assim, a omissão da fonte pesquisada é algo natural (HECK, 2016). Com isso, o plágio no ensino superior nada mais é do que a reprodução daquela prática comum, na qual a cópia tornou-se parte do cotidiano escolar.

Adicionalmente, a literatura (THOMAS; NELSON; SILVERMAN; 2012; MARTIN, 2013; DEGEETER, 2014; NERI; COSTA; LIMA, 2017) aborda que a falha na indicação da fonte consultada e o autoplágio representam um grave problema relacionado à citação. Neri, Costa e Lima (2017) acrescentam que o autoplágio é moralmente condenável pela comunidade científica, uma vez que passa a ilusão ao interlocutor, de um trabalho totalmente inédito.

Registra-se, nesta pesquisa que, os trechos identificados com autoplágio (texto retirado de produções do próprio autor - desenvolvidos de forma individual ou em parceria com o orientador) e os registrados como “Fonte não indicada” (trechos que pertencem a outro autor e que não foi indicada a fonte utilizada), foram contabilizados separadamente, pois, apesar da autoria original estar suprimida nos trechos destas categorias, torna-se importante ao estudo, a análise da proporção do autoplágio produzido nos trabalhos, uma vez que se pode supor que o autor não registrou a fonte nos documentos por ele produzidos, por entender não haver necessidade dessa indicação, uma vez que o trecho a ele pertence e, assim, dispensa o registro. Dos 1.942 trechos que apresentaram plágio, 632 (32,5%) deles foram provenientes de autoplágio ou “Fonte não indicada”, sendo 144 trechos como autoplágio (22,8%) e 488 trechos na segunda categoria (77,2%).

A Tabela 10 ilustra a quantidade de trechos identificados como autoplágio e os provenientes de “Fonte não indicada”, distribuídos por tipo de programa.

**Tabela 10 - Volume de autoplágio e fonte não indicada**

<b>TIPO DE PROGRAMA</b>	<b>AUTOPLÁGIO</b>	<b>FONTE NÃO INDICADA</b>
Mestrado	94	236
Mestrado Profissional	33	191
Doutorado	17	61

Fonte: Autoria própria (2017)

Conforme abordado por Alves e Moura (2016), os problemas relativos ao plágio estão relacionados a falhas na produção textual, advindas da má-formação em prática de escrita no ensino fundamental, uma vez que o contato com o mundo da “cópia e cola” é constante e, assim, a omissão da fonte pesquisada é algo natural (HECK, 2016). Com isso, o plágio no ensino superior nada mais é do que a reprodução daquela prática comum, na qual o incentivo pela cópia tornou-se parte do cotidiano escolar. No trabalho conduzido por Barbosa, Egry e Cabral (2015), ressaltam que 25,0% dos problemas relativos ao plágio são detectados após seis meses de sua divulgação, enquanto que o restante tem-se conhecimento apenas três anos depois. Em relação aos problemas encontrados nos trabalhos, 21,0% deles estão relacionados a plágio e autoplágio.

O autoplágio ocorre por meio do reaproveitamento de trabalhos (requeitamento) ou da denominada publicação redundante. O primeiro cenário atinge aqueles artigos que são publicados em mais de um meio (periódico, congresso, capítulo de livro), como uma forma de aumentar a produção científica de um autor. O segundo caso ocorre, quando um trabalho é dividido em várias partes, originando várias produções com muitos resultados novos, sendo obtidos com pequenas mudanças em algumas variáveis (SABBATINI, 2013). Destaca-se que o modelo de avaliação da Capes induz à publicação. Com efeito, muitas partes que foram produzidas na dissertação/tese são publicadas (ação valorizada pela Capes) antes da conclusão do trabalho, sendo inseridas no trabalho final. Este procedimento acaba por incentivar o autoplágio. Entretanto, é imprescindível indicar em qual local, determinado trecho/procedimento/resultado foi divulgado, de modo a creditar àquela fonte publicada a ideia original. Neste caso, o autor deve seguir as mesmas regras de citação.

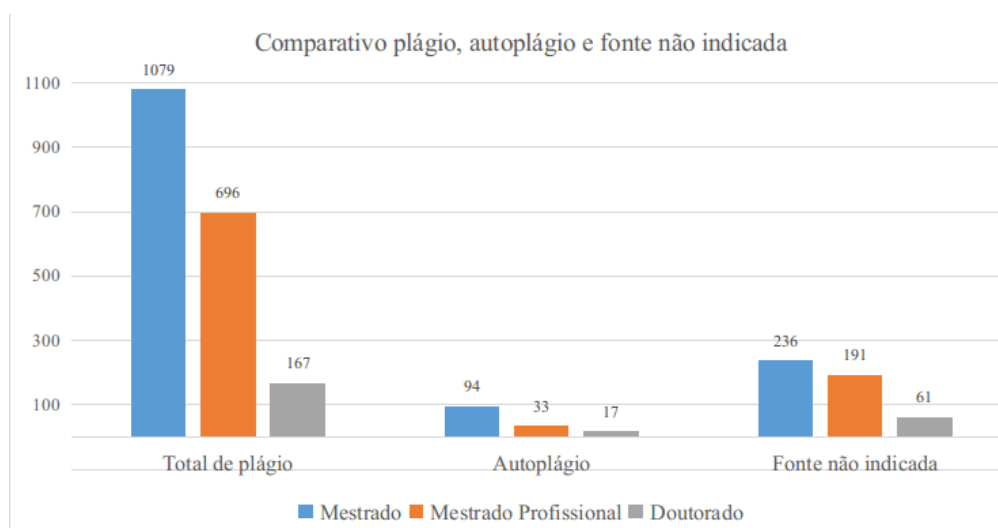


Krokosz (2011, p. 763) destaca ser relevante que os alunos compreendam corretamente não somente o conceito, como, também, apliquem de maneira adequada o “(...) uso de paráfrases, bem como a correta indicação de autores (citações) e identificação dos documentos consultados (referências)”. Assim, ao desenvolver alguma pesquisa e publicar os resultados obtidos, o que se espera encontrar é a correta articulação da teoria com a discussão realizada, de modo a sustentar os argumentos apresentados.

Entretanto, dos 1.079 trechos detectados com problemas de plágio nos cursos de Mestrado, 30,6% deles foram classificados sem a identificação da fonte, sendo o autoplágio responsável por 8,7% dos casos (96 trechos) e Fonte não indicada, por 21,9% dos casos (236). Nos cursos de Mestrado Profissional foi detectado plágio em 696 trechos, sendo 4,7%, em Autoplágio (33 trechos) e, em Fonte não indicada, 27,4% dos trechos (191 casos). No Doutorado, que foram detectados 167 trechos com plágio, a proporção de trechos classificados como Autoplágio e “Fonte não indicada” foi a maior dos cursos de pós-graduação, atingindo 46,7% de não indicação de fonte (17 trechos com autoplágio - 10,2%; 61 trechos como “Fonte não indicada - 36,5%).

O Gráfico 11 ilustra o comparativo entre os trechos classificados como autoplágio e aqueles registrados como Fonte não indicada, classificados por tipo de programa.

**Gráfico 11 - Comparativo entre autoplágio e fonte não indicada por tipo de curso**



Fonte: Autoria própria (2017)

De acordo com resultados obtidos neste estudo, 10,1% dos trechos detectados com problema (1,2% do total de trechos analisados), foram provenientes de autoplágio, taxa

relativamente alta, principalmente, no Mestrado. Ressalta-se que, a totalização do autoplágio (apresentada na Tabela 10) deu-se por meio de constatação dos trechos plagiados de trabalhos publicados pelo próprio autor, em produção individual ou coletiva com outros autores. Entretanto, separando os 144 trechos detectados como autoplágio, tem-se o seguinte quadro: em 22 trechos (15,3%) os documentos foram produzidos individualmente (artigos em congresso, monografias, dissertações) e, nos 122 restantes (84,7%), as produções foram realizadas em conjunto com outras pessoas (sendo que em 98 trechos, os documentos plagiados foram elaborados apenas pelo autor e o orientador da dissertação/tese).

Dos 22 trechos nos quais há autoplágio de textos produzidos apenas pelo autor (produção individual), 12 (54,5%) foram retirados de cursos de Mestrado; quatro (18,2%) de cursos de Mestrado Profissional; e, seis (27,3%) foram produzidos em cursos de Doutorado.

Importante considerar que nas dissertações e teses produzidas, o estudante e professor orientador são autores do trabalho: o primeiro como o autor principal e o segundo, coautor. Apesar da legislação que trata o direito autoral (Lei 9.610/1998) não disciplinar autor e coautor, em Julho de 2011, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) expediu uma jurisprudência (TRF, 2011) acerca do tema, na qual uma aluna de doutorado acusava o orientador de ter cometido plágio de trabalho que era de sua autoria. Na época, a estudante recorreu na justiça, uma vez que o professor-orientador havia publicado sua tese em um congresso. Destaca-se que, na oportunidade, constava o nome da estudante no artigo aprovado. A conclusão que os desembargadores chegaram foi de que, não se configura plágio quaisquer trabalhos publicados em conjunto (resumos, artigos em congressos ou em periódicos) e que esteja acompanhado do nome de todos os envolvidos (estudante e orientador) - como era o caso em questão. Destacaram, também, que o professor-orientador configura-se como coparticipante da pesquisa e, assim, deve ser tratado como coautor no trabalho (TRF, 2011). Com isso, ao considerar que a produção da dissertação ou tese tem dois autores (o aluno e o orientador), e ao somar os trechos encontrados em trabalhos com esta autoria, o volume de autoplágio encontrado nos trechos analisados, comparando os 144 trechos classificados nesta categoria, temos o seguinte resultado: 120 trechos com autoplágio (83,3%) e 24 trechos (16,7%) classificados como autoplágio com outros autores.

Em se tratando de autoplágio, o que se esperava encontrar era um volume maior de trechos nas produções dos cursos de Doutorado, uma vez que, na maioria das vezes, o autor tende a reaproveitar textos produzidos no Mestrado e durante o Doutorado. A prática é

discutível. Entretanto, constatou-se que o volume de autoplágio detectado nos trechos analisados destes cursos, não comprova que há aproveitamento de textos anteriormente produzidos, principalmente, sem indicar a autoria. O interessante é que os cursos de Mestrado, que teoricamente deveriam apresentar o menor volume de ocorrência (visto que os estudantes deste nível de ensino estão relacionados por menos tempo com a pesquisa), tiveram a maior taxa de autoplágio (94 trechos - 65,3%, do total de 144 trechos detectados), sendo que os trechos foram extraídos de produções realizadas em congressos, em sua maioria, com a participação dos orientadores do Mestrado. Destaca-se que a publicação é incentivada pelo órgão regulador dos cursos de pós-graduação, pontuando os alunos e os pesquisadores, durante o processo de avaliação dos cursos, por parte da Capes.

Com os resultados obtidos, supõe-se que o volume de autoplágio produzido pelos autores é proporcional ao amadurecimento científico, ou seja, ficou claro que enquanto os estudantes de Mestrado, por estarem no início da trajetória de pesquisa, acabam por cometer este tipo de deslize (muitas vezes por não ter claro o conceito e como agir neste caso e, também, levando em conta as regras da Capes, que tal prática pode estar sendo incentivada por professores e cursos de pós-graduação); os estudantes de Doutorado, por terem experimentado outro nível de pesquisa anteriormente, ao reaproveitarem documentos por eles desenvolvidos, identificam a fonte utilizada para evitar incorrer em autoplágio.

De acordo com os resultados apresentados, a HS4 não se confirmou, pois dentre os trechos encontrados com problemas, a falta de indicação da fonte apresentou resultados mais expressivos do que o autoplágio.

*HS5 - Os trechos plagiados nos trabalhos analisados são retirados de materiais/produções relevantes*

Para cada trecho que continha alguma incidência de plágio era registrado o tipo de material utilizado, tais como: Livros/Ebook, artigos de congresso, artigos de periódico, Tese ou Dissertação, páginas na internet, documento oficial (legislação, normativos institucionais, entre outros) e outros (a exemplo de Monografias, TCCs). Importante frisar que as legislações que estão disponíveis na internet (e que também foram copiadas), foram totalizadas na categoria “Documento oficial”.

Em estudo realizado com artigos publicados nas revistas que fazem parte da base SciELO, ao identificar as fontes utilizadas nas referências e ao considerar os indicadores de citação desta base de dados, constatou-se (SCIELO, 2015) que a principal fonte primária citada/utilizada, na elaboração de trabalhos nos últimos 10 anos, foram os artigos de periódico (totalizando 69,7% do volume de citações), seguida de livros, com 17,8% de citações obtidas. Destaca-se que os anais de congresso obtiveram a menor proporção de citações, com 1,70% do total no período. Importante frisar que o SciELO indexa os principais periódicos brasileiros.

A Tabela 11 registra a distribuição percentual das fontes utilizadas, conforme apresentada em SciELO (2015).

**Tabela 11 - Distribuição percentual das fontes de consulta por área temática**

<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	<b>PERIÓDICO</b>	<b>LIVRO</b>	<b>TESE</b>	<b>ANAIS</b>
Ciências da Saúde	85%	13%	1%	1%
Ciências Biológicas	85%	13%	1%	1%
Ciências Exatas e da Terra	80%	15%	2%	3%
Ciências Agrárias	74%	18%	4%	4%
Engenharias	70%	22%	3%	5%
Ciências Humanas	51%	43%	3%	2%
Ciências Sociais Aplicadas	50%	42%	3%	5%
Linguística, Letras e Artes	35%	60%	4%	2%

Fonte: SciELO (2015)

Com os dados registrados na Tabela 11, constata-se que, exceto a área de Linguística, Letras e Artes, todas as demais utilizam artigos de periódicos como principal fonte em seus trabalhos. Verifica-se, no estudo desenvolvido em SciELO (2015), que as teses e os trabalhos divulgados em anais apresentam um pequeno índice de citações, o que se pode aferir serem as fontes de pesquisa menos recomendadas para utilização como referência. Destaca-se que, no caso das Ciências Humanas, apesar de parcela significativa de citação proveniente de livros (43%), ainda é possível verificar que os periódicos são mais utilizados nos estudos (51%), uma vez que a comunidade científica entende que são as fontes de pesquisa mais relevantes para referenciar nos trabalhos.

A Tabela 12 registra as ocorrências de trechos plagiados e as fontes de onde elas foram retiradas, referente aos cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado, respectivamente.

Tabela 12 - Fontes plagiadas distribuídas por tipo de programa

Tipos de produção	Mestrado	Mestrado Profissional	Doutorado
	Quantidade de ocorrências	Quantidade de ocorrências	Quantidade de ocorrências
Livro/E-book	142 (13,16%)	93 (13,36%)	32 (19,16%)
Artigo congresso	266 (24,65%)	160 (22,99%)	46 (27,54%)
Artigo periódico	227 (21,04%)	180 (25,86%)	30 (17,96%)
Dissertação	121 (11,21%)	70 (10,06%)	16 (9,58%)
Tese	11 (1,02%)	7 (1,01%)	8 (4,79%)
Documento oficial	106 (9,82%)	38 (5,46%)	4 (2,40%)
Página internet	189 (17,52%)	136 (19,54%)	28 (16,77%)
Outros (TCC, Monografias)	17 (1,58%)	12 (1,72%)	3 (1,80%)
<b>Totalização</b>	<b>1.079 (100,00%)</b>	<b>696 (100,00%)</b>	<b>167 (100,00%)</b>

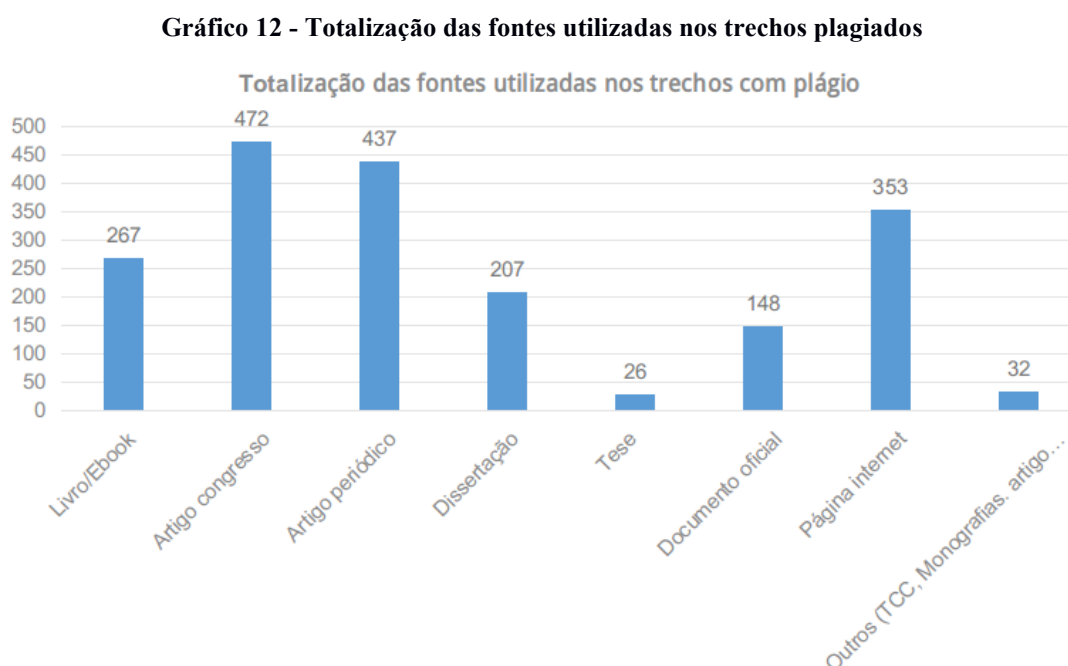
Fonte: Autoria própria (2017)

Os resultados apresentados são preocupantes, uma vez que a fonte de pesquisa entendida na literatura como a que possui melhores indicadores de qualidade (artigos de periódico), foi menos plagiada que artigos de congresso (22,5% do total de citações contra 24,3%). Este resultado, apesar de inadequado pode ser justificado. O autoplágio, em alguma medida, produz/induz esse resultado, uma vez que os eventos científicos, normalmente, não exigem resultados completos, diferentemente dos melhores periódicos. No caso das produções do Doutorado, os artigos de periódico foram apenas a terceira fonte mais plagiada, com valores muito próximos de textos disponíveis em páginas na internet. Isso pode indicar a existência de uma precarização dos trabalhos que vêm sendo defendidos, com cópias de trechos cujas referências que, em tese, são menos confiáveis e com dados menos consistentes.

Na análise realizada em cada trecho, e comparando as duas principais fontes utilizadas nos trabalhos analisados, verificou-se que das 1.079 ocorrências nos cursos de Mestrado, concentram-se em trechos retirados de artigos de congresso (266 trechos - 24,7%) e 227 trechos foram de artigos de periódico (21,0%). No Mestrado Profissional, 160 trechos (22,9%), concentram-se em artigos de congresso e 180 trechos (25,7%) pertencem a artigos de periódicos. Nos cursos de Doutorado, os trechos identificados com algum problema, foram retirados de livros (19,1%) e artigos de congresso (27,54%). Nota-se que os autores priorizaram, na maioria dos casos, trechos de materiais cujo processo de avaliação é menos exigente (SCIELO, 2015). O procedimento, em alguma medida, desqualifica a tese ou dissertação elaborada. Esta atitude pode ser interpretada como intencional, uma vez que o autor pouco se preocupou com a qualidade da fonte utilizada, mas, sim, em inserir algum

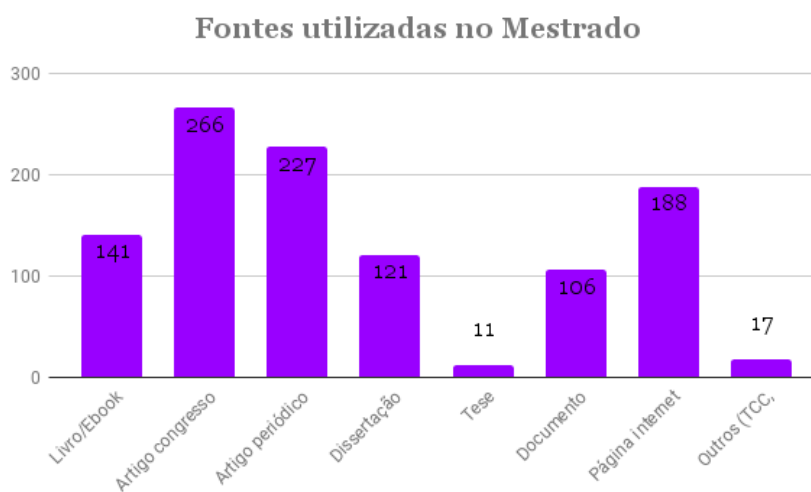
trecho que encaixasse com o propósito de seu trabalho. Com efeito, é possível supor uma tendência nos resultados, visto que os autores não priorizaram como principal fonte de consulta nos trabalhos elaborados, a utilização de artigos publicados em periódicos (que passam por um rigoroso processo de avaliação por pares, antes da divulgação para a comunidade científica).

O Gráfico 12 ilustra a totalização das fontes encontradas nos trechos plagiados.

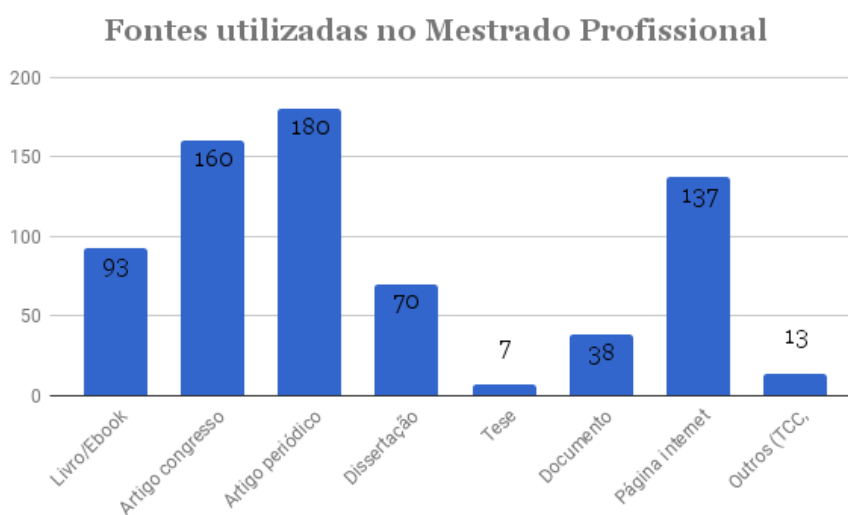


Fonte: Autoria própria (2017)

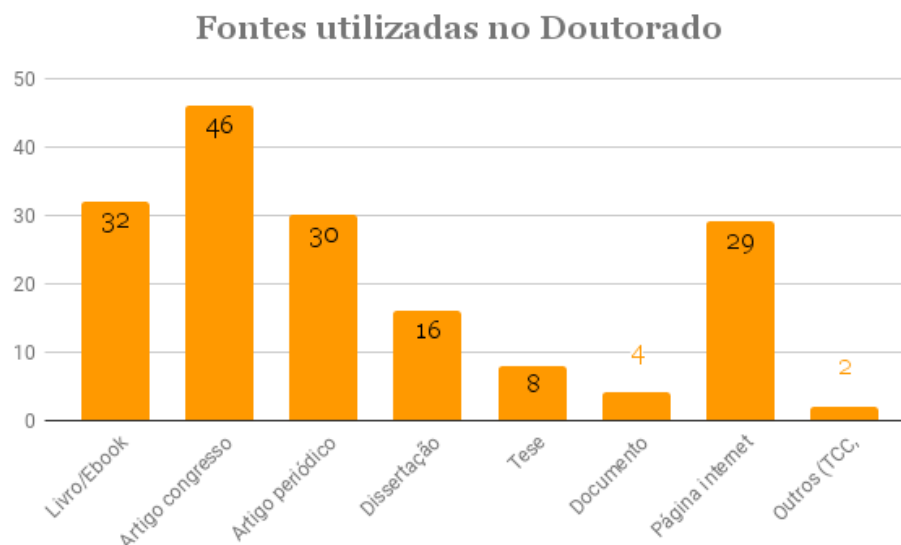
Os Gráficos 13, 14 e 15 ilustram a totalização das fontes plagiadas mais utilizadas, separadas por tipo de programa.

**Gráfico 13 - Totalização das fontes nos trechos plagiados - Mestrado**

Fonte: Autoria própria (2017)

**Gráfico 14 - Totalização das fontes nos trechos plagiados - Mestrado Profissional**

Fonte: Autoria própria (2017)

**Gráfico 15 - Totalização das fontes nos trechos plagiados - Doutorado**

Fonte: Autoria própria (2017)

Uma vez que todas as produções classificadas na Tabela 12 estão disponíveis na internet, é possível confirmar a ideia difundida por diversos autores de que os mecanismos de busca, a exemplo do Google, são os maiores aliados na obtenção de qualquer tipo de informação e, com isso, facilitadores para a obtenção e detecção de trechos plagiados (KROKOSZ, 2011; MURTAZA et al., 2013; RIBEIRO, 2013; SABBATINI, 2013; STABINGIS; ŠARLAUSKIENĖ; ČEPAITIENĖ, 2014). Atualmente, grande parte da produção está armazenada em páginas na internet, gerenciadas pelas IES ou por bibliotecas digitais externas, a exemplo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantidas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), as quais disponibilizam em sistemas específicos os trabalhos defendidos (TCCs, monografias, dissertações, teses), para promoção e divulgação da ciência.

O que chama a atenção com os resultados obtidos é o alto índice de trechos retirados diretamente de páginas na internet (por exemplo, Wikipédia e blogs), nos três tipos de programa. Em todos os casos, a proporção de trechos obtidos por meio de simples cópia de conteúdo disponível em uma página, ultrapassou 16%, taxa maior que aquela obtida com a soma de trechos extraídos de teses e dissertações (que, no pior caso - Doutorado - totalizou pouco mais de 14,0%).

Adicionalmente, pode-se constatar que, no caso do Doutorado, o volume de trechos com plágio, obtidos de páginas na internet (16,7%) é praticamente o mesmo de outros



documentos de maior relevância (como no caso, os artigos de periódico - 17,9%). Independente dos números obtidos, e mesmo considerando uma margem de erro de 5% para mais ou para menos, pode-se avaliar que os autores utilizaram trechos de documentos classificados nas oito categorias registradas na Tabela 12, dando preferência, na maioria dos casos, a artigos de congressos (representando 24,3% dos trechos), seguidos de artigos de periódicos (22,5%), páginas na internet (18,2%) e livros (13,7%).

Os resultados obtidos apontam para o estudo realizado por Alves-Mazzotti (2006) no qual destaca que, mesmo o referencial teórico tendo grande importância para embasar a pesquisa, esta seção é, quase sempre, identificada como sendo aquela que apresenta menos consistência nas teses e dissertações. Frisa ainda, que “[...] a maioria não se baseava em trabalhos de pesquisa e artigos de revistas nacionais e estrangeiras e, sim, em livros, os quais, sabidamente, refletem com atraso o estado de conhecimento de uma área”. (ALVES-MAZZOTTI, 2002, p. 26).

Assim, com base nos resultados obtidos (e considerando a margem de erro de 5% para mais ou para menos) a HS5 não se confirmou, uma vez que grande parte dos trechos plagiados foi retirada de materiais pouco relevantes (como páginas na internet, por exemplo).

#### HS6 - A categoria administrativa da IES não interfere no quantitativo de plágio

Para cada uma das 45 IES que teve teses e/ou dissertações analisadas, neste estudo, foram registradas a categoria administrativa (classificação/natureza institucional) segundo um dos cinco tipos: *privada com fins lucrativos*; *privada sem fins lucrativos*; *pública estadual*; *pública federal*; *pública municipal*.

O Quadro 13 apresenta a categoria e as IES que estão classificadas conforme cada tipo.

**Quadro 13 - Classificação das IES segundo a categoria administrativa**

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	IES
Privada Com Fins Lucrativos	Três IES (6,7%) <i>IES 25, IES 27, IES 31</i>
Privada Sem Fins Lucrativos	Nove IES (20,0%) <i>IES 17; IES 18; IES 30; IES 33; IES 35; IES 41; IES 42; IES 43; IES 44</i>

Pública Estadual	Sete IES (15,6%) <i>IES 6; IES 12; IES 24; IES 26; IES 32; IES 36; IES 37</i>
Pública Federal	25 IES (55,6%) <i>IES 1; IES 2; IES 3; IES 4; IES 5; IES 7; IES 8; IES 9; IES 10; IES 11; IES 13; IES 14; IES 15; IES 16; IES 19; IES 20; IES 21; IES 22; IES 23; IES 28; IES 29; IES 38; IES 39; IES 40; IES 45</i>
Pública Municipal	Uma IES (2,2%) <i>IES 34</i>

Fonte: Autoria própria (2017)

Conforme se pode verificar, os cursos de pós-graduação que tiveram documentos analisados concentram-se em 73,3% de IES públicas sendo que destas, 25 IES (55,6%) são instituições federais de ensino superior. O Quadro 14 registra a quantidade de trechos analisados e o volume de plágio, distribuídos conforme a classificação das IES.

De acordo com os dados obtidos (Quadro 14), tem-se o seguinte: as IES públicas federais apresentaram o menor índice de plágio nos trechos analisados (9,5% de trechos plagiados, equivalente a 803 trechos); o pior resultado foi identificado nas IES privadas sem fins lucrativos (que registraram 14,5% de trechos com problema - equivalente a 134 trechos), tendo as IES públicas municipais um resultado muito próximo (14,4% de trechos com plágio - equivalente a 36 trechos). As IES privadas com fins lucrativos apresentaram o segundo melhor resultado, com 13,4% de trechos com problema (134 trechos plagiados), enquanto que as IES públicas estaduais apresentaram 431 trechos com plágio (13,9% dos trechos analisados).

**Quadro 14 - Totalização dos trechos com plágio por classificação de IES**

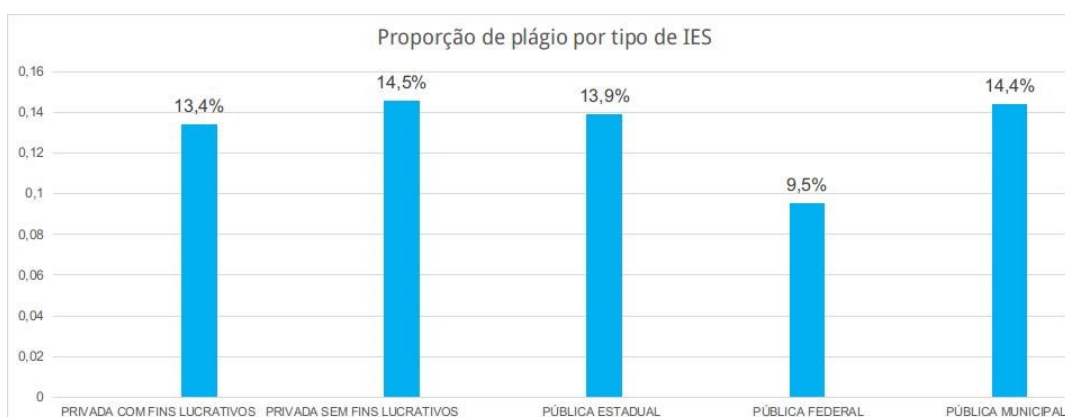
TIPOS DE IES	QUANTIDADE DE IES	TRECHOS ANALISADOS	TRECHOS COM PLÁGIO	PERCENTUAL DE PLÁGIO
Privada Com Fins Lucrativos	3	1.000	134	13,4%
Privada Sem Fins Lucrativos	9	3.700	538	14,5%
Pública Estadual	7	3.100	431	13,9%
Pública Federal	25	8.450	803	9,5%
Pública Municipal	1	250	36	14,4%

Fonte: Autoria própria (2017)

Ao totalizar os resultados em apenas duas categorias (IES públicas e IES privadas), constata-se que as IES privadas (com e sem fins lucrativos) apresentaram o maior volume de plágio nos trechos analisados, totalizando, juntas, 14,3% de trechos com problema (672 trechos plagiados de 4.700 analisados), enquanto que as IES públicas (estaduais, federais e municipais) registraram 10,8% de trechos com plágio (1.270 trechos com problema de 11.800 analisados).

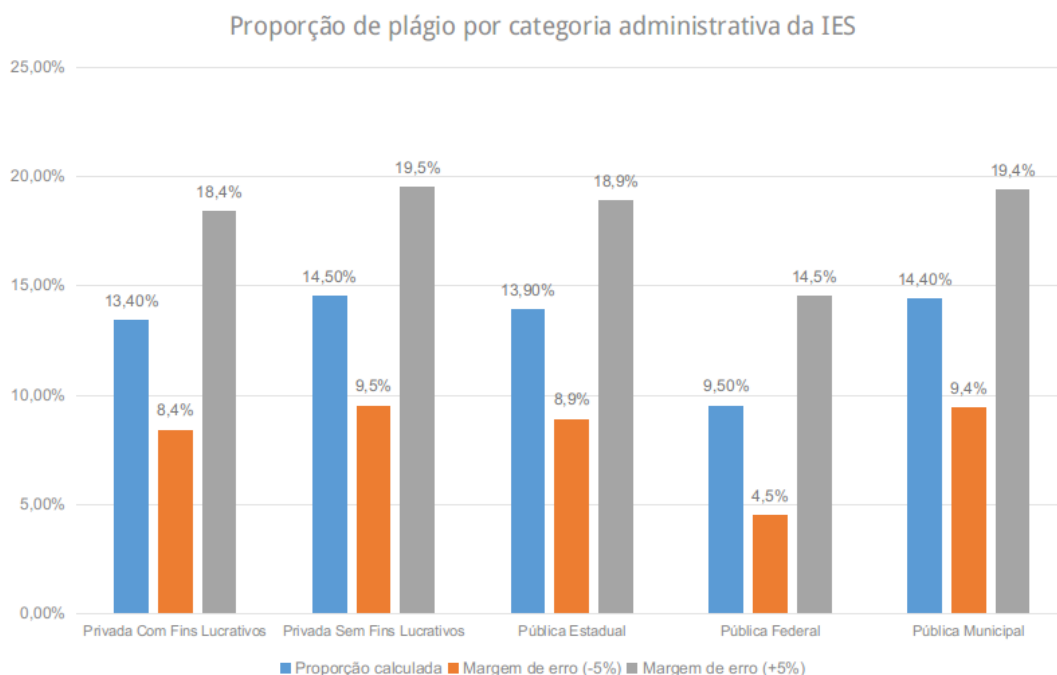
O Gráfico 16 ilustra um comparativo da proporção de plágio encontrado, distribuído por tipo de IES.

**Gráfico 16 - Comparativo proporção de plágio por tipo de IES**



Fonte: Autoria própria (2017)

Entretanto, com base nos resultados obtidos, relacionados aos trechos com plágio e distribuídos por categoria administrativa das IES, e considerando a margem de erro de 5% para mais ou para menos, temos apresentado no Gráfico 17.

**Gráfico 17 - Proporção de plágio por categoria administrativa da IES**

Fonte: Autoria própria (2017)

Conforme se pode constatar no Gráfico 17, não é possível generalizar os resultados, uma vez que ao comparar a proporção de plágio obtido nas categorias administrativas, considerando o intervalo de margem de erro calculado (5% para mais ou para menos), cada valor resultante das análises (proporção calculada) está inserido no intervalo - seguindo a margem de erro estabelecida.

De acordo com os resultados obtidos, a HS6 não se confirmou, uma vez que, como foi adotada uma margem de erro de 5% para mais ou para menos, não é possível afirmar que a categoria administrativa influencia na proporção de plágio produzido nos documentos.

### 6.2.2 Hipótese Básica (HB)

*HB - As políticas adotadas de combate ao plágio e as ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior (IES) não eliminam o plágio, gerando publicações pouco relevantes e com o reduzido índice de citações.*

Periodicamente, são noticiados diversos casos na mídia, seja impressa ou digital, a respeito de má conduta científica e do posicionamento dos pesquisadores perante este fato

preocupante. Watanabe (2014, p. 200) reforça que "há dados que mostram que esses 'diversos casos' estariam na casa de 0,1% das publicações, o que, em si, não parece grande, se visto pelo lado do '0,1%'. Entretanto, qualquer instituição que publique mil artigos tem alta probabilidade de ter um com fraude". Analisando a afirmação, pode-se concluir que o prejuízo é sempre alto, pois se tem um artigo que pode ser reutilizado (citado) por outros pesquisadores, o problema se agrava ainda mais.

Em 2011, a Capes, encaminhou recomendações às instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas, no que diz respeito ao plágio acadêmico em artigos, monografias, dissertações ou teses (BERLINCK, 2011; CAPES, 2011). De forma similar às recomendações da CAPES, órgãos de financiamento de pesquisa, tais como o CNPq e a FAPESP (BIOÉTICA, PITHAN, OLIVEIRA, 2013), iniciaram a discussão acerca de conduta científica adequada. Para esses órgãos, a integridade na pesquisa deve ser definida para o respeito dos princípios éticos nas publicações, evitando fraudes. Porém, diferente da Capes que apenas recomenda às instituições a adoção de medidas para combater o plágio, o CNPq traz uma definição do que é plágio e descreve estratégias para combatê-lo. Com isso, cabe às IES o desenvolvimento de ações para evitar esse problema.

Entretanto, como se pode visualizar no Quadro 15, a maioria das IES desenvolvem, no máximo, duas ações (de nove possíveis, definida neste estudo) e 10 destas não promovem ação alguma. As 27 IES que implementam até duas ações, tiveram 9.050 trechos analisados (representando 54,8% do total verificado) sendo encontrados 1.137 trechos com plágio (equivalente a 58,5% dos trechos plagiados). Com os dados apresentados, é possível inferir que as medidas implementadas nas IES estão surtindo pouco efeito, uma vez que, por mais que estejam sendo desenvolvidas as ações, o plágio continua existindo.

**Quadro 15 - Quantidade de ações e volume de plágio produzido**

<b>AÇÕES DESENVOLVIDAS</b>	<b>INSTITUIÇÕES DE ENSINO ENVOLVIDAS</b>	<b>TRECHOS ANALISADOS/ TOTAL DE PLÁGIO</b>
Nenhuma ação	10 IES - 22,2% ( <i>IES 17, IES 25, IES 27, IES 29, IES 33, IES 35, IES 37, IES 41, IES 42, IES 44</i> )	3.550 (21,5%) / 507 (26,1%)
Uma ação	10 IES - 22,2% ( <i>IES 4, IES 6, IES 14, IES 22, IES 23, IES 24, IES 28, IES 30, IES 31, IES 34</i> )	3.850 (23,3%) / 429 (22,1%)
Dois ações	7 IES - 15,6% ( <i>IES 3, IES 5, IES 7, IES 8, IES 12, IES 13, IES 26</i> )	1.650 (10,0%) / 201 (10,4%)

<b>AÇÕES DESENVOLVIDAS</b>	<b>INSTITUIÇÕES DE ENSINO ENVOLVIDAS</b>	<b>TRECHOS ANALISADOS/ TOTAL DE PLÁGIO</b>
Três ações	6 IES - 13,3% ( <i>IES 10, IES 15, IES 16, IES 19, IES 21, IES 43</i> )	1.550 (9,4%) / 138 (7,1%)
Quatro ações	9 IES - 20,0% ( <i>IES 2, IES 11, IES 20, IES 32, IES 36, IES 38, IES 39, IES 40, IES 45</i> )	4.100 (24,9%) / 401 (20,6%)
Cinco ações	3 IES - 6,7% ( <i>IES 1, IES 9, IES 18</i> )	1.800 (10,9%) / 266 (13,7%)

Fonte: Autoria própria (2017)

De modo a estabelecer um comparativo por IES e tipo de programa, da quantidade de trechos analisados e o volume de plágio produzido no período de 2010 a 2012, tem-se a Tabela 13. Nota-se que, em 2010, 462 trechos apresentaram problemas relativos ao plágio (274 no Mestrado, 174 no Mestrado Profissional e 14 no Doutorado). Em 2011, foram totalizados 617 trechos com algum tipo de problema de plágio (346 no Mestrado, 210 no Mestrado Profissional e 61 no Doutorado). Em 2012, foram detectados 893 problemas (459 no Mestrado, 312 no Mestrado Profissional, 92 no Doutorado).

**Tabela 13 - Comparativo de trechos analisados e com plágio por IES**

IES	QUANTIDADE DE TRECHOS ANALISADOS / TRECHOS COM PLÁGIO																	
	MESTRADO						MESTRADO PROFISSIONAL						DOUTORADO					
	2010		2011		2012		2010		2011		2012		2010		2011		2012	
IES 1	150	21	150	33	150	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IES 2	50	5	100	17	100	18	50	3	100	3	100	12	-	-	-	-	-	-
IES 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	11	-	-	-	-	-
IES 4	-	-	-	-	-	-	100	8	100	15	100	17	-	-	-	-	-	-
IES 5	50	13	50	1	100	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IES 6	-	-	-	-	-	-	100	16	100	15	100	3	-	-	-	-	-	-
IES 7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	2	-	-	-	-	-	-
IES 8	100	16	100	12	150	25	-	-	-	-	-	-	50	0	50	0	100	0
IES 9	-	-	-	-	-	-	100	2	100	3	150	9	-	-	-	-	-	-
IES 10	150	35	150	20	150	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IES 11	-	-	-	-	-	-	100	3	100	6	100	21	-	-	-	-	-	-
IES 12	-	-	-	-	150	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IES 13	100	8	150	25	150	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	4
IES 14	-	-	-	-	50	9	50	0	50	10	100	3	-	-	-	-	-	-
IES 15	-	-	50	5	50	8	-	-	-	-	-	-	-	-	50	14	50	8
IES 16	-	-	-	-	-	-	50	1	100	3	100	16	-	-	-	-	-	-

IES	QUANTIDADE DE TRECHOS ANALISADOS / TRECHOS COM PLÁGIO																	
	MESTRADO						MESTRADO PROFISSIONAL						DOUTORADO					
	2010		2011		2012		2010		2011		2012		2010		2011		2012	
IES 17	-	-	-	-	-	-	200	23	200	9	200	21	-	-	-	-	-	-
IES 18	100	21	100	0	150	31	150	37	150	42	150	6	50	14	50	14	100	21
IES 19	-	-	-	-	50	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IES 20	-	-	-	-	-	-	-	-	50	4	100	20	-	-	-	-	-	-
IES 21	-	-	-	-	-	-	100	1	100	2	150	3	-	-	-	-	-	-
IES 22	100	8	200	7	200	6	50	3	50	5	100	10	-	-	50	0	50	0
IES 23	-	-	-	-	-	-	50	7	100	3	100	5	-	-	-	-	-	-
IES 24	100	19	200	37	300	57	-	-	-	-	-	-	100	0	150	24	200	15
IES 25	200	26	200	27	200	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	13
IES 26	-	-	50	17	50	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	0
IES 27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	0
IES 28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	3	-	-	-	-	-	-
IES 29	-	-	-	-	-	-	100	15	100	23	150	17	-	-	-	-	-	-
IES 30	-	-	-	-	-	-	100	15	150	13	150	25	-	-	-	-	-	-
IES 31	-	-	-	-	-	-	50	12	50	3	100	20	-	-	-	-	-	-
IES 32	200	4	200	44	200	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	0
IES 33	-	-	-	-	-	-	50	0	100	8	100	13	-	-	-	-	-	-
IES 34	-	-	-	-	-	-	50	0	100	20	100	16	-	-	-	-	-	-
IES 35	150	22	150	34	150	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IES 36	100	25	100	6	150	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	9
IES 37	100	15	100	13	150	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	16
IES 38	-	-	50	1	100	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IES 39	150	11	200	13	200	29	100	8	150	5	150	8	-	-	50	9	150	6
IES 40	50	10	100	11	100	13	-	-	-	-	-	-	50	0	50	0	50	0
IES 41	100	15	100	23	150	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IES 42	-	-	-	-	-	-	50	4	100	9	100	9	-	-	-	-	-	-
IES 43	-	-	-	-	-	-	50	0	100	7	100	4	-	-	-	-	-	-
IES 44	-	-	-	-	-	-	-	-	50	1	100	20	-	-	-	-	-	-
IES 45	-	-	-	-	-	-	100	16	100	1	150	18	-	-	-	-	-	-

Fonte: Autoria própria (2017)

Entretanto, conforme dados apresentados na Tabela 13, constata-se que, por mais que algumas IES desenvolvam medidas para o combate ao plágio, o volume de trechos com problema é elevado. Em média, os cursos de Mestrado apresentaram 12,7% de trechos plagiados (sendo as IES 35 e IES 41 - ambas não implementam nenhuma ação - com média de 21%, enquanto que a IES 38 - que implementa quatro ações - com 2% de trechos); os cursos de Mestrado Profissional tiveram, em média, 9,4% de trechos com problema (pior caso pertence à IES 18 - implementa cinco ações ou mais - 18,9%, e o menor índice foi

apresentado pela IES 21 - 1,7% - possui três ações formalizadas); e, nos cursos de Doutorado, o volume de trechos com plágio, em média, ficou em 10,6% (sendo a maior taxa apresentada pela IES 37 - que não implementa nenhuma ação, com 32,0% e cinco instituições - IES 22 - uma ação, IES 26 - duas ações, IES 27 - nenhuma ação, IES 32 e IES 40 - ambas com quatro ações - que não tiveram trechos com plágio). Outro aspecto que pode ser considerado na análise do plágio na pós-graduação, diz respeito à pressão da Capes para reduzir o tempo de formação e, assim, os cursos acabam estabelecendo estratégias para que os estudantes desenvolvam os trabalhos (e produzam resultados) no menor tempo possível.

Ao analisar os resultados apresentados na Tabela 13, 24 IES tiveram aumento de trechos com plágio entre 2011 e 2012. Destas, sete não possuem nenhuma ação institucionalizada. As demais têm pelo menos uma ação desenvolvida, sendo que nove delas possuem acima de quatro atividades de combate ao plágio (destaque para a IES 9 que mesmo com as seis ações, inclusive software antiplágio, dobrou o volume de trechos plagiados de 2011 para 2012). Entretanto, os resultados apresentados descartam a hipótese de que apenas desenvolver ações de forma institucionalizada é suficiente para conter os casos de plágio, pois há que se considerar a intencionalidade do autor em cometer o delito. É evidente que as medidas necessitam ser intensificadas, sendo que as ações de orientação da comunidade devem, sempre, vir acompanhadas de medidas corretivas e/ou punitivas.

A Tabela 14 ilustra a distribuição dos 330 documentos analisados por curso de pós-graduação nas 45 IES de oferta, os 1.942 trechos de plágio registrados na análise efetuada e as 13 IES que tiveram autores (30 no total) que receberam bolsa por meio de algum órgão de fomento. Os bolsistas contribuíram com 855 trechos com plágio, equivalente a 40,0% do total de trechos com plágio.

**Tabela 14 - Distribuição de plágio por IES com bolsistas envolvidos**

IES	DOCUMENTOS ANALISADOS			DOCUMENTOS DE BOLSISTAS COM PLÁGIO	TRECHOS COM PLÁGIO	PROPORÇÃO DE PLÁGIO POR IES
	MS	MP	DR			
IES 1	9	0	0	0	66	14,7%
IES 2	5	5	0	3	58	11,6%
IES 3	0	2	0	0	11	11,0%
IES 4	0	6	0	0	40	13,3%
IES 5	4	0	0	0	30	15,0%
IES 6	0	6	0	0	34	11,3%
IES 7	0	1	0	0	2	4,0%



IES	DOCUMENTOS ANALISADOS			DOCUMENTOS DE BOLSISTAS COM PLÁGIO	TRECHOS COM PLÁGIO	PROPORÇÃO DE PLÁGIO POR IES
	MS	MP	DR			
IES 8	7	0	4	0	53	9,6%
IES 9	0	7	0	0	14	4,0%
IES 10	9	0	0	2	62	13,8%
IES 11	0	6	0	0	30	10,0%
IES 12	3	0	0	2	32	21,3%
IES 13	8	0	1	2	54	12,0%
IES 14	1	4	0	0	22	8,8%
IES 15	2	0	2	1	35	17,5%
IES 16	0	5	0	0	20	8,0%
IES 17	0	12	0	0	53	8,8%
IES 18	7	9	4	6	186	18,6%
IES 19	0	1	0	0	4	8,0%
IES 20	0	3	0	0	24	16,0%
IES 21	0	7	0	0	6	1,7%
IES 22	10	4	2	0	39	4,9%
IES 23	0	5	0	0	15	6,0%
IES 24	12	0	9	4	152	14,5%
IES 25	12	0	2	2	99	14,1%
IES 26	2	0	1	2	19	12,7%
IES 27	0	0	1	0	0	0,0%
IES 28	0	1	0	0	3	6,0%
IES 29	0	7	0	0	55	15,7%
IES 30	0	8	0	0	53	13,3%
IES 31	0	4	0	0	35	17,5%
IES 32	12	0	1	0	70	10,8%
IES 33	0	5		0	21	8,4%
IES 34	0	5	0	0	36	14,4%
IES 35	9	0	0	0	95	21,1%
IES 36	7	0	1	3	59	14,8%
IES 37	7	0	1	0	65	16,3%
IES 38	3	0	0	0	2	1,3%
IES 39	12	8	4	2	88	7,3%
IES 40	5	0	3	0	34	8,5%
IES 41	7	0	0	0	76	21,7%
IES 42	0	5	0	0	22	8,8%
IES 43	0	5	0	1	11	4,4%
IES 44	0	3	0	0	21	14,0%
IES 45	0	7	0	0	35	10,0%

Legenda:

MS – Mestrado; MP - Mestrado Profissional; DR – Doutorado

Fonte: Autoria própria (2017)

Avaliando as atividades de capacitação adotadas pelas IES analisadas nesta pesquisa, a oferta das disciplinas de Metodologia Científica em mais de 77,0% dos cursos de pós-graduação, bem como as ações institucionais e de diagnóstico, conclui-se que as ações desenvolvidas não produzem o efeito esperado, dado o volume de plágio produzido nos documentos verificados. Destaca-se que, praticamente, 25% dos trechos detectados com problema foram ocasionados por falta de indicação de autoria (fonte não indicada).

Assim, se cada IES estabelecer algumas medidas de diagnóstico e ações corretivas, como por exemplo, implementar uma estratégia para controle do plágio nos trabalhos, como a adoção de um software para detecção (que, muitas vezes, é uma solução de custo elevado para o padrão das instituições brasileiras) e a punição aos infratores - reprovação na disciplina, este problema pode ser minimizado de maneira muito significativa. Desta forma, o eventual “esquecimento” de indicação da fonte ou, na maioria das vezes, a intencionalidade do autor em não dar o crédito ao autor original, seria, em tempo, reduzida/eliminada.

Entretanto, das oito IES que adotaram um software para esta finalidade, em seis delas foram encontrados um total de 145 trechos sem identificação de autoria (equivalente a 29,1% do total de trechos - 488 - que foram classificados como “Fonte não indicada”). Neste sentido, entende-se que o uso do software adotado pelas IES não surtiu efeito positivo no combate ao plágio, uma vez que um volume expressivo de trechos com plágio e, principalmente, sem indicação da fonte, foi detectado em trabalhos apresentados nos cursos de pós-graduação vinculados com essas IES.

Dentre as duas IES (IES 20 e IES 38) que realizam, periodicamente, ações de orientação/treinamentos de escrita científica, a IES 20 produziu sete trechos sem identificação da fonte (o que equivale a 1,4% do total de trechos classificados como “Fonte não indicada”) e, apesar de aparentemente ser um volume pequeno, demonstra a necessidade de intensificar as medidas de capacitação da comunidade, uma vez que essa taxa deveria ser zero. Estas medidas de capacitação da comunidade vêm de encontro ao apontado por Sarlauskiene e Stabingis (2014). Os autores reforçam a importância da orientação contínua sobre escrita científica, evitando que a autoria consultada seja ignorada.

Importante destacar que cada trecho analisado neste estudo (e que se constatou a existência de plágio) recebeu uma classificação: Coincidente - quando o texto verificado era idêntico ao disponível em outra fonte; Parcialmente coincidente - trechos nos quais havia muita semelhança, mesmo não sendo exatamente igual, o sentido/ideia eram os mesmos.

Assim, após a confirmação da existência de plágio no documento analisado e posterior classificação (*Parcialmente coincidente* ou *Coincidente*), efetuou-se a consulta do Currículo Lattes de cada autor de modo a verificar se os resultados da pesquisa defendida no curso de pós-graduação foram disponibilizados à comunidade por outro meio que não apenas a dissertação ou tese. Assim, foi contabilizado o volume de citações obtidas nas teses e dissertações que apresentaram trechos com plágio.

Nos 266 documentos (80,6% do total analisado) que apresentaram alguma incidência de trechos com plágio, verificou-se que 143 (53,7%) deles realizaram a divulgação da pesquisa por meio de apresentação de artigos em congressos (192 ocorrências), aprovação/publicação de artigos em periódicos (76 ocorrências) ou desenvolvimento de livros ou capítulos de livros (35 ocorrências). Ao todo, considerando apenas os documentos com plágio, foram encontradas 303 publicações, considerando que alguns autores produziram mais de um trabalho, simultaneamente. Outro dado coletado nesta pesquisa foi a quantidade de citações obtidas nos documentos que apresentaram plágio. Os 266 documentos que apresentaram plágio foram citados em 385 outros trabalhos. Ao analisar o destaque de Watanabe (2014), pode-se entender com esse resultado o chamado efeito “bola de neve”, no qual um ou mais trabalhos com problema são utilizados em outros trabalhos e, assim sucessivamente, ocasionando inúmeras preocupações no desenvolvimento da ciência.

Na Tabela 15 é apresentado o total de produção, a quantidade de documentos que produziram algum tipo de plágio, a quantidade de autores que realizaram alguma publicação com a pesquisa realizada no Mestrado, Mestrado Profissional ou Doutorado, o tipo de publicação produzida, bem como o volume de citações obtido com o documento originado (dissertação ou tese).

**Tabela 15 - Publicação geral por tipo de programa**

PROGRAMA	PRODUÇÃO			TIPO DE PUBLICAÇÃO			CITAÇÕES
	TOTAL	COM PLÁGIO	COM PUBLICAÇÃO	PERIÓDICO	CONGRESSO	LIVRO	
Mestrado	154	132	70	35	88	18	203
Mestrado Profissional	140	116	60	29	94	9	121
Doutorado	36	18	13	12	10	8	61
<b>Totais</b>	<b>330</b>	<b>266</b>	<b>143</b>	<b>76</b>	<b>192</b>	<b>35</b>	<b>385</b>

Fonte: Autoria própria (2017)

Conforme dados apresentados na Tabela 15, os trabalhos em que foram detectados trechos com plágio foram citados em 385 documentos (Mestrado - 203; Mestrado Profissional - 121; Doutorado - 61). Usando como premissa a ideia elaborada por Watanabe (2014) de que uma pesquisa, com trechos plagiados de outros autores e utilizados como referência, pode afetar negativamente qualquer trabalho, mesmo que este apresente bons resultados. A falha cometida pelo autor que plagiou e não foi detectada, acarreta um efeito negativo na comunidade científica, pois se alguma seção está comprometida com plágio, todo o trabalho pode ser fraudulento e apresentar resultados distorcidos.

De acordo com os resultados, tem-se que 53,7% dos trabalhos com plágio (143 documentos analisados) geraram alguma publicação. Dentre os documentos plagiados no Doutorado, 72,2% deles (13 documentos analisados) formalizaram alguma publicação (divulgando 30 novos documentos); os cursos de Mestrado registraram a segunda maior proporção de autores que produziram algum artigo (desenvolvendo 141 novos documentos), contemplando 53,0% dos documentos (70 analisados) que tiveram trechos com plágio, enquanto que os cursos de Mestrado Profissional apresentaram 51,7% de publicação (divulgando 132 novos trabalhos), para os documentos com plágio (60 documentos analisados).

As divulgações das produções (em congressos, periódicos ou quaisquer outra fonte) se deve, em grande parte, por meio das políticas de disseminação dos resultados produzidos nas dissertações e/ou teses, e definidas em normativos de avaliação dos cursos de pós-graduação da Capes. Levando em consideração os critérios de avaliação da pós-graduação, no qual direcionam maior pontuação para a publicação em periódicos, a Tabela 16 registra a distribuição da classificação dos 76 artigos publicados em periódicos (Tabela 15), conforme o estrato Qualis (registrado na época da publicação) de cada revista (A1, A2, B1 a B5, C).

**Tabela 16 - Classificação dos artigos publicados segundo estrato Qualis**

<b>ESTRATO QUALIS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PROPORÇÃO</b>
A1	5	6,6%
A2	7	9,2%
B1	26	34,2%
B2	7	9,2%
B3	1	1,3%
B4	3	3,9%
B5	2	2,6%

C	1	1,3%
SEM QUALIS	24	31,6%
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Aatoria própria (2017)

Verifica-se que metade dos artigos publicados em periódicos (38 trabalhos) concentram-se nos estratos A1 (cinco artigos - 6,6%), A2 (sete artigos - 9,2%) e B1 (26 artigos - 34,2%), enquanto que 18,4% dos artigos (14 trabalhos) foram registrados nos estratos B2 a C. Destaca-se que 31,6% dos trabalhos (24 artigos) foram publicados em periódicos que não estão indexados no Qualis, volume próximo à quantidade de artigos publicados no estrato B1 (onde foram publicados dois artigos a mais - 26 trabalhos).

As Tabelas 17 a 19 registram as publicações de cada tipo de programa, classificadas segundo o estrato Qualis correspondente. Nos cursos de Mestrado, a maioria das publicações concentrou-se no estrato B1 (15 artigos - 42,9%), enquanto que os cursos de Mestrado Profissional publicaram mais artigos em periódicos não indexados pelo Qualis (12 artigos - 41,4%). Nos cursos de Doutorado, metade da produção foi efetuada em periódicos não indexados no Qualis.

**Tabela 17 – Classificação (Qualis) dos artigos publicados - Mestrado**

ESTRATO QUALIS	QUANTIDADE	PROPORÇÃO
A1	1	2,9%
A2	4	11,4%
B1	15	42,9%
B2	5	14,3%
B3	1	2,9%
B4	1	2,9%
B5	1	2,9%
C	1	2,9%
SEM QUALIS	6	17,1%
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Aatoria própria (2017)

**Tabela 18 - Classificação (Qualis) dos artigos publicados - Mestrado Profissional**

<b>ESTRATO QUALIS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PROPORÇÃO</b>
A1	3	10,3%
A2	1	3,4%
B1	10	34,5%
B2	1	3,4%
B3	0	0,0%
B4	2	6,9%
B5	0	0,0%
C	0	0,0%
SEM QUALIS	12	41,4%
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Autoria própria (2017)

**Tabela 19 - Classificação (Qualis) dos artigos publicados - Doutorado**

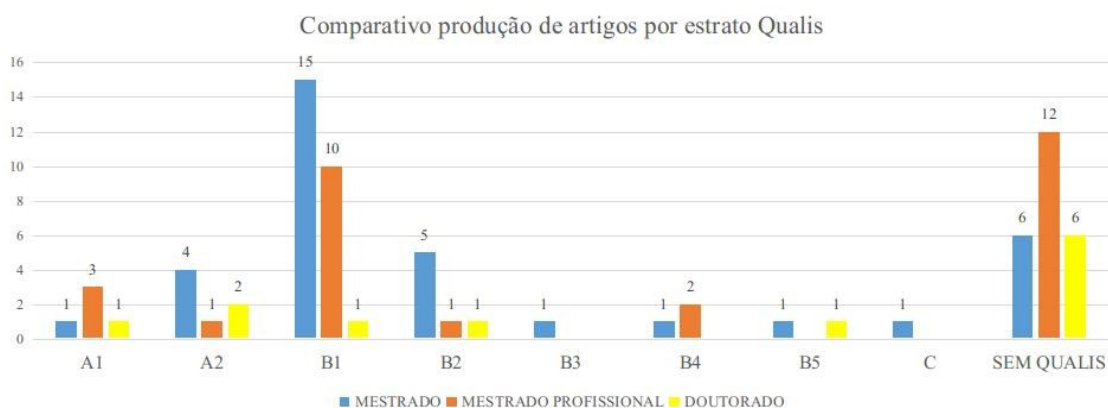
<b>ESTRATO QUALIS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PROPORÇÃO</b>
A1	1	8,3%
A2	2	16,7%
B1	1	8,3%
B2	1	8,3%
B3	0	0,0%
B4	0	0,0%
B5	1	8,3%
C	0	0,0%
SEM QUALIS	6	50,0%
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Autoria própria (2017)

Destaca-se que os cursos de Mestrado concentraram 57,1% (equivalente a 20 artigos) nos estratos A1, A2 e B1, 25,7% dos artigos (nove trabalhos) foram publicados em estratos B2 a C, enquanto que 17,1% (seis artigos) não estão indexados pelo Qualis. Os cursos de Mestrado Profissional concentraram 48,3% (equivalente a 14 artigos) nos estratos A1, A2 e B1, 10,3% dos artigos foram publicados em estratos B2 a C, enquanto que 41,4% (12 artigos) não estão indexados pelo Qualis. Os cursos de Doutorado registraram 33,3% dos trabalhos (quatro artigos) nos estratos A1, A2 e B1, 16,7% (dois artigos) foram divulgados nos estratos B2 a C, enquanto que 50,0% dos artigos (seis trabalhos) não estão indexados no Qualis.

Apesar da preocupação dos estudantes em publicar os resultados das dissertações ou teses em periódicos, frisa-se que os mesmos não tiveram atenção quanto à indexação da revista (avaliando o Qualis da Capes), uma vez que muitos trabalhos foram divulgados em locais que não têm nenhuma classificação (24 trabalhos - 31,6%), valor muito próximo à quantidade de artigos publicados em revista com estrato B1 (26 trabalhos). Destaca-se que os cursos de Doutorado, que possuem estudantes mais habituados com o cenário de pesquisa, tiveram 50,0% das publicações em periódico (seis artigos), divulgados em revistas sem classificação, ou seja, simplesmente o artigo foi submetido sem ter efetuado uma análise da relevância/importância da revista. Assim, pode-se entender que, se não houve preocupações com a qualidade do periódico, muito provavelmente, também não tiveram cuidado com a elaboração do artigo e apresentação dos resultados. O Gráfico 18 ilustra o comparativo entre a quantidade de publicações por tipo de curso, segundo classificação do Qualis dos periódicos (na época da publicação).

**Gráfico 18 - Distribuição dos artigos por tipo de curso e indexação no Qualis**



Fonte: Autoria própria (2017)

Ao considerar as IES com produção entre 2011 e 2012 (período em que a CAPES encaminhou a recomendação às IES), tem-se o seguinte: nos documentos analisados nos cursos de Mestrado, 12 IES tiveram aumento de trechos com plágio de um ano para o outro (por exemplo, a IES 18 que saltou de 0,0% para 20,7% trechos com plágio detectado), enquanto que oito delas apresentaram redução no volume de trechos plagiados (o melhor resultado ficou com a IES 1, que reduziu de 22,0% para 8,0%). Nos cursos de Mestrado Profissional, 14 IES aumentaram o volume de plágio no período (por exemplo, a IES 11 que em 2011 teve 6,0% de trechos com plágio, passou para 21,0%, em 2012), enquanto que nove IES reduziram a produção de plágio (o melhor resultado foi apresentado pela IES 18, que

reduziu de 28,0% para 4,0% de um ano para o outro). Os documentos analisados nas quatro IES (15, 18, 24 e 39) que possuem cursos de Doutorado, apresentaram redução na proporção de trechos com problema.

Conforme consta no documento voltado à classificação dos periódicos da área de Ensino, em 2016 (CAPES, 2016), destaca-se que a estratificação é obtida por meio de informações encaminhadas pelos cursos de pós-graduação, exclusivamente na plataforma Sucupira. Segundo a Capes (2016), os estratos, exclusivamente da área de Ensino, estão assim classificados:

A1: Especializados em Ensino/Educação(\*), indexados nas bases ISI, Scopus ou SciELO

A2: Especializados em Ensino/Educação(\*), indexados no Google Scholar e com índice e mediana h5

B1: Especializados em Ensino/Educação(\*), indexados em ao menos uma outra base entre ERIC, DOAJ e Latindex;

B2: Especializados em Ensino/Educação(\*), acessíveis no Google ou no portal de periódicos CAPES ; e/ou Multidisciplinares indexados em ao menos uma outra base entre ERIC, DOAJ e Latindex; e/ou

B3: Especializados em Ensino/Educação(\*), com circulação em escolas; e/ou Multidisciplinares indexados no Google Scholar e com índice e mediana h5; e/ou Disciplinares afins com Ensino

B4: Multidisciplinares com acesso livre no Google ou no portal de periódicos CAPES; e/ou Disciplinares afins com Ensino (\*\*) indexados no Google Scholar e com índice e mediana h5

B5: Multidisciplinares indexados no Google Scholar e com índice e mediana h5; e/ou Disciplinares afins com Ensino (\*\*) indexados em ao menos uma outra base entre ERIC, DOAJ e Latindex

C: Periódicos que não atendem às boas práticas editoriais, tendo como referencial os critérios disponíveis na COPE (publicationethics.org), e/ou não são indexados (CAPES, 2016, p. 3)

Analisando os critérios utilizados para classificação e estratificação dos periódicos, verifica-se que aqueles classificados nos estratos A1 e A2 possuem os mais elevados níveis de exigência dentre os critérios estabelecidos, a exemplo das bases utilizadas para indexação (ISI, Scopus, SciELO). Para a classificação no estrato B1 na área de Ensino, não se leva em consideração a indexação no SciELO (que possui maior rigor para classificação) pela área de Ensino, mas, sim, outras bases com menos exigências. Conforme registrado, os periódicos classificados nos estratos B2 a C, possuem como o maior critério (estrato B2) estar acessível no portal de periódicos da Capes ou pelo Google e, assim, tornam as publicações praticamente irrelevantes.

Desta forma, com base nos critérios definidos pela Capes para classificação de periódicos, entende-se que aqueles que estão identificados nos estratos B2 a C possuem os menores níveis de exigência para indexação, tornando, assim, as publicações, formalizadas



nos canais classificados nestes estratos, de baixa relevância no cenário científico. Os periódicos classificados no estrato B1, apesar de estarem indexados em bases científicas, não estão considerando como critério, a indexação na base SciELO e, assim, ao rebaixar os critérios para classificação segundo este estrato, conseqüentemente, rebaixa a publicação obtida em canais classificados neste critério. Com isso, de acordo com os dados obtidos neste estudo e seguindo os critérios adotados para classificação e estratificação dos periódicos, entende-se que apenas 12 artigos (15,8%) podem ser classificados como de alto impacto científico, por estarem divulgados em periódicos classificados como A1 ou A2.

A Tabela 20 registra as publicações em periódicos realizadas pelos autores de documentos defendidos no Doutorado, comparando os autores de documentos que tiveram trechos com plágio (18 teses) com aqueles que não apresentaram este tipo de problema (18 teses).

**Tabela 20 - Classificação (Qualis) dos artigos publicados**

<b>ESTRATO QUALIS</b>	<b>DOCUMENTOS COM PLÁGIO</b>	<b>DOCUMENTOS SEM PLÁGIO</b>
A1	1 (8,3%)	8 (27,6%)
A2	2 (16,7%)	7 (24,1%)
B1	1 (8,3%)	4 (13,8%)
B2	1 (8,3%)	5 (17,2%)
B3	0 (0,0%)	3 (10,3%)
B4	0 (0,0%)	1 (3,4%)
B5	1 (8,3%)	0 (0,0%)
C	0 (0,0%)	0 (0,0%)
SEM QUALIS	6 (50,0%)	1 (3,4%)
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>29</b>

Fonte: Autoria própria (2017)

Pode-se observar na Tabela 20 que os documentos que não apresentaram plágio produziram mais que o dobro de artigos em periódicos. Destaca-se que os autores que não plagiaram concentraram a produção em periódicos indexados no Qualis A1 e A2, perfazendo 51,7% do total produzido. Com isso, nota-se que, além da preocupação em não ter algum

trecho plagiado, os autores se dedicaram a divulgar os trabalhos em periódicos melhor classificados segundo os critérios do Qualis.

Na Tabela 21, é apresentado o agrupamento das produções realizadas e o volume de plágio encontrado nos 29 cursos de Mestrado analisados. Foram avaliados 154 documentos (132 deles - 85,7% - com algum indício de plágio); 1.077 trechos foram detectados com algum problema (14,0%); os cursos publicaram 141 produções; e, em 203 trabalhos os documentos com plágio foram citados.

**Tabela 21 - Distribuição das produções por curso - Mestrado**

NOME	TD	DP	TP	PP	REVISTA	CONGRESSO	LIVRO	CITAÇÕES
Programa 1	9	9	66	6	2	8	2	11
Programa 2	5	5	40	4	1	7	2	6
Programa 3	4	4	30	2	0	3	1	3
Programa 4	7	7	53	5	1	7	0	14
Programa 5	9	8	62	5	3	8	1	20
Programa 6	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa 7	3	3	32	3	1	6	1	1
Programa 8	8	7	50	3	1	2	0	13
Programa 9	1	1	9	1	1	0	0	1
Programa 10	2	2	13	1	1	0	0	1
Programa 11	7	4	52	2	0	3	0	9
Programa 12	1	1	4	1	1	1	0	0
Programa 13	5	0	0	-	-	-	-	-
Programa 14	5	4	21	0	0	0	0	6
Programa 15	6	6	48	1	0	1	1	7
Programa 16	6	5	65	3	2	5	0	11
Programa 17	12	12	86	4	2	3	2	12
Programa 18	2	2	19	2	2	3	0	4
Programa 19	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa 20	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa 21	12	10	70	5	0	13	0	37
Programa 22	9	9	93	6	3	5	2	12
Programa 23	7	7	50	3	4	8	2	4
Programa 24	7	6	49	4	3	0	3	5
Programa 25	3	2	2	0	0	0	0	3
Programa 26	11	6	51	3	5	0	0	9
Programa 27	1	1	2	1	1	0	0	4
Programa 28	5	4	34	1	0	1	0	9
Programa 29	7	7	76	4	1	4	1	1

**Legenda:**

TD - Total de documentos; DP - Quantidade de documentos com plágio; TP - Quantidade de trechos com plágio;  
PP - Quantidade de documentos com publicação posterior

Fonte: Autoria própria (2017).

Na Tabela 22 é apresentado o agrupamento das produções realizadas e o volume de plágio encontrado nos 29 cursos de Mestrado Profissional analisados. Foram avaliados 140 documentos (116 deles - 82,9% - com algum indício de plágio); 696 trechos foram detectados com algum problema (10,0%); os cursos publicaram 132 produções; e, em 121 trabalhos, os documentos com plágio foram citados.

**Tabela 22 - Distribuição das produções por curso - Mestrado Profissional**

NOME	TD	DP	TP	PP	REVISTA	CONGRESSO	LIVRO	CITAÇÕES
Programa 30	5	5	18	2	1	3	0	3
Programa 31	2	2	11	1	1	0	0	0
Programa 32	6	5	40	1	0	1	0	6
Programa 33	6	6	34	2	0	5	1	1
Programa 34	1	1	2	0	0	0	0	0
Programa 35	7	6	14	1	0	3	1	13
Programa 36	6	4	30	4	1	7	1	2
Programa 37	4	2	13	0	0	0	0	0
Programa 38	5	5	20	3	1	7	0	4
Programa 39	12	11	53	4	4	11	0	7
Programa 40	9	7	85	3	2	2	0	8
Programa 41	3	3	24	1	0	5	0	8
Programa 42	7	3	6	2	0	2	0	7
Programa 43	4	3	18	3	3	2	0	5
Programa 44	5	3	15	1	0	1	0	1
Programa 45	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa 46	1	1	3	1	1	3	0	2
Programa 47	7	6	55	4	2	8	0	0
Programa 48	8	8	53	5	3	4	0	3
Programa 49	4	4	35	3	2	3	1	0
Programa 50	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa 51	5	3	21	2	0	3	0	0
Programa 52	5	4	36	1	1	3	0	0
Programa 53	3	3	8	1	0	1	1	5
Programa 54	5	5	13	4	3	5	1	34
Programa 55	5	4	22	2	0	5	0	0
Programa 56	5	4	11	3	0	5	1	4
Programa 57	3	3	21	3	1	3	2	0
Programa 58	7	5	35	3	3	2	0	8

**Legenda:**

TD - Total de documentos; DP - Quantidade de documentos com plágio; TP - Quantidade de trechos com plágio;  
PP - Quantidade de documentos com publicação posterior

Fonte: Autoria própria (2017).

Na Tabela 23 é apresentado o agrupamento das produções realizadas e o volume de plágio encontrado nos 16 cursos de Doutorado analisados. Foram avaliados 36 documentos

(18 deles - 50,0% - com algum indício de plágio); 167 trechos foram detectados com algum problema (9,2%); os programas publicaram 30 produções; e, em 61 trabalhos os documentos com plágio foram citados.

**Tabela 23 - Distribuição das produções por curso - Doutorado**

NOME	TD	DP	TP	PP	REVISTA	CONGRESSO	LIVRO	CITAÇÕES
Programa 59	4	0	0	-	-	-	-	-
Programa 60	1	1	4	1	1	-	-	-
Programa 61	2	2	22	1	1	-	-	1
Programa 62	4	4	49	2	2	0	1	6
Programa 63	2	0	0	-	-	-	-	-
Programa 64	5	3	11	2	3	2	5	10
Programa 65	4	2	28	2	1	3	1	24
Programa 66	2	2	13	1	0	2	0	0
Programa 67	1	0	0	-	-	-	-	-
Programa 68	1	0	0	0	0	0	0	0
Programa 69	1	0	0	-	-	-	-	-
Programa 70	1	1	9	1	2	0	0	2
Programa 71	1	1	16	1	0	1	0	0
Programa 72	3	2	15	2	2	2	1	18
Programa 73	1	0	0	-	-	-	-	-
Programa 74	3	0	0	-	-	-	-	-

**Legenda:**

TD - Total de documentos; DP - Quantidade de documentos com plágio; TP - Quantidade de trechos com plágio; PP - Quantidade de documentos com publicação posterior

Fonte: Autoria própria (2017).

A Tabela 24 registra um comparativo da quantidade de trechos com base nas seguintes categorias: *coincidência textual mínima* (abaixo de 5,0% de trechos plagiados), *baixa coincidência textual* (entre 5,0% e 10,0% de trechos com plágio), *coincidência textual moderada* (entre 10,0% e 20,0% de trechos com problema), *coincidência textual elevada* (acima de 20,0%).

**Tabela 24 - Contabilização de trechos plagiados**

CATEGORIA	QUANTIDADE DE TRECHOS			QUANTIDADE DE DOCUMENTOS		
	MS	MP	DR	MS	MP	DR
Coincidência textual mínima	21	43	3	35	52	20
Baixa coincidência textual	74	100	8	21	30	2
Coincidência textual moderada	377	212	38	52	32	5
Coincidência textual elevada	595	341	118	43	26	9

**Legenda:**

MS - Mestrado; MP - Mestrado Profissional; DR - Doutorado

Fonte: Autoria própria (2017).

Pode-se perceber, adotando a margem de erro de 5% para mais ou para menos, que a maioria dos trechos analisados nos três tipos de cursos, concentrou-se na categoria “*Coincidência textual elevada*”, com taxas de plágio acima de 20%. Neste quesito, encontram-se 1.054 trechos plagiados, o equivalente a 54,6% dos trechos com problema. Ao somar as categorias “Elevada” e “Moderada”, temos 1.681 trechos classificados (1.054 e 627 trechos, respectivamente), representando 87,1% do total de trechos encontrados com problema (encontrados em 167 documentos). Dos 330 documentos utilizados para análise, 78 deles (23,6%) tiveram mais de 20% de trechos com problema, sendo que os cursos de Mestrado foram responsáveis por mais da metade (55,1%) dos documentos. O volume de plágio encontrado é consequência de um conjunto de fatores, tais como: a) políticas institucionais mal elaboradas, pouco difundidas ou inexistentes; b) recursos de capacitação inadequados; c) regulamentos inexistentes ou não aplicados com rigor; d) falta de orientação e punição nos casos em que foi detectada desonestidade científica; e) intenção do autor em realizar manobras para enganar o interlocutor. Em linhas gerais, pode-se inferir que as atitudes tomadas não impedem que os autores cometam desonestidades científicas.

Com os resultados obtidos, destaca-se a baixa preocupação da comunidade em relação ao plágio. A violação dos direitos autorais (PREVEDELLO; ROSSI; COSTA, 2015; WACHOWICZ; COSTA, 2016), protegidos pela Lei 9.610/1998, foi constante em grande parte dos documentos analisados. Isto se deve por conta da falta de punição aos responsáveis pela desonestidade, pois conforme a legislação, eles podem ser enquadrados no código civil e/ou penal (WACHOWICZ; COSTA, 2016), estabelecendo como pena a detenção de até um ano, pagamento de multa ou indenização monetária ao autor original, como reparação do dano moral causado. Adicionalmente, pode-se aplicar como forma de sanção aos envolvidos, retirar de publicação o material com plágio, perda do título obtido por meio de trabalho com problema, ressarcimento da remuneração recebida em financiamento - bolsa de estudo, por exemplo. (ESTEVEVES, 2014; MORAES, 2014). Entende-se, assim, a necessidade de combinar ações, tais como, a criação da política, divulgação e capacitação da comunidade, avaliação contínua de todos os trabalhos (não somente quando houver denúncia), punição para todos os casos que violem direitos autorais. Assim, pode-se imaginar a melhora efetiva no combate ao plágio, uma vez que a constante vigilância com aplicação de severas sanções aos responsáveis permitirá que a comunidade reflita sobre o interesse em praticar alguma desonestidade (em particular, o plágio).

Importante destacar que alguns documentos não tiveram nenhum trecho detectado com problema. No Mestrado foram 21 trabalhos (13,9%), no Mestrado Profissional 24 documentos (17,1%) não apresentaram plágio, enquanto que no Doutorado 18 documentos (50,0%) não apresentaram nenhum trecho com plágio. Porém, outros documentos (95) no Mestrado foram responsáveis por 972 trechos classificados como “Taxa Elevada” ou “Taxa Moderada”; no Mestrado Profissional esta classificação foi responsável por 553 trechos (58 documentos); nos cursos de Doutorado produziram 156 trechos (8,6%) sendo classificados como “Taxa Elevada” ou “Taxa Moderada” (distribuídos em 14 documentos - 38,8%).

Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram que as medidas implementadas e as ações adotadas nas IES não têm surtido efeito positivo no combate à desonestidade científica e, por extensão, ao plágio. Uma das formas de eliminar (ou pelo menos, minimizar a incidência) é submeter o documento final para análise de um software de detecção de plágio, antes de disponibilizar o material desenvolvido. Assim, não é possível concordar com a ponderação feita no trabalho de Elliott, Marquis e Neal (2013), no qual é destacado que a desonestidade acadêmica ocorre com menos frequência com alunos mais experientes, visto que, estudantes de doutorado também foram responsáveis em produzir documentos com plágio (167 trechos - 9,7% do total de plágio encontrado).

De acordo com os dados apresentados nesta subseção, adotando uma margem de erro de 5% para mais ou para menos e os resultados obtidos, a HB se confirmou, em virtude da quantidade de documentos com problema, das ações institucionais implementadas que surtiram pouco efeito em conter plágio nos documentos produzidos e das produções divulgadas em locais de pequeno impacto, inclusive em periódicos sem classificação segundo o Qualis, da Capes.

### 6.3 QUADRO SINÓPTICO DAS HIPÓTESES

Após o confronto das hipóteses com os dados empíricos, têm-se as seguintes constatações (Quadro 16):

**Quadro 16 - Resultado da análise das hipóteses**

HIPÓTESE	CONFIRMADA	NÃO CONFIRMADA
HB - As políticas adotadas de combate ao plágio e as ações desenvolvidas pelas		

HIPÓTESE	CONFIRMADA	NÃO CONFIRMADA
instituições de ensino superior (IES) não eliminam o plágio, gerando publicações pouco relevantes e com reduzido índice de citações obtido.		
HS1 - O plágio será encontrado em maior volume (trechos) nas dissertações		
HS2 - As IES que apresentam políticas de enfrentamento ao plágio tem menores índices de trechos com problemas		
HS3 - A seção e/ou capítulo do trabalho que apresenta maior quantidade de trechos com plágio é o referencial teórico		
HS4 - Dentre os tipos de problemas de utilização inadequada das normas de elaboração de trabalhos científicos (falta de indicação da fonte, plágio, autoplágio, pequenas alterações em trechos), o problema de falta de indicação de fonte é o menos recorrente quando ocorre o plágio		
HS5 - Os trechos plagiados nos trabalhos analisados são retirados de materiais/produções relevantes		
HS6 - A categoria administrativa da IES não interfere no quantitativo de plágio		

Fonte: Autoria própria (2017)

Considerando a discussão das hipóteses (a básica e as secundárias) e o complemento entre elas, conclui-se que as políticas implementadas pelas IES, bem como as ações por elas desenvolvidas, não proporcionam o combate ao plágio, uma vez que grande parte dos documentos analisados apresentaram trechos com problema, inclusive sem a identificação da fonte utilizada.

## 7 CONCLUSÃO

O presente estudo, com análise predominantemente qualitativa, teve como objetivo geral verificar a existência de plágio, nas teses e dissertações produzidas nos cursos de pós-graduação na área de Ensino, no período de 2010 a 2012.

Para responder a pergunta subjacente ao objetivo geral, trabalhou-se com a seguinte HB: as políticas adotadas de combate ao plágio e as ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior (IES) não eliminam o plágio, gerando publicações pouco relevantes e com índice de citações reduzido.

O *corpus* documental do estudo constituiu-se de 330 dissertações e teses defendidas nos 72 cursos de Pós-Graduação, na área de Ensino (ofertados em 45 IES), no período de 2010 a 2012.

Avaliando os resultados obtidos, constatou-se que a hipótese básica definida se confirmou. Isto foi possível, em virtude do volume de plágio encontrado nos documentos analisados e da quantidade insuficiente de ações de combate ao plágio desenvolvido nas IES. Identificou-se no estudo realizado, que as políticas implementadas não proporcionam a eliminação do plágio, uma vez que foram detectados inúmeros problemas de plágio inclusive em IES que formalizaram ações dessa natureza. Em se tratando da publicação dos trabalhos, apesar do pequeno esforço em publicar os artigos em periódicos de qualidade (indexados nos estratos A1, A2 e B1), destaca-se que, apenas metade dos artigos publicados foi divulgada em revistas com estas classificações, totalizando 38 trabalhos, sendo: A1 - cinco; A2 - sete; B1 - 26. Adicionalmente, registra-se que 24 artigos (31,6% do total) foram publicados em periódicos que não possuem nenhuma classificação e, portanto, os estudantes não tiveram o devido cuidado, preocupando-se, simplesmente, em publicar em uma revista, independente de sua relevância.

Em relação às hipóteses secundárias, apresentam-se os seguintes resultados:

■ HS1 - O plágio será encontrado em maior volume (trechos) nas dissertações - não foi confirmada, visto que, em virtude da margem de erro de 5% adotada, não é possível aferir que as dissertações tiveram resultados piores que as teses. Os cursos de Mestrado apresentaram problemas em 12,7% dos trechos analisados, sendo 3,3% maior que o volume de trechos encontrados no Mestrado Profissional (com 9,4% trechos) e 3,4% maior que no Doutorado (9,3% de trechos plagiados). Os cursos de



Mestrado tiveram 43 documentos (27,9% do total) com mais de 20% de trechos com plágio (sendo o pior caso, um documento que produziu 62% de trechos com plágio). O Mestrado Profissional teve 26 documentos (18,6 % do total) com plágio acima de 20% (a taxa mais alta foi um documento com 52% de trechos plagiados). Os cursos de Doutorado, apesar de terem apresentado 18 documentos sem problema (50% do total analisado), as teses nas quais foram encontrados trechos com plágio tiveram, no pior caso, um documento com 36% de trechos com problema (nove documentos com mais de 20% de trechos com problema - 25,0% do total de documentos analisados).

■ HS2 - As IES que apresentam políticas de enfrentamento ao plágio têm menores índices de trechos com problemas - não se confirmou, pois como foi adotada uma margem de erro de 5% para mais ou para menos, não é possível afirmar que as ações/medidas adotadas pelas IES proporcionaram redução nos trechos com plágio. De acordo com os dados obtidos neste estudo, das 45 IES que ofertam cursos de Mestrado, Mestrado Profissional ou Doutorado na área de Ensino, apenas 17 delas possuem uma política institucional formalizada por meio de regulamento ou instrução normativa interna. Das sete instituições em que não há política aprovada em órgão superior, em cinco foram encontrados regulamentos de elaboração de TCC em alguns cursos e, em duas, os editais de seleção de candidatos à pós-graduação estabelecem que, caso o projeto contenha alguma porcentagem de plágio, o candidato é automaticamente reprovado. Entretanto, apesar da inexistência de política formal estabelecida em regulamento, 14 instituições promovem, periodicamente, ações com a temática abrangendo o plágio (24 das 45 promovem ações), desenvolvendo seminários, palestras, oficinas e treinamentos à comunidade. Isto demonstra a intenção dessas instituições em discutir o assunto, uma vez que a comunidade universitária tem a oportunidade de dialogar acerca desse tipo de problema. Em apenas 11 das instituições relacionadas no *corpus* documental, não foi encontrada nenhuma informação sobre o assunto, seja por meio de página especializada, notícia veiculada internamente, divulgação de cartilha de boas práticas ou orientação de órgão externo (a exemplo do documento da Capes e da FAPESP). Porém, de acordo com os dados obtidos, os documentos analisados apresentaram 1.942 trechos com plágio (11,8% do total analisado) e, assim, as políticas adotadas pelas instituições de ensino são inadequadas, ou seja, apesar de algumas IES desenvolverem regulamentos, orientações, capacitações. Mesmo assim, os estudantes entendem que “vale a pena” o

risco e apresentam textos plagiados nos trabalhos na pós-graduação, sendo, estes, divulgados em páginas mantidas pelas instituições.

■ HS3 - A seção e/ou capítulo do trabalho que apresenta maior quantidade de trechos com plágio é o referencial teórico - confirmada. De acordo com os dados apresentados e adotando a margem de erro de 5%, grande parte dos trechos plagiados estava registrada na seção relativa ao referencial teórico (Mestrado - 77,94% dos trechos com plágio; Mestrado Profissional - 82,76% dos trechos com plágio; Doutorado - 68,86% dos trechos com plágio). Constatou-se que, apesar de 77,0% dos cursos de pós-graduação que tiveram documentos analisados ofertem a disciplina de Metodologia Científica (Metodologia da Pesquisa ou similares), o conteúdo abordado não se mostra adequado quando se trata da redução ou eliminação de problemas de plágio, visto que em 75,4% dos trechos com problema (1.464 trechos), as sentenças analisadas eram, basicamente, cópias literais de textos disponíveis em documentos desenvolvidos por outras pessoas, configurando falha grave de citação (por descuido ou intenção - dolo);

■ HS4 - Dentre os tipos de problemas de utilização inadequada das normas de elaboração de trabalhos científicos (falta de indicação da fonte, plágio, autoplágio, pequenas alterações em trechos), o problema de falta de indicação de fonte é o menos recorrente quando ocorre o plágio - não confirmada. Dos trechos analisados e que foram encontrados em outros trabalhos (artigos, livros, páginas na internet), destaca-se o alto volume de textos nos quais o autor original não foi referenciado, o que fortalece a intencionalidade (dolo) do autor em iludir os interlocutores. Os trechos nesta categoria, classificados como “Fonte não indicada”, obtiveram 32,7% do total de trechos que apresentaram plágio e foram encontrados nos três tipos de programa analisados.

■ HS5 - Os trechos plagiados nos trabalhos analisados são retirados de materiais/produções relevantes - não confirmada. Segundo os resultados obtidos, dos 1.942 trechos plagiados, as três principais fontes consultadas foram: artigos de congresso (24,3%), artigos de periódico (22,5%), páginas na internet (18,2%). Curiosamente, trechos extraídos de teses (1,3% dos trechos plagiados) tiveram resultados piores do que TCCs e monografias (1,6% dos trechos). O que se pode notar com os dados apresentados, e adotando a margem de erro de 5% para mais ou

para menos, é que os autores plagiadores não tiveram preocupação, para efetuar a cópia dos trechos plagiados, em utilizar fontes de pesquisa qualificadas, uma vez que, por exemplo, utilizaram textos publicados em páginas na internet (que nem deveriam ter sido citados);

■ HS6 - A categoria administrativa da IES não interfere no quantitativo de plágio - não confirmada. De acordo com os dados apresentados, e adotando a margem de erro de 5%, destaca-se que não foi possível verificar se a categoria administrativa da IES interfere no volume de plágio nos documentos. Entretanto, totalizando os trechos analisados e a proporção de plágio registrado para as IES públicas e privadas, é possível avaliar que as IES públicas tiveram menor incidência de trechos plagiados (10,8% - 1.270 trechos de 11.800 analisados), enquanto que as IES privadas apresentaram 14,3% de problemas (672 de 4700 analisados). Ao separar em categorias, tem-se que as IES públicas federais tiveram a menor incidência de trechos com plágio (9,5%), enquanto que as IES privadas, sem fins lucrativos, registraram o pior resultado entre todas as instituições (14,5% de trechos plagiados), valor muito próximo ao encontrado nas IES públicas municipais (14,4% de problemas).

Outra constatação, fora dos limites das hipóteses propostas, foi possível com os dados levantados. Destaca-se que grande parte dos trechos encontrados poderia ter sido solucionada se, por exemplo, houvesse a adoção de um software que, ao submeter o arquivo do trabalho, identificasse os possíveis problemas e os estudantes pudessem corrigi-lo a tempo. Evidente que o software deveria ser adotado como um suporte (e não como a solução para o problema), não descartando a necessidade de aumentar a oferta de ações para discutir o plágio no meio acadêmico. Em outras palavras, é preciso antecipar o problema, evitando que o mesmo ocorra, ou seja, todo documento protocolado não deve ter plágio. Apesar de algumas instituições possuírem regras claras em seus regulamentos/instruções normativas, aparentemente ações punitivas somente são tomadas nos casos em que exista denúncia formalizada. O que se pode avaliar é que, nos casos de problemas detectados quando o documento é protocolado, isto não é divulgado e fica interno ao curso de pós-graduação, que adota as medidas que julgar pertinentes (mas não há padronização deste procedimento).

De acordo com a metodologia adotada (selecionar, aleatoriamente, 50 trechos de cada trabalho), verifica-se que a maioria das instituições teve em seus cursos de pós-graduação trabalhos que apresentaram mais de 11,0% de trechos com problema relativo a

plágio. Confirma-se, também, que apesar das orientações encaminhadas pela Capes em 2011, as ações desenvolvidas pelas IES foram poucas, no intuito de eliminar/minimizar os prejuízos causados com o plágio, deixando sob a responsabilidade de cada curso/professor/estudante agir de forma ética e dentro dos padrões cientificamente adequados. A pesquisa realizada mostra que esta ação (a IES transferir a responsabilidade ao curso/professor/estudante) é inadequada, uma vez que muitos documentos analisados apresentaram diversos problemas, o que pode colocar em dúvida o trabalho desenvolvido.

Assim, conclui-se que se as instituições de ensino superior tivessem normativos internos bem estabelecidos, fossem mais rigorosas quanto à análise dos documentos e punição dos responsáveis, realizassem orientações periódicas à comunidade por meio de palestras, seminários temáticos e oficinas de capacitação, desenvolvessem políticas e intensificassem ações para o combate sistemático da desonestidade em pesquisa, além de contarem com o suporte de um software para análise do plágio nos documentos, o volume de problemas relativos ao plágio, provavelmente, seria menor do que os apresentados nos resultados desta pesquisa, o que beira uma tragédia científica. Destaca-se que, somente por meio de ações efetivas, o cenário da pesquisa na área de Ensino pode ser aperfeiçoado.

As limitações do presente estudo ficaram por conta da não realização de uma análise qualitativa para apurar a culpa ou dolo dos autores nos casos em que houve constatação de plágio no documento. Destaca-se, dessa forma, que não foi analisado o período no qual a política foi estabelecida nas IES que dispõem de normativos desta natureza, confrontando com os casos de plágio encontrados nos documentos apresentados. Adicionalmente, como o estudo foi direcionado à área de Ensino, não se podem generalizar os resultados às demais áreas.

Como trabalhos futuros, sugere-se ampliar o *corpus* documental, considerando uma abrangência temporal maior. Adicionalmente, sugere-se avaliar, comparativamente, se as políticas adotadas nas IES tiveram algum efeito positivo posterior e que não pode ser detectado no período analisado nesta tese.

## REFERÊNCIAS

- ALDRETE, J. A. Plagio y otros trasposos literario-científicos en medicina y particularmente en anestesiología. **Revista Colombiana de Anestesiología**, v. 39, n. 2, mayo 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/UFhoIB>>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- ALENCAR, L. B. D.. **Práticas de orientação de TCC em curso de graduação em Ciências Contábeis em IES da cidade de São Paulo que possuem Stricto Sensu**. 2016. 209 f. Dissertação (Mestre em Ciências Contábeis). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo - SP.
- ALISSON, E. **Má conduta científica é um problema global, afirma pesquisador**. Agência FAPESP. Edição Online, ago. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/RciqKx>>. Acesso em 01 ago. 2017.
- ALMEIDA, R. M. V. R. D., CATELANI, F., FONTES-PEREIRA, A. J., GAVE, N. D. S. Retractions in general and internal medicine in a high-profile scientific indexing database. **Sao Paulo Medical Journal**, v. 134, n. 1, aug. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Vwc8GX>>. Acesso em 24 jan. 2017.
- ALVES, A. P. M. **Competência Informacional e o uso ético da informação na produção científica**: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico. 2016. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista - UNESP, São Paulo - SP.
- ALVES, M. F., MOURA, L. O. B. M.. A escrita de artigo acadêmico na universidade: autoria x plágio. **Ilha do Desterro a Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies**, v. 69, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/MouOHw>>. Acesso em 24 jan. 2017.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. A **“revisão da bibliografia” em teses e dissertações**: meus tipos inesquecíveis - o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002.
- ANDERSON, M. S.; STENECK, N. H. **The problem of plagiarism**. Urologic Oncology: Seminars and Original Investigations, v. 29, n. 1, feb. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/Dph2Ju>>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- ANDRADE, J. X. **Má conduta na pesquisa em ciências contábeis**. 2011. 115 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade Estadual e São Paulo - USP, São Paulo - SP.

ARENHARDT, C. P. B.. **Miss Marple** - desenvolvimento de ferramenta para auxiliar na verificação e detecção de indícios de plágio com base no método DIP Detector de Indícios de Plágio. 2013. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria - RS.

BARBOSA, D. A., EGRY, E. Y., CABRAL, I. E. Integridade em pesquisa: quais caminhos devemos seguir? **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 19, n. 3, jul. 2015. Disponível em <<https://goo.gl/5tN5Vf>>. Acesso em 03 de out. 2017.

BERLINCK, R. G. S. The academic plagiarism and its punishments - a review. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 21, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/cJrHvS>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/wyKFjp>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BRISPE. **Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa do II Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações**. Disponível em: <<https://goo.gl/9Osvy7>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

CAPES. Considerações sobre classificação de periódicos. 2016. Disponível em <<https://goo.gl/LoLHe7>>. Acesso em 22 out. 2017.

CAPES. Orientações Capes - Combate ao plágio. 2011. Disponível em <<https://goo.gl/Z0KCxG>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

CASTRO, F. **Pela 1ª vez, Fapesp torna públicas fraudes científicas**. O Estado de São Paulo. São Paulo, out. 2014. Disponível em <<https://goo.gl/R3EsUT>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P.. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia**, v. 66, n. 1, jan. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/X3kjFv>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CNPq. **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq**. 2011. Disponível em <<https://goo.gl/C0NZU3>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/eaNUdS>>. Acesso em: 8 de ago. 2017.

COURY, H. J. C. G. Integridade na pesquisa e publicação científica; **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 16, n. 1, fev. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/2rP6UG>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

DALLA COSTA, R. M .C. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 3, dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Jq63U5>>. Acesso em 24 jan. 2017.

DEGEETER, M.; HARRIS, K.; KEHR, H; FORD, C.; LANE, D. C.; NUZUM, D. S.; COMPTON, C.; GIBSON, W.. Pharmacy students ability to identify plagiarism after an educational intervention. **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 78, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/vNdwr4>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

DIAS, W. T.; EISENBERG, Z. W. Vozes diluídas no plágio: a (des)construção autoral entre alunos de licenciaturas. **Pro-Posições**, v.26, n.1, abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/HWdFNI>>. Acesso em 24 jan. 2017.

DUARTE, E. F.; PANSANI, T. S. A. Recomendações para elaboração, redação, edição e publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos médicos. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/RRSy5p>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

ELLIOTT, T. L.; MARQUIS, L. M.; NEAL, C. S. Business ethics perspectives: Faculty plagiarism and fraud. **Journal of business ethics**, v. 112, n. 1, fev. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/yFd17s>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

ESTEVES, B. **Punição tardia**. O Estado de São Paulo. São Paulo, fev. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/pYBvxg>>. Acesso em: 01 de ago. 2017.

ESTEVES, M. B. Por uma análise genealógica dos princípios de direito internacional na propriedade industrial: a adequação do regramento internacional para os países em desenvolvimento. **Novatio Iuris**, v. 6, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/WsYMDL>>. Acesso em 10 ago. 2017.

EVERING, L. C.; MOORMAN, G. Rethinking plagiarism in the digital age. **Journal of Adolescent & Adult Literacy**, v. 56, n. 1, sep. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/6EHX2d>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

FANELLI, D. How many scientists fabricate and falsify research? A systematic review and meta-analysis of survey data. **PloS One**, v. 4, n. 5, may. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/AgU9HJ>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

FERNANDES, M. S.; FERNANDES, C. F.; GOLDIM, J. R. Autoria, direitos autorais e produção científica: aspectos éticos e legais. **Clinical & Biomedical Research**, v. 28, n. 1, 2008. Disponível em <<https://goo.gl/pWz1gv>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

FERREIRA, M. M.; PERSIKE, A. O tratamento do plágio no meio acadêmico: o caso USP. **Signótica**, v. 26, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/EWZNeV>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

FREITAS, T. C. S. **Autoria e plágio**: representações sociais na educação superior. 2013. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau - FURB, Blumenau - SC.

GOLDIM, J. R. **Fraude e integridade na pesquisa**. In: 4º Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo. 2015. Disponível em <<https://goo.gl/x4jUmG>>. Acesso em 01 ago. 2017.

GOMES, S. L. R. O Acesso Aberto ao conhecimento científico: o papel da universidade brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/47SR98>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

GRIEGER, M. C. A. Authorship: an ethical dilemma of science. **Sao Paulo Medical Journal**, v. 123, n. 5, aug. 2005. Disponível em <<https://goo.gl/w1kzMP>>. Acesso em: 24. Jan 2017.

GUEDES, D. O.; GOMES FILHO, D. L.. Percepção de plágio acadêmico entre estudantes do curso de odontologia. **Revista Bioética**, v.23 n.1, abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/IfqMLE>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

HECK, L. A. O trabalho científico. **Direito e Democracia**, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Zef6tT>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

HOFMANN, B., MYHR, A. I., HOLM, S. Scientific dishonesty—a nationwide survey of doctoral students in Norway. **BMC medical ethics**, v. 14, n. 1, jan. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/VVdhg8>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

HOLT, E. A. Education Improves Plagiarism Detection by Biology Undergraduates. **Bioscience**, v. 62, n. 6, jun. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/3GDY8B>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

INNARELLI, P. B.. **Fatores antecedentes na atitude de alunos de graduação frente ao plágio**. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, São Bernardo do Campo - SP.



JORDAN, S. R., GRAY, P. W. Research Integrity in Greater China: Surveying regulations, perceptions and knowledge of research integrity from a Hong Kong perspective. **Developing world bioethics**, v. 13, n. 3, dec. 2012. Disponível em <<https://goo.gl/efykr1>>. Acesso em 24 jan. 2017.

KLEINERT, S.; WAGER, E. Publicação responsável de pesquisa: padrões internacionais para editores. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 151, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/XvD5N8>>. Acesso em: 08 de ago. 2017.

KROKOSZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, set. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/bKL6MB>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

KROKOSZ, M.. **Outras palavras**: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno. 2014. 160 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.

LIMA, M. B.. **Ctrl+C/Ctrl+V**: plágio ou estratégia? - representações de professores universitários sobre a escrita de seus alunos. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.

LIU, G.; LO, H.; WANG, H. Design and usability testing of a learning and plagiarism avoidance tutorial system for paraphrasing and citing in English: A case study. **Computers & Education**, v. 69, nov. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/b12Q8h>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

MARSHALL, T., TAYLOR, B., HOTHERSALL, E., PÉREZ-MARTÍN, L. Plagiarism: a case study of quality improvement in a taught postgraduate programme. **Medical Teacher**, v. 33, n. 7, jun. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/b2YyRf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

MARTIN, B. R. Whither research integrity? Plagiarism, self-plagiarism and coercive citation in an age of research assessment. **Research Policy**, v. 42, n. 5, apr. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/SLSf3r>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

MIRANDA, A.; SIMEÃO, E.; MUELLER, S. P. M. Autoria coletiva, autoria ontológica e intertextualidades na ciência: aspectos interdisciplinares e tecnológicos. **Contextos**, n. 20, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/Nrzfhh>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MONTEIRO, R.; JATENE, F. B.; GOLDENBERG, S.; POBLACIÓN, D. A.; PELLIZZON, R. D. F. Critérios de autoria em trabalhos científicos: um assunto polêmico e delicado. **Revista Brasileira de Circulação Cardiovascular**, v. 19, n. 4, 2004. Disponível em <<https://goo.gl/m3FKpK>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MORAES, R. Plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Diálogos Possíveis**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/NwCk64>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MURTAZA, G., ZAFAR, S., BASHIR, I., HUSSAIN, I. Evaluation of student s perception and behavior towards plagiarism in Pakistani universities. **Acta Bioethica**, v. 19, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/os4PB1>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

NERI, A. C. N., COSTA, L. C., LIMA, M. C.. Ética na produção científica: a questão do (auto) plágio (programa teia entrepalavras: tecnologia, ensino, informação e arte). **Encontros Universitários da UFC**, v. 1, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/y1reen>>. Acesso em: 22 mai 2017

NEUENFELDT, D. J., SCHUCK, R. J., MUNHOZ, A., MITTELSTADT, J., MIORANDO, T. M., ROCHENBACK, R. Iniciação à pesquisa no ensino superior: desafios dos docentes no ensino dos primeiros passos. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 17, n. 2. 2011 . Disponível em <<https://goo.gl/ys7WuA>>. Acesso em 02 out. 2017.

OAB. Combate ao Plágio - Comissão Nacional de Relações Institucionais do Conselho Federal da OAB. 2010. Disponível em:<<https://goo.gl/xJW4ld>>.Acesso em: 06 abr. 2014.

PÁDUA, G. C. C. ; GUILHEM, D. Integridade científica e pesquisa em saúde no Brasil: revisão da literatura. **Revista Bioética**, v.23 n.1, abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/eyWsxF>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

PASTERNAK, J. Má conduta científica: nosso primeiro caso (reconhecido). **Einstein (São Paulo)**, v. 12, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Nei4Sj>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

PERTILE, S. L. **Desenvolvimento e aplicação de um método para detecção de indícios de plágio**. 2011. 72 f. Dissertação (Mestre em Ciência da Computação). Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria - RS.

PERTILE, S. L.. **Combinando métricas baseadas em conteúdo e em referências para a detecção de plágio em artigos científicos**. 2015. 79 f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre - RS.

PESQUISADOR fraudou estudos sobre vinho. Folha de São Paulo. São Paulo, 14 jan. 2012. Disponível em <<https://goo.gl/Rt585K>>. Acesso em 02 de ago. 2017.

PETROIANU, A. Autoria de um trabalho científico. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 48, n. 1, 2002. Disponível em <<https://goo.gl/cpiu2U>>. Acesso em 08 de ago. 2017.

PITHAN, L. H.; OLIVEIRA, A. P. Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas. **Revista da AMRIGS**, v. 57, n. 3, jul. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/bIE4le>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

PREVEDELLO, C. F.; ROSSI, W. S.; COSTA, A. C. R. Direito Autoral na Produção de Materiais Didáticos para a Educação à Distância: reflexões para a utilização na era da informação. **Revista Thema**, v. 12, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/2vkVx1>>. Acesso em 12 ago. 2017

REYES, H. El plagio en publicaciones científicas. **Revista Médica de Chile**, v. 137, n. 1, ene. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/5PJen>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

RIBEIRO, G. L. What's in a copy? **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 10, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/g9zytd>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

ROSING, C. K., CURY, A. A. D. B.. Self-plagiarism in scientific journals: an emerging discussion. **Brazilian oral research**, v. 27, n. 6., nov. 2013. Disponível em <<https://goo.gl/nlGWXr>> . Acesso em 22 mai. 2017.

RUSSO, M.. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. **Estudos avançados**, v.28 n.80, abr. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/vhKmGx>>. Acesso em 24 jan. 2017.

SABBATINI, M. Do plágio à publicidade disfarçada: brechas da fraude e do antiético na comunicação científica. **ComCiência**, v. 1, n. 147, abr. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/rCBxJz>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SANTOS, F. C. **A concepção de trabalho acadêmico de alunas de um curso de pedagogia à distância**: um estudo de caso. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo - RS.

SANTOS, L. H. L. Sobre a integridade ética da pesquisa. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/oJXHUA>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SANTOS, P. H. S., DUTRA, L. P., SENA, E. L. S., YARI, S. D., BOERY, R. N. S. O. Publicar, publicar, publicar... Até aonde vai a ética científica? **Acta Bioethica**, v. 23, n. 1, jan., 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/sk2NV3>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

SANTOS, R. E. A., OLIVEIRA-DE-ALMEIDA, G., SILVA, A. R., SILVA, G. F. Papel do direito autoral em tempos de E-Book, no contexto da cadeia produtiva. **Razón y Palabra**, v. 20, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/NYB1DM>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SARLAUSKIENE, L.; STABINGIS, L.. Understanding of Plagiarism by the Students in HEIs of Lithuania. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 110, n. 1, jan. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/0qej5K>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SARTI, T. D. O desafio da qualidade e integridade das publicações científicas. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 12, n. 39, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/fxmDPY>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SAUTHIER, M.; ALMEIDA FILHO, A. J.; MATHEUS, M. P.; FONSECA, P. M. L. D. Fraude e plágio em pesquisa e na ciência: motivos e repercussões. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 3, n. 3, mar. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/pZmZLi>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SCIELO. **Indicadores de Citação**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/rhqGTa>>. Acesso em: 03 out. 2017.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, mai. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/rE5Zqq>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SKANDALAKIS, J. E., & MIRILAS, P. Plagiarism. *Archives of Surgery*, v. 139, n. 9, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/L39euT>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SOARES, R.. **Proteção à autoria e combate ao plágio acadêmico na FAINOR**: referenciais didáticos instrucionais. 2014. 90 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes). Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa - PB.

SOUSA, R. N. D., CONTI, V. K., SALLES, A. A., MUSSEL, I. D. C. R.. Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. **Revista Bioética**, v. 24, n. 3, dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Cg1NML>>. Acesso em 24 jan. 2017.

ŠUPAK SMOLČIĆ, V.; BILIĆ-ZULLE, L.. How do we handle self-plagiarism in submitted manuscripts? **Biochemia medica**, v. 23, n. 2, may. 2013. Disponível em <<https://goo.gl/aPw8Wi>>. Acesso em 22 mai. 2017.

TANIGUCHI, S. P. **Desonestidade acadêmica**: interação entre fatores pessoais e práticas de grupo na atitude de estudantes de IES. 2011. 64 f.. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, São Bernardo do Campo - SP.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2012.

TRF. Alegação de plágio - Página 213 da Judicial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) de 1 de Julho de 2011. Disponível em <<https://goo.gl/9b3dUY>>. Acesso em 21 out. 2017.

VASCONCELOS, S.; LETA, J.; COSTA, L.; PINTO, A.; SORENSON, M. M.. Discussing plagiarism in latin american science. **EMBO Reports**, v. 10, n. 7, june 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/zfZSMc>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M., AGUIAR, F. H., QUEIROZ, J. P., BARRICHELLO, A.. Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 1.mar. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/CbF93m>>. Acesso em 24 jan. 2017.

WACHOWICZ, M. Direito autoral, recursos educacionais e licenciamentos criativos: acesso à cultura, ao conhecimento e à educação. **Em Aberto**, v. 28, n. 94, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/Z6uBBZ>>. Acesso em 14 ago. 2017.

WACHOWICZ, M., COSTA, J. A. F. **Plágio acadêmico**. Curitiba: Gedai Publicações/UFPR, 2016.

WATANABE, E. H. A não linearidade entre a reação de quem copia e de quem é copiado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, abr. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/VIHlym>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

YOUMANS, R. J. Does the adoption of plagiarism-detection software in higher education reduce plagiarism? **Studies in Higher Education**, v. 36, n. 7, may. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/T6ubyb>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

**APÊNDICE A - Coleta de dados de todos os trabalhos analisados separado por IES**

Tabela 25 - Volume de trechos com plágio da IES 1

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P12010A1	2010	Programa 1	Mestrado	3	5	-	2	1	-	-	1
P12010A2	2010	Programa 1	Mestrado	0	4	-	1	-	1	1	0
P12010A3	2010	Programa 1	Mestrado	4	5	-	-	-	3	-	0
P12011A4	2011	Programa 1	Mestrado	1	10	5	5	-	2	-	2
P12011A5	2011	Programa 1	Mestrado	2	4	-	-	-	1	-	1
P12011A6	2011	Programa 1	Mestrado	4	12	-	-	1	1	1	2
P12012A7	2012	Programa 1	Mestrado	1	9	-	2	-	-	-	0
P12012A8	2012	Programa 1	Mestrado	1	0	-	-	-	-	-	4
P12012A9	2012	Programa 1	Mestrado	1	0	-	-	-	-	-	1

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 26 - Volume de trechos com plágio da IES 2

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P22010A1	2010	Programa 2	Mestrado	0	5	3	3	1	2	-	2
P22011A2*	2011	Programa 2	Mestrado	0	8	-	-	-	-	-	0
P22011A3*	2011	Programa 2	Mestrado	0	9	-	-	-	1	-	1
P22012A4	2012	Programa 2	Mestrado	7	7	-	-	-	1	2	0
P22012A5*	2012	Programa 2	Mestrado	0	4	-	-	-	3	-	3
P302010A1	2010	Programa 30	Mestrado Profissional	0	3	-	1	-	-	-	0
P302011A2	2011	Programa 30	Mestrado Profissional	0	2	-	1	1	2	-	3
P302011A3	2011	Programa 30	Mestrado Profissional	0	1	-	-	-	-	-	0
P302012A4	2012	Programa 30	Mestrado Profissional	0	8	-	3	-	1	-	0
P302012A5	2012	Programa 30	Mestrado Profissional	0	4	-	2	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

\* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 27 - Volume de trechos com plágio da IES 3

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P312012A1	2012	Programa 31	Mestrado Profissional	0	2	-	2	1	-	-	-
P312012A2	2012	Programa 31	Mestrado Profissional	2	7	-	2	-	-	-	-

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 28 - Volume de trechos com plágio da IES 4

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P322010A1	2010	Programa 32	Mestrado Profissional	1	7	-	1	-	-	-	0
P322010A2	2010	Programa 32	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P322011A3	2011	Programa 32	Mestrado Profissional	2	6	-	-	-	1	-	1
P322011A4	2011	Programa 32	Mestrado Profissional	0	7	-	-	-	-	-	2
P322012A5	2012	Programa 32	Mestrado Profissional	1	11	-	5	-	-	-	0
P322012A6	2012	Programa 32	Mestrado Profissional	0	5	-	-	-	-	-	3

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 29 - Volume de trechos com plágio da IES 5

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P32010A1	2010	Programa 3	Mestrado	0	13	-	3	-	1	-	1
P32011A2	2011	Programa 3	Mestrado	1	0	-	-	-	-	-	2
P32012A3	2012	Programa 3	Mestrado	2	8	3	4	-	2	1	0
P32012A4	2012	Programa 3	Mestrado	1	5	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)



Tabela 30 - Volume de trechos com plágio da IES 6

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P332010A1	2010	Programa 33	Mestrado Profissional	0	14	-	6	-	-	-	0
P332010A2	2010	Programa 33	Mestrado Profissional	0	2	-	2	-	-	-	0
P332011A3	2011	Programa 33	Mestrado Profissional	1	5	3	-	-	3	1	0
P332011A4	2011	Programa 33	Mestrado Profissional	1	8	1	5	-	2	-	1
P332012A5	2012	Programa 33	Mestrado Profissional	0	2	-	-	-	-	-	0
P332012A6	2012	Programa 33	Mestrado Profissional	1	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 31 - Volume de trechos com plágio da IES 7

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P342012A1	2012	Programa 34	Mestrado Profissional	1	1	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 32 - Volume de trechos com plágio da IES 8

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P42010A1	2010	Programa 4	Mestrado	1	8	-	-	-	2	-	1
P42010A2	2010	Programa 4	Mestrado	0	7	-	-	1	-	-	7
P42011A3	2011	Programa 4	Mestrado	2	2	-	-	-	-	-	0
P42011A4	2011	Programa 4	Mestrado	1	7	1	1	-	2	-	2
P42012A5	2012	Programa 4	Mestrado	1	8	-	3	-	2	-	0
P42012A6	2012	Programa 4	Mestrado	1	7	-	1	-	-	-	1
P42012A7	2012	Programa 4	Mestrado	3	5	-	1	-	1	-	3
P592010A1	2010	Programa 59	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	-
P592011A2	2011	Programa 59	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	-
P592012A3	2012	Programa 59	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	-
P592012A4	2012	Programa 59	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	-

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 33 - Volume de trechos com plágio da IES 9

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P352010A1	2010	Programa 35	Mestrado Profissional	0	1	-	-	-	-	-	1
P352010A2	2010	Programa 35	Mestrado Profissional	0	1	-	-	-	-	-	4
P352011A3	2011	Programa 35	Mestrado Profissional	0	3	-	3	-	-	-	6
P352011A4	2011	Programa 35	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	-
P352012A5	2012	Programa 35	Mestrado Profissional	0	2	-	-	-	-	-	0
P352012A6	2012	Programa 35	Mestrado Profissional	0	1	-	1	-	3	1	2
P352012A7	2012	Programa 35	Mestrado Profissional	3	3	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 34 - Volume de trechos com plágio da IES 10

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P52010A1*	2010	Programa 5	Mestrado	4	8	-	-	-	2	-	0
P52010A2	2010	Programa 5	Mestrado	0	14	-	4	1	1	-	6
P52010A3	2010	Programa 5	Mestrado	0	9	2	4	-	4	1	7
P52011A4	2011	Programa 5	Mestrado	1	5	-	1	1	-	-	2
P52011A5	2011	Programa 5	Mestrado	1	9	-	2	-	-	-	0
P52011A6*	2011	Programa 5	Mestrado	0	4	-	-	-	-	-	0
P52012A7	2012	Programa 5	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	-
P52012A8	2012	Programa 5	Mestrado	0	6	1	2	-	-	-	2
P52012A9	2012	Programa 5	Mestrado	0	1	-	-	1	1	-	3

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

\* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 35 - Volume de trechos com plágio da IES 11

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P362010A1	2010	Programa 36	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P362010A2	2010	Programa 36	Mestrado Profissional	1	2	-	2	-	1	-	0
P362011A3	2011	Programa 36	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P362011A4	2011	Programa 36	Mestrado Profissional	0	6	-	3	-	1	1	0
P362012A5	2012	Programa 36	Mestrado Profissional	0	4	-	-	1	1	-	0
P362012A6	2012	Programa 36	Mestrado Profissional	0	17	-	6	-	4	-	2

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 36 - Volume de trechos com plágio da IES 12

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P72012A1*	2012	Programa 7	Mestrado	4	12	-	-	1	1	-	1
P72012A2*	2012	Programa 7	Mestrado	1	7	-	-	-	2	-	0
P72012A3	2012	Programa 7	Mestrado	2	6	-	6	-	3	1	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

\* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 37 - Volume de trechos com plágio da IES 13

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P82010A1	2010	Programa 8	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P82010A2	2010	Programa 8	Mestrado	0	8	-	-	-	-	-	7
P82011A3	2011	Programa 8	Mestrado	0	3	-	-	-	1	-	4
P82011A4*	2011	Programa 8	Mestrado	0	13	-	-	-	-	-	0
P82011A5	2011	Programa 8	Mestrado	2	7	2	2	-	1	-	1
P82012A6	2012	Programa 8	Mestrado	2	5	-	-	1	-	-	0
P82012A7*	2012	Programa 8	Mestrado	0	7	-	2	-	-	-	1
P82012A8	2012	Programa 8	Mestrado	2	1	-	1	-	-	-	0
P602012A1	2012	Programa 60	Doutorado	0	4	-	2	1	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

\* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 38 - Volume de trechos com plágio da IES 14

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P92012A1	2012	Programa 9	Mestrado	2	7	1	5	1	-	-	1
P372010A1	2010	Programa 37	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P372011A2	2011	Programa 37	Mestrado Profissional	3	7	-	-	-	-	-	0
P372012A3	2012	Programa 37	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P372012A4	2012	Programa 37	Mestrado Profissional	0	3	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 39 - Volume de trechos com plágio da IES 15

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P102011A1	2011	Programa 10	Mestrado	1	4	-	-	-	-	-	0
P102012A2	2012	Programa 10	Mestrado	2	6	2	3	1	-	-	1
P612011A1	2011	Programa 61	Doutorado	6	8	-	6	1	-	-	0
P612012A2*	2012	Programa 61	Doutorado	4	4	-	2	-	-	-	1

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

\* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 40 - Volume de trechos com plágio da IES 16

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P382010A1	2010	Programa 38	Mestrado Profissional	0	1	-	-	1	1	-	0
P382011A2	2011	Programa 38	Mestrado Profissional	0	2	-	2	-	2	-	0
P382011A3	2011	Programa 38	Mestrado Profissional	0	1	-	-	-	4	-	4
P382012A4	2012	Programa 38	Mestrado Profissional	0	11	-	-	-	-	-	0
P382012A5	2012	Programa 38	Mestrado Profissional	1	4	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 41 - Volume de trechos com plágio da IES 17

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P392010A1	2010	Programa 39	Mestrado Profissional	1	10	4	2	1	4	-	4
P392010A2	2010	Programa 39	Mestrado Profissional	1	3	-	1	-	-	-	1
P392010A3	2010	Programa 39	Mestrado Profissional	0	5	-	-	-	1	-	0
P392010A4	2010	Programa 39	Mestrado Profissional	0	3	-	-	-	-	-	0
P392011A5	2011	Programa 39	Mestrado Profissional	1	3	-	-	-	-	-	0
P392011A6	2011	Programa 39	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P392011A7	2011	Programa 39	Mestrado Profissional	1	0	-	1	-	-	-	0
P392011A8	2011	Programa 39	Mestrado Profissional	0	4	3	-	-	-	-	0
P392012A9	2012	Programa 39	Mestrado Profissional	0	6	1	4	-	-	-	0
P392012A10	2012	Programa 39	Mestrado Profissional	0	5	-	-	-	-	-	0
P392012A11	2012	Programa 39	Mestrado Profissional	0	7	-	-	-	3	-	0
P392012A12	2012	Programa 39	Mestrado Profissional	0	3	-	-	3	3	-	2

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 42 - Volume de trechos com plágio da IES 18

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P112010A1	2010	Programa 11	Mestrado	1	2	-	-	-	-	-	7
P112010A2	2010	Programa 11	Mestrado	0	18	1	8	-	1	-	0
P112011A3	2011	Programa 11	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P112011A4	2011	Programa 11	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P112012A5	2012	Programa 11	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P112012A6	2012	Programa 11	Mestrado	3	18	7	7	-	2	-	2
P112012A7	2012	Programa 11	Mestrado	2	8	-	-	-	-	-	0
P402010A1*	2010	Programa 40	Mestrado Profissional	1	20	-	7	-	-	-	0
P402010A2*	2010	Programa 40	Mestrado Profissional	0	12	4	8	1	1	-	0
P402010A3*	2010	Programa 40	Mestrado Profissional	0	4	-	-	-	-	-	2
P402011A4*	2011	Programa 40	Mestrado Profissional	4	4	-	-	-	-	-	2
P402011A5	2011	Programa 40	Mestrado Profissional	3	23	-	-	-	-	-	4
P402011A6	2011	Programa 40	Mestrado Profissional	2	6	-	-	-	1	-	0
P402012A7	2012	Programa 40	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P402012A8*	2012	Programa 40	Mestrado Profissional	1	5	-	4	1	-	-	0
P402012A9	2012	Programa 40	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P622010A1	2010	Programa 62	Doutorado	11	3	-	1	-	-	-	1
P622011A2	2011	Programa 62	Doutorado	0	14	1	4	-	-	-	1
P622012A3	2012	Programa 62	Doutorado	2	9	-	4	2	-	-	0
P622012A4*	2012	Programa 62	Doutorado	6	4	-	3	-	-	1	4

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas; \* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 43 - Volume de trechos com plágio da IES 19

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P122012A1	2012	Programa 12	Mestrado	2	2	1	1	1	1	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 44 - Volume de trechos com plágio da IES 20

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P412011A1	2011	Programa 41	Mestrado Profissional	0	4	-	2	-	-	-	4
P412012A2	2012	Programa 41	Mestrado Profissional	0	3	-	-	-	5	-	3
P412012A3	2012	Programa 41	Mestrado Profissional	0	17	-	5	-	-	-	1

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 45 - Volume de trechos com plágio da IES 21

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P422010A1	2010	Programa 42	Mestrado Profissional	1	0	-	-	-	1	-	4
P422010A2	2010	Programa 42	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P422011A3	2011	Programa 42	Mestrado Profissional	0	2	-	-	-	1	-	0
P422011A4	2011	Programa 42	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P422012A5	2012	Programa 42	Mestrado Profissional	1	2	-	-	-	-	-	3
P422012A6	2012	Programa 42	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P422012A7	2012	Programa 42	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 46 - Volume de trechos com plágio da IES 22

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P132010A1	2010	Programa 13	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P132011A2	2011	Programa 13	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P132011A3	2011	Programa 13	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P132012A4	2012	Programa 13	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P132012A5	2012	Programa 13	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P142010A1	2010	Programa 14	Mestrado	0	8	-	-	-	-	-	6
P142011A2	2011	Programa 14	Mestrado	1	4	-	5	-	-	-	0
P142011A3	2011	Programa 14	Mestrado	0	2	-	-	-	-	-	0
P142012A4	2012	Programa 14	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P142012A5	2012	Programa 14	Mestrado	2	4	-	-	-	-	-	0
P432010A1	2010	Programa 43	Mestrado Profissional	0	3	-	1	2	1	-	5
P432011A2	2011	Programa 43	Mestrado Profissional	0	5	-	-	1	-	-	0
P432012A3	2012	Programa 43	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P432012A4	2012	Programa 43	Mestrado Profissional	0	10	-	2	-	1	-	0
P632011A1	2011	Programa 63	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0
P632012A2	2012	Programa 63	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 47 - Volume de trechos com plágio da IES 23

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P442010A1	2010	Programa 44	Mestrado Profissional	0	7	-	1	-	-	-	0
P442011A2	2011	Programa 44	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P442011A3	2011	Programa 44	Mestrado Profissional	0	3	-	-	-	-	-	1
P442012A4	2012	Programa 44	Mestrado Profissional	0	5	-	3	-	1	-	0
P442012A5	2012	Programa 44	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)



Tabela 48 - Volume de trechos com plágio da IES 24

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P152010A1	2010	Programa 15	Mestrado	0	6	1	2	-	-	-	0
P152011A2	2011	Programa 15	Mestrado	0	13	3	4	-	-	-	0
P152011A3	2011	Programa 15	Mestrado	2	3	-	-	-	-	-	1
P152012A4*	2012	Programa 15	Mestrado	2	8	3	3	-	1	1	1
P152012A5	2012	Programa 15	Mestrado	0	9	-	-	-	-	-	5
P152012A6	2012	Programa 15	Mestrado	1	4	-	-	-	-	-	0
P162010A1	2010	Programa 16	Mestrado	1	12	1	4	-	4	-	9
P162011A2	2011	Programa 16	Mestrado	2	12	4	9	1	1	-	0
P162011A3*	2011	Programa 16	Mestrado	1	4	-	-	-	-	-	0
P162012A4	2012	Programa 16	Mestrado	0	17	2	3	1	-	-	2
P162012A5*	2012	Programa 16	Mestrado	0	6	-	-	-	-	-	0
P162012A6	2012	Programa 16	Mestrado	2	8	-	9	-	-	-	0
P642010A1	2010	Programa 64	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0
P642011A2	2011	Programa 64	Doutorado	0	6	-	1	1	2	5	7
P642011A3	2011	Programa 64	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0
P642012A4*	2012	Programa 64	Doutorado	0	1	-	-	2	-	-	2
P642012A5	2012	Programa 64	Doutorado	0	4	2	2	-	-	-	1
P652010A1	2010	Programa 65	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0
P652011A2	2011	Programa 65	Doutorado	0	18	-	6	-	2	1	21
P652012A3	2012	Programa 65	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0
P652012A4	2012	Programa 65	Doutorado	1	9	3	7	1	1	-	3

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

\* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 49 - Volume de trechos com plágio da IES 25

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P172010A1*	2010	Programa 17	Mestrado	1	5	-	-	-	-	-	2
P172010A2	2010	Programa 17	Mestrado	1	8	-	-	1	-	-	0
P172010A3	2010	Programa 17	Mestrado	1	3	-	-	-	-	-	2
P172010A4	2010	Programa 17	Mestrado	0	7	-	1	1	2	-	3
P172011A5	2011	Programa 17	Mestrado	0	6	-	2	-	-	-	0
P172011A6	2011	Programa 17	Mestrado	1	9	-	1	-	-	-	0
P172011A7	2011	Programa 17	Mestrado	1	7	-	1	-	1	1	0
P172011A8	2011	Programa 17	Mestrado	2	1	-	-	-	-	-	3
P172012A9	2012	Programa 17	Mestrado	0	2	-	-	-	-	-	0
P172012A10	2012	Programa 17	Mestrado	0	3	1	2	-	-	-	0
P172012A11*	2012	Programa 17	Mestrado	1	11	4	8	-	-	-	2
P172012A12	2012	Programa 17	Mestrado	4	12	3	-	-	-	1	0
P662012A1	2012	Programa 66	Doutorado	0	2	-	2	-	2	-	0
P662012A2	2012	Programa 66	Doutorado	0	11	2	3	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas; \* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 50 - Volume de trechos com plágio da IES 26

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P182011A1*	2011	Programa 18	Mestrado	0	17	4	13	1	2	-	1
P182012A2*	2012	Programa 18	Mestrado	1	1	-	-	1	1	-	3
P672012A1	2012	Programa 67	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas; \* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 51 - Volume de trechos com plágio da IES 27

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P682012A1	2012	Programa 68	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 52 - Volume de trechos com plágio da IES 28

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P462012A1	2012	Programa 46	Mestrado Profissional	1	2	-	-	1	3	-	2

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 53 - Volume de trechos com plágio da IES 29

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P472010A1	2010	Programa 47	Mestrado Profissional	0	4	-	2	1	2	-	0
P472010A2	2010	Programa 47	Mestrado Profissional	0	11	-	-	-	1	-	0
P472011A3	2011	Programa 47	Mestrado Profissional	0	11	-	1	1	4	-	0
P472011A4	2011	Programa 47	Mestrado Profissional	1	11	-	2	-	-	-	0
P472012A5	2012	Programa 47	Mestrado Profissional	0	12	-	2	-	1	-	0
P472012A6	2012	Programa 47	Mestrado Profissional	0	5	-	-	-	-	-	0
P472012A7	2012	Programa 47	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 54 - Volume de trechos com plágio da IES 30

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P482010A1	2010	Programa 48	Mestrado Profissional	0	11	-	3	1	-	-	0
P482010A2	2010	Programa 48	Mestrado Profissional	0	4	-	1	-	-	-	3
P482011A3	2011	Programa 48	Mestrado Profissional	1	9	-	6	-	-	-	0
P482011A4	2011	Programa 48	Mestrado Profissional	0	1	-	-	-	-	-	0
P482011A5	2011	Programa 48	Mestrado Profissional	0	2	-	-	1	-	-	0
P482012A6	2012	Programa 48	Mestrado Profissional	0	8	-	3	-	1	-	0
P482012A7	2012	Programa 48	Mestrado Profissional	0	16	2	5	-	2	-	0
P482012A8	2012	Programa 48	Mestrado Profissional	0	1	-	-	1	1	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 55 - Volume de trechos com plágio da IES 31

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P492010A1	2010	Programa 49	Mestrado Profissional	0	12	-	8	1	-	-	0
P492011A2	2011	Programa 49	Mestrado Profissional	0	3	-	-	-	3	-	0
P492012A3	2012	Programa 49	Mestrado Profissional	1	8	1	1	-	-	-	0
P492012A4	2012	Programa 49	Mestrado Profissional	0	11	-	7	1	-	1	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 56 - Volume de trechos com plágio da IES 32

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P212010A1	2010	Programa 21	Mestrado	1	1	-	-	-	-	-	6
P212010A2	2010	Programa 21	Mestrado	0	1	-	-	-	3	-	6
P212010A3	2010	Programa 21	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P212010A4	2010	Programa 21	Mestrado	1	0	-	-	-	1	-	2
P212011A5	2011	Programa 21	Mestrado	0	7	1	1	-	-	-	11
P212011A6	2011	Programa 21	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P212011A7	2011	Programa 21	Mestrado	2	21	-	-	-	3	-	0
P212011A8	2011	Programa 21	Mestrado	1	13	5	5	-	2	-	3
P212012A9	2012	Programa 21	Mestrado	0	4	-	-	-	-	-	0
P212012A10	2012	Programa 21	Mestrado	0	4	-	-	-	-	-	0
P212012A11	2012	Programa 21	Mestrado	0	3	-	-	-	-	-	3
P212012A12	2012	Programa 21	Mestrado	0	11	3	6	-	4	-	6
P692012A1	2012	Programa 69	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 57 - Volume de trechos com plágio da IES 33

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P512010A1	2010	Programa 51	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P512011A2	2011	Programa 51	Mestrado Profissional	0	4	-	2	-	2	-	0
P512011A3	2011	Programa 51	Mestrado Profissional	0	4	-	3	-	-	-	0
P512012A4	2012	Programa 51	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P512012A5	2012	Programa 51	Mestrado Profissional	0	13	-	6	-	1	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 58 - Volume de trechos com plágio da IES 34

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P522010A1	2010	Programa 52	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P522011A2	2011	Programa 52	Mestrado Profissional	0	7	-	-	-	-	-	0
P522011A3	2011	Programa 52	Mestrado Profissional	2	11	5	8	1	3	-	0
P522012A4	2012	Programa 52	Mestrado Profissional	0	5	0	2	-	-	-	0
P522012A5	2012	Programa 52	Mestrado Profissional	1	10	0	5	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 59 - Volume de trechos com plágio da IES 35

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P222010A1	2010	Programa 22	Mestrado	1	9	1	2	1	-	-	9
P222010A2	2010	Programa 22	Mestrado	2	6	1	1	-	-	1	2
P222010A3	2010	Programa 22	Mestrado	0	4	-	4	1	-	1	0
P222011A4	2011	Programa 22	Mestrado	1	0	-	-	-	-	-	0
P222011A5	2011	Programa 22	Mestrado	29	2	-	-	-	-	-	0
P222011A6	2011	Programa 22	Mestrado	0	2	-	2	1	-	-	0
P222012A7	2012	Programa 22	Mestrado	1	9	4	4	-	3	-	1
P222012A8	2012	Programa 22	Mestrado	0	8	2	6	-	2	-	0
P222012A9	2012	Programa 22	Mestrado	1	20	5	7	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 60 - Volume de trechos com plágio da IES 36

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P232010A1	2010	Programa 23	Mestrado	1	5	-	5	-	-	-	0
P232010A2	2010	Programa 23	Mestrado	2	17	8	9	1	-	-	0
P232011A3	2011	Programa 23	Mestrado	1	3	1	1	-	-	-	0
P232011A4	2011	Programa 23	Mestrado	2	0	-	-	-	-	-	0
P232012A5*	2012	Programa 23	Mestrado	4	4	2	2	-	3	-	0
P232012A6*	2012	Programa 23	Mestrado	4	3	-	-	-	-	-	0
P232012A7*	2012	Programa 23	Mestrado	3	1	-	-	3	5	2	4
P702012A1*	2012	Programa 70	Doutorado	3	6	3	4	2	-	-	2

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

\* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 61 - Volume de trechos com plágio da IES 37

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P242010A1	2010	Programa 24	Mestrado	2	4	-	-	1	-	1	0
P242010A2	2010	Programa 24	Mestrado	4	5	-	-	-	-	-	0
P242011A3	2011	Programa 24	Mestrado	5	5	-	-	1	-	-	0
P242011A4	2011	Programa 24	Mestrado	0	3	-	-	-	-	-	5
P242012A5	2012	Programa 24	Mestrado	4	14	-	-	1	-	1	0
P242012A6	2012	Programa 24	Mestrado	2	1	-	-	-	-	1	0
P242012A7	2012	Programa 24	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P712012A1	2012	Programa 71	Doutorado	6	10	1	6	-	1	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 62 - Volume de trechos com plágio da IES 38

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P252011A1	2011	Programa 25	Mestrado	1	0	-	-	-	-	-	2
P252012A2	2012	Programa 25	Mestrado	1	0	-	-	-	-	-	1
P252012A3	2012	Programa 25	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 63 - Volume de trechos com plágio da IES 39

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P262010A1	2010	Programa 26	Mestrado	0	11	-	4	-	-	-	0
P262010A2	2010	Programa 26	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P262010A3	2010	Programa 26	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P262011A4	2011	Programa 26	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P262011A5	2011	Programa 26	Mestrado	0	6	-	-	-	-	-	3
P262011A6	2011	Programa 26	Mestrado	0	5	-	1	2	-	-	0
P262011A7	2011	Programa 26	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P262012A8	2012	Programa 26	Mestrado	0	9	-	3	-	-	-	1
P262012A9	2012	Programa 26	Mestrado	1	8	-	1	1	-	-	4
P262012A10	2012	Programa 26	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P262012A11	2012	Programa 26	Mestrado	0	11	-	-	2	-	-	1
P272012A1	2011	Programa 27	Mestrado	1	1	-	-	1	-	-	4
P532010A1	2010	Programa 53	Mestrado Profissional	1	4	-	-	-	1	1	5
P532011A2	2011	Programa 53	Mestrado Profissional	1	0	-	1	-	-	-	0
P532012A3	2012	Programa 53	Mestrado Profissional	0	2	-	-	-	-	-	0
P542010A1	2010	Programa 54	Mestrado Profissional	0	3	-	1	2	3	-	27
P542011A2*	2011	Programa 54	Mestrado Profissional	0	3	3	-	-	1	-	2
P542011A3	2011	Programa 54	Mestrado Profissional	0	1	-	-	-	1	-	2
P542012A4	2012	Programa 54	Mestrado Profissional	1	2	-	-	-	-	-	2
P542012A5*	2012	Programa 54	Mestrado Profissional	0	3	-	1	1	-	1	1
P722011A1	2011	Programa 72	Doutorado	0	9	4	4	1	2	1	17
P722012A2	2012	Programa 72	Doutorado	1	5	1	4	1	-	-	1
P722012A3	2012	Programa 72	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0
P732012A4	2012	Programa 73	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

\* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 64 - Volume de trechos com plágio da IES 40

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P282010A1	2010	Programa 28	Mestrado	5	5	-	-	-	-	-	5
P282011A2	2011	Programa 28	Mestrado	0	8	-	-	-	-	-	0
P282011A3	2011	Programa 28	Mestrado	2	1	-	-	-	1	-	4
P282012A4	2012	Programa 28	Mestrado	0	13	-	-	-	-	-	0
P282012A5	2012	Programa 28	Mestrado	0	0	-	-	-	-	-	0
P742010A1	2010	Programa 74	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0
P742011A2	2011	Programa 74	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0
P742012A3	2012	Programa 74	Doutorado	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 65 - Volume de trechos com plágio da IES 41

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P292010A1	2010	Programa 29	Mestrado	0	3	-	1	-	2	1	0
P292010A2	2010	Programa 29	Mestrado	0	12	-	6	-	-	-	1
P292011A3	2011	Programa 29	Mestrado	1	11	-	1	-	-	-	0
P292011A4	2011	Programa 29	Mestrado	1	10	-	2	1	-	-	0
P292012A5	2012	Programa 29	Mestrado	0	12	6	6	-	1	-	0
P292012A6	2012	Programa 29	Mestrado	2	13	-	2	-	1	-	0
P292012A7	2012	Programa 29	Mestrado	0	11	-	8	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 66 - Volume de trechos com plágio da IES 42

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P552010A1	2010	Programa 55	Mestrado Profissional	0	4	-	1	-	-	-	0
P552011A2	2011	Programa 55	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P552011A3	2011	Programa 55	Mestrado Profissional	0	9	-	2	-	4	-	0
P552012A4	2012	Programa 55	Mestrado Profissional	0	4	3	-	-	-	-	0
P552012A5	2012	Programa 55	Mestrado Profissional	1	4	-	1	-	1	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)



Tabela 67 - Volume de trechos com plágio da IES 43

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P562010A1	2010	Programa 56	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P562011A2	2011	Programa 56	Mestrado Profissional	1	4	-	-	-	3	-	1
P562011A3	2011	Programa 56	Mestrado Profissional	1	1	-	-	-	-	-	3
P562012A4*	2012	Programa 56	Mestrado Profissional	0	1	-	-	-	2	-	0
P562012A5	2012	Programa 56	Mestrado Profissional	0	3	-	-	-	-	1	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

\* Bolsista

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 68 - Volume de trechos com plágio da IES 44

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P572010A1	2011	Programa 57	Mestrado Profissional	0	1	-	1	1	2	1	0
P572011A2	2012	Programa 57	Mestrado Profissional	0	7	-	2	-	1	-	0
P572011A3	2012	Programa 57	Mestrado Profissional	0	13	-	6	-	-	1	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: Autoria própria (2017)

Tabela 69 - Volume de trechos com plágio da IES 45

Autor	Ano	Nome do programa	Tipo do programa	Trechos com plágio		Tipos de plágio		Publicações realizadas e volume de citações (documentos com plágio)			
				PC	C	A	FNI	AP	AC	L	CIT
P582010A1	2010	Programa 58	Mestrado Profissional	0	2	-	-	-	-	-	3
P582010A2	2010	Programa 58	Mestrado Profissional	0	14	1	1	-	1	-	4
P582011A3	2011	Programa 58	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0
P582011A4	2011	Programa 58	Mestrado Profissional	0	1	-	1	2	-	-	1
P582012A5	2012	Programa 58	Mestrado Profissional	0	8	2	3	1	1	-	0
P582012A6	2012	Programa 58	Mestrado Profissional	0	10	-	10	-	-	-	0
P582012A7	2012	Programa 58	Mestrado Profissional	0	0	-	-	-	-	-	0

Legenda:

PC - parcialmente coincidente; C - coincidente; A - Autoplágio; FNI - Fonte não indicada; AP - Artigo periódico; AC - Artigo congresso; L - Livro ou capítulo de livro; CIT - citações obtidas

Fonte: A autoria própria (2017)